

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MARIA INÊZ BANDEIRA DE VASCONCELOS

**LICEU PIAUIENSE (1845-1970): DESVENDANDO
ASPECTOS DE SUA HISTÓRIA E MEMÓRIA**

**TERESINA - PIAUÍ
2007**

MARIA INÊZ BANDEIRA DE VASCONCELOS

**LICEU PIAUIENSE (1845-1970): DESVENDANDO
ASPECTOS DE SUA HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Amparo Borges Ferro

**TERESINA - PIAUÍ
2007**

V331L Vasconcelos, Maria Inêz Bandeira de
Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos
de sua história e memória / Maria Inêz Bandeira de
Vasconcelos. — Teresina, 2007.
160 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Piauí, 2007.

1. Educação – História – Piauí. 2. Liceu Piauiense –
Memórias. I. Título.

CDD – 370.981 22

MARIA INÊZ BANDEIRA DE VASCONCELOS

**LICEU PIAUIENSE (1845-1970): DESVENDANDO
ASPECTOS DE SUA HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

APROVADA EM: ____ DE _____ DE 2007

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro – Orientadora
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. José Arimatéa Barros Bezerra
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof^a. Dr^a. Carmesina Ribeiro Gurgel
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Carvalho Moura
Universidade Federal do Piauí – UFPI

DEDICATÓRIA

Este trabalho é parte de nossa vida em família, portanto, dedicamos:

Ao Viana, meu marido, sempre companheiro e incansável incentivador.

À Christianne, minha filha (*in memoriam*), que nos deu força para lutar.

À Tatianne, minha filha, que não mediu esforços para nos ajudar a fazer desse sonho uma realidade.

Ao Bruno, meu filho, pela compreensão da nossa ausência e colaboração quando solicitado.

Ao Raimundo Bandeira e Assunção Portela, meus pais, pela compreensão da nossa ausência por estarmos sobre as páginas deste trabalho.

A todos vocês, o nosso muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Para a concretização deste trabalho, contamos com a colaboração e compreensão de muitas pessoas. Agradecemos a todos(as), que de forma direta ou indireta deram a sua contribuição, e de modo especial:

À Deus, pela nossa vida e permissão da realização de nossos sonhos.

À Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro, pela competência que conduziu a orientação desta dissertação.

À Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Carvalho Moura, pela participação na Banca do Exame de Qualificação, acompanhada de correções e sugestões no decorrer da realização deste exame.

À Prof^a. Dr^a. Carmesina Ribeiro Gurgel, pela participação na Banca do Exame de Qualificação, seguida de encorajamentos para darmos continuidade a este estudo.

À Prof^a. Dr^a. Ivana Lopes de Melo Ibiapina, pela amizade e fornecimento de fonte de pesquisa.

À Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Soares Barbosa Lima, pelas orientações enriquecedoras na construção desta dissertação.

À Banca Examinadora da defesa desta dissertação, pelas valiosas sugestões e estímulos para outros estudos.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí pela contribuição do saber.

Aos sujeitos desta pesquisa, que com suas memórias enriqueceram este trabalho.

À Amada de Cássia Campos Reis, pela disponibilidade e amizade com que nos acolheu sempre que a procuramos, para compartilhar conhecimentos ou empréstimos de fontes bibliográficas e documentais.

Ao Núcleo de Educação, História e Memória (NEHME), pela convivência com seus membros e contribuição no campo da pesquisa nesta área de conhecimento.

Aos funcionários do Arquivo Público do Piauí e do Liceu Piauiense, pelo fornecimento de importantes e raros documentos.

Aos(às) colegas da 12^a turma do Mestrado em Educação, pela convivência e amizade nesta trajetória de nossas vidas.

A memória na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.

Jacques Le Goff

VASCONCELOS, Maria Inêz Bandeira de. **Liceu Piauiense (1845-1970):** desvendando aspectos de sua história e memória. Dissertação (Mestrado em Educação). 160 f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2007.

RESUMO

Esta dissertação discorre sobre o Liceu Piauiense com o objetivo de apresentar aspectos de sua história e memória no período de 1845 a 1970. Trata-se de um estudo histórico embasado na Nova História Cultural e fundamentado em teóricos como: Jacques Le Goff (2001/2003), Michel de Certeau (2002/2003), Paul Thompson (1992), Peter Burke (1992), Roger Chartier (1990), dentre outros. No que se refere aos estudos de memória buscamos apoio em estudiosos como Maurice Halbwachs (1990) e Cecília Cortez de Souza (2004). O recorte temporal escolhido para este estudo corresponde ao ano de criação desta primeira instituição pública de ensino secundário no Piauí, em Oeiras, primeira capital, até 1970, ano que antecedeu à Lei 5.692/71, que dentre outras mudanças, instituiu a profissionalização para o ensino secundário. Para esta reconstituição histórica, além das fontes bibliográficas, utilizamos fontes documentais e iconográficas, obtidas junto ao Arquivo Público do Piauí, arquivo da escola analisada, bibliotecas públicas e particulares, e à medida que nos aproximamos da contemporaneidade, ou seja, a partir da década de 30 do século XX, recorreremos à história oral, mediante entrevista semi-estruturada, tendo como sujeitos da pesquisa pessoas que vivenciaram o processo de construção da história do Liceu Piauiense, como alunos, professores e funcionários, que através de suas memórias contribuíram para a reconstituição do passado desta instituição. Dentre as conclusões, podemos afirmar que o Liceu passou por situações de avanços e retrocessos, mas consolidou-se e permanece em funcionamento até os dias atuais, tendo contribuído de forma significativa para a formação da juventude piauiense. Pretendemos com esta pesquisa colaborar com a construção da história da educação piauiense e, por conseguinte, com a historiografia educacional do Piauí e do Brasil.

Palavras-chave: Educação. História. Memória. Liceu Piauiense.

VASCONCELOS, Maria Inêz Bandeira of. Liceu Piauiense (1845-1970): unmasking aspects of its history and memory. Dissertation (Master's degree in Education). 160 p. Education Post graduation Program, Center for Education Sciences, Federal University of Piauí, 2007.

ASBTRACT

This dissertation talks about Liceu Piauiense with the objective of presenting aspects of its history and memory in the period from 1845 to 1970. It is a historical study based on the New Cultural History and based on theoreticians like: Jacques Reads Goff (2001/2003), Michel of Certeau (2002/2003), Paul Thompson (1992), Peter Burke (1992), Roger Chartier (1990), among others. As far as the studies of memory are concerned we searched for support in specialists like Maurice Halbwachs (1990) and Cecília Cortez de Souza (2004). The chosen period of time for this study corresponds to the year of creation of this first public institution of secondary teaching in Piauí, in Oeiras, the first capital, up to 1970, the year that preceded the Law 5.692/71, which among other changes, instituted the professionalization for secondary teaching. For this historical rebuilding, besides the bibliographical sources, we used documental and iconographic sources, obtained from the Public File of Piauí, the file of the analyzed school, public and private libraries, and as we approached contemporaneity, in other words, from the 30's, 20th century, we resort to oral history, by semi-structured interview, having the people who lived Liceu Piauiense's history building process as subjects of the research, such as students, teachers and employees that contributed to the rebuilding of the past of this institution through their memoirs. Among the conclusions, we can affirm that the School went through situations of progress and retrogression, but it was consolidated and remains in operation so far, having contributed in a significant way to the formation of piaui's youth. We intend, with this research, to collaborate with the construction of the history of education in Piauí and, consequently, with the educational historiography of Piauí and of Brazil.

Key words: Education. History. Memory. Liceu Piauiense.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

CAPÍTULO I

Figura 1 - Antônia de Almeida Melo.....	28
Figura 2 - Antônio de Almendra Freitas Neto	29
Figura 3 - Celso Barros Coelho	30
Figura 4 - Jesualdo Cavalcanti Barros.....	31
Figura 5 - João Gabriel Baptista	32
Figura 6 - José Viana de Vasconcelos	33
Figura 7 - Lysandro Tito de Oliveira.....	34
Figura 8 - Manoel Paulo Nunes	35
Figura 9 – Maria Carmem Lima Falcão	36
Figura 10 - Martina Monte da Fonsêca.....	37
Figura 11 - Sílvio Mendes de Oliveira Filho	38
Figura 12 - Teresinha de Jesus Holanda Ribeiro Gonçalves.....	39

CAPÍTULO II

Figura 13 - Pátio do Colégio de São Paulo.....	43
Figura 14 - Padre Manuel da Nóbrega	44
Figura 15 - Padre Aspilcueta Navarro.....	45
Figura 16 - Padre José de Anchieta	45
Figura 17 - Pátio da Universidade de Coimbra.....	47
Figura 18 - Marquês de Pombal	48
Figura 19 - Liceu Provincial de Pernambuco	53
Figura 20 - Dom Pedro II	56
Figura 21 - Colégio Pedro II.....	57

CAPÍTULO III

Figura 22 - Padre Marcos de Araújo Costa	68
Figura 23 - Fazenda Boa Esperança.....	68
Figura 24 - Casa onde nasceu Zacarias de Góis e Vasconcelos	71
Figura 25 - Zacarias de Góis e Vasconcelos	72

Figura 26 – Lei n ^o 198 (página inicial)	74
Figura 27 - Lei n ^o 198 (página final).....	75
Figura 28 – Cadeia Velha	77
Figura 29 - Palmatória	83
CAPÍTULO IV	
Figura 30 - José Antônio Saraiva - fundador de Teresina	87
Figura 31 - Imperatriz Teresina Cristina, mulher de Dom Pedro II	88
Figura 32 - Mapa do Piauí - duas capitais	90
Figura 33 - Planta da cidade de Teresina	91
Figura 34 - Mapa do ensino secundário da Província do Piauí - 1854	96
Figura 35 - Mapa do ensino secundário da Província do Piauí - 1855	97
Figura 36 - Mapa do ensino secundário da Província do Piauí - 1857	98
Figura 37 - Mapa de frequência dos alunos do Liceu Piauiense -1889	100
Figura 38 - Fachada do prédio da Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho	102
Figura 39 - Placa com o período de construção do Edifício do Liceu Piauiense ...	103
Figura 40 - Fachada do Edifício do Liceu Piauiense em construção	103
Figura 41 - Fachada atual do Edifício do Liceu Piauiense.....	105
Figura 42 - Placa de homenagem ao Zacarias de Góis.....	106
Figura 43 - Tese apresentada no concurso de professor do Liceu Piauiense	109
Figura 44 - Histórico escolar do curso científico do Liceu Piauiense	116
Figura 45 - Martina Monte da Fonseca com alunas do Liceu Piauiense	123

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO I

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa 40

CAPÍTULO III

Quadro 2 - Trabalhos publicados por Zacarias de Góis e Vasconcelos 73

Quadro 3 - Cadeiras do Liceu Provincial com seus respectivos professores e datas de provimento 78

Quadro 4 - Alunos da cadeira de Latim -1846 79

Quadro 5 - Gratificação por tempo de serviço dos professores do Liceu - 1850.... 81

Quadro 6 - Quantidade de alunos que freqüentaram as aulas do Liceu na cidade de Oeiras, no ano de 1850..... 84

CAPÍTULO IV

Quadro 7 - Situação da população de Teresina - 1888. 93

Quadro 8 - Matriz curricular do Liceu Piauiense - 1867 112

Quadro 9 - Matriz curricular do Liceu Piauiense - 1869..... 112

Quadro 10 - Matriz curricular do Liceu Piauiense - 1910..... 114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - PERCORRENDO OS CAMINHOS DA PESQUISA	19
1.1 Abordagem teórico-metodológica	19
1.2 Conhecendo os sujeitos da pesquisa	27
CAPÍTULO II - RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA BRASILEIRA	42
2.1 O surgimento da educação secundária no Brasil	42
2.2 A decadência da educação secundária no Brasil	48
2.3 A criação dos Liceus.....	53
2.4 A evolução organizacional do ensino secundário	55
CAPÍTULO III - RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO LICEU EM OEIRAS (1845-1852)	64
3.1 Piauí: um breve olhar histórico	64
3.2 Zacarias de Góis e Vasconcelos: fundador do Liceu Piauiense	70
3.3 O Liceu em Oeiras.....	75
CAPÍTULO IV - HISTÓRIA E MEMÓRIA DO LICEU EM TERESINA (1852–1970)	86
4.1 Teresina: aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais	86
4.2 Um olhar sobre o funcionamento do Liceu em Teresina	95
4.3 Adentrando no cotidiano liceal piauiense	107
4.3.1 Ingresso	108
4.3.2 Currículo	111
4.3.3 Professores.....	118
4.3.4 Avaliação	119
4.3.5 Controle de disciplina	121
4.3.6 Importância social.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	128

APÊNDICES	135
APÊNDICE A - Termo de Consentimento	136
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista: Aluno	137
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista: Professor.....	139
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista: Funcionário.....	141
ANEXOS	143
ANEXO A - Lei 198, de 6 de outubro de 1845.....	144
ANEXO B -Ata de concurso para catedrático no Colégio Estadual do Piauí (1949)	155
ANEXO C - Lei 2251, de 1º de janeiro de 1962.....	160

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a trajetória histórica da primeira instituição pública de ensino secundário do Piauí – o Liceu Piauiense. Neste texto introdutório procuramos apresentar os motivos que nos levaram a escolher esta escola como objeto de estudo, o objetivo da pesquisa, o recorte temporal em que está inserida esta investigação e a estrutura do trabalho.

Nossa sociedade, no seu dinamismo, vem passando, nos últimos anos, por um acelerado processo de transformação nos seus mais variados setores, ocasionado, em grande parte, pelos avanços da Ciência e da Tecnologia, exigindo mais do que nunca um maior conhecimento sobre o que se faz. E, para que o homem saiba enfrentar as mudanças que se processam, entre outras coisas, está a necessidade de estudos que analisem este processo partindo de suas origens. Segundo Ferro (1996, p.19), “o conhecimento do passado é fundamental para que se entenda em profundidade os aspectos atuais do ensino, se possam evitar os erros do passado e preparar as ações futuras com mais eficiência”.

Com base nesta assertiva, elegemos como objeto de estudo o Liceu Piauiense abordando as diferentes facetas apresentadas por esta instituição escolar ao longo de sua trajetória histórica, dentro do limite temporal que se estende de 1845 a 1970.

O Liceu Piauiense, primeira instituição pública de ensino secundário do Piauí, criado em Oeiras, primeira capital deste Estado, no ano 1845, e transferido para Teresina, a atual capital, em 1852, permanece em pleno funcionamento e, ao decorrer de sua existência, passou por sucessivas mudanças estruturais e organizacionais em diferentes momentos históricos por força das exigências da sociedade de cada época. Recebeu outras denominações, tais como: Liceu Provincial, Ginásio Oficial do Piauí, Colégio Estadual do Piauí e finalmente Colégio Estadual “Zacarias de Góis”, no entanto, permanece na memória de todos como Liceu, por isso foi assim que o denominamos. É uma instituição escolar que experimentou avanços e recuos em seu funcionamento sem deixar de prestar

relevantes serviços educacionais à sociedade piauiense. Por esta razão, entendemos que a sua reconstituição histórica seja importante para a compreensão da História da Educação no Piauí.

O fato de o Liceu manter-se ao longo do percurso de sua história como uma instituição pública de destaque no cenário educacional do Estado do Piauí nos chamou a atenção para esta singularidade, despertando-nos o desejo de penetrar na intimidade desta instituição e a curiosidade em obter resposta para o seguinte questionamento: como se deu a trajetória histórica do Liceu Piauiense? Portanto, este questionamento foi o problema que impulsionou a realização desta pesquisa.

Para esta e outras questões não encontrávamos respostas que satisfizessem nossa preocupação. Assim, tínhamos interesse de ir além do senso comum, ou seja, partir para uma investigação mais rigorosa e revestida de cientificidade, a fim de obtermos maiores esclarecimentos sobre nossas inquietações.

Nos anos de 2002 e 2003, estivemos no Liceu Piauiense acompanhando o Estágio Supervisionado como professora da disciplina Prática de Ensino do Curso de Licenciatura Plena em Geografia, tanto da Universidade Estadual do Piauí como da Universidade Federal do Piauí, momento em que tivemos a oportunidade de conhecer um pouco do seu cotidiano, vindo a se intensificar o nosso interesse em desvelar sua história. O curso de Mestrado em Educação foi a oportunidade que encontramos para concretizar esta investigação.

Portanto, foi a partir de uma antiga preocupação existente no nosso universo cultural intensificada pela vivência nesta instituição escolar, que procuramos desvendar alguns aspectos da história e memória do Liceu Piauiense e assim, responder as seguintes questões que nortearam esta investigação.

- Como se deu o surgimento e consolidação do Liceu Piauiense?
- Que aspectos do cotidiano são relevantes?
- Que lembranças marcaram a memória daqueles que passaram por esta instituição escolar?
- Quais foram as contribuições desta instituição para a educação do Piauí?

Para analisarmos o problema desta pesquisa e as questões norteadoras citadas elegemos o objetivo geral e os específicos, a saber:

Objetivo geral:

– Investigar a história e a memória do Liceu Piauiense no período de 1845 a 1970.

Objetivos específicos:

- Descrever a trajetória histórica do Liceu desde sua fundação em 1845 a 1970;
- Reconstituir aspectos do cotidiano escolar do Liceu;
- Analisar a história do Liceu Piauiense através da memória dos agentes sociais desta instituição a partir da década de 30, do século XX;
- Revelar a importância desta instituição escolar na educação do Estado do Piauí.

A nossa intenção inicial foi realizar um estudo desde a fundação do Liceu Piauiense até os dias atuais. No entanto, devido à escassez e à dificuldade de fontes, chegamos à conclusão que no espaço de tempo determinado pelo Curso de Mestrado, seria inviável realizar o referido estudo com essa abrangência. Assim, optamos por um recorte temporal de 1845 a 1970, sem desconhecer as influências anteriores e posteriores a este período.

Os anos de 1845 e 1970 foram escolhidos como marcos temporais por serem datas importantes na reconstituição histórica do Liceu. No ano de 1845 ocorreu sua fundação, e 1970 refere-se ao ano que antecedeu à Lei 5.692/71. Esta Lei trouxe a reforma do ensino de 1º e 2º graus, dentre outras mudanças, a profissionalização no ensino de 2º grau. Entretanto, este estudo embora não traga uma reconstituição histórica até os dias de hoje, é um estudo longo, pois tenta reconstituir – ainda que numa visão panorâmica – uma história de cento e vinte e cinco anos do Liceu Piauiense. Segundo Certeau (2002, p. 97-98), “a historiografia trabalha para encontrar um presente que é o término de um percurso, mais ou menos longo, na trajetória cronológica (a história de um século, de um período ou de uma série de ciclos)”.

O período que vai de 1845 até a década de 20 do século XX é trabalhado apenas como reconstituição histórica, sendo que a análise da memória se concentrará nas décadas de 30 a 60, e como nos lembra Sharpe (1992, p. 43): “em geral, quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir as experiências das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição”.

Não pretendemos esgotar o assunto ou abordar todas as temáticas envolvidas no processo de implantação e solidificação do Liceu Piauiense, mas contribuir na discussão desta temática. Neste sentido, apresentamos este estudo sobre a instituição escolar de ensino público secundário mais antiga no Estado do Piauí, organizado em quatro capítulos.

No capítulo I, “Percorrendo os caminhos da pesquisa”, tratamos de algumas considerações do fazer investigativo esclarecendo os pressupostos teóricos e metodológicos, expondo o tipo de delineamento adotado e os sujeitos do referido estudo.

No capítulo II, “Retrospectiva histórica da educação secundária brasileira”, apresentamos uma visão panorâmica da história da educação secundária brasileira procurando enfatizar o ensino secundário no contexto nacional com a finalidade de facilitar o entendimento histórico da instituição em pesquisa, durante o período escolhido como limite temporal deste estudo, sem desconhecer as influências anteriores e posteriores a este período.

No capítulo III, “Reconstituição histórica do Liceu em Oeiras (1845-1852)”, descrevemos a trajetória do Liceu no seu primeiro momento histórico, limites temporais demarcados respectivamente pelas datas de sua criação e de sua transferência para Teresina. Para facilitar o entendimento do leitor, dividimos este capítulo em três itens: no primeiro, enfocamos alguns aspectos históricos sobre o Piauí; no segundo, apresentamos uma síntese biográfica de Zacarias de Góis e Vasconcelos – fundador do Liceu Piauiense; e, no terceiro, descrevemos o funcionamento desta instituição escolar na época em comento.

No capítulo IV, “História e memória do Liceu em Teresina (1852-1970)”, abordamos a história desta instituição escolar, no período correspondente, respectivamente, ao início do seu segundo momento histórico e ao recorte temporal deste estudo, com ênfase na memória daqueles que foram partícipes¹ deste processo a partir da década de 30 do século XX. Para melhor compreensão da instalação e consolidação do Liceu Piauiense na nova capital, dividimos o referido capítulo em três itens. No primeiro, apontamos alguns aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais de Teresina, focando o contexto da época. No segundo, apresentamos um olhar histórico sobre o funcionamento do Liceu em Teresina. No

¹ Partícipes neste trabalho são as pessoas que vivenciaram a história do Liceu Piauiense como aluno, professor ou funcionário, e que se configuram como sujeitos desta pesquisa.

terceiro, destacamos alguns aspectos do cotidiano liceal, com ênfase na memória daqueles que vivenciaram o seu processo educacional.

Partimos do reconhecimento que não há condições para abordar, nos limites deste estudo, todos os aspectos envolvidos no processo histórico do Liceu, no entanto, esperamos que este trabalho venha enriquecer a historiografia da educação piauiense e brasileira, e, que estimule a continuidade de outros estudos com olhares diferentes, proporcionando novas reflexões e debates acerca desta instituição que vem contribuindo com a educação piauiense desde o Império até os dias atuais.

CAPÍTULO I

PERCORRENDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

Neste capítulo tratamos de algumas considerações do fazer investigativo esclarecendo os pressupostos teóricos e metodológicos, expondo o tipo de delineamento adotado e os sujeitos do referido estudo.

1.1 Abordagem teórico-metodológica²

Iniciamos este estudo com uma pesquisa bibliográfica buscando nas produções já consagradas sobre o tema em questão uma melhor compreensão em relação à Nova História Cultural, à Instituição Escolar, à História e Memória, à Educação Brasileira, especialmente no que se refere ao ensino secundário, e ao próprio Liceu Piauiense para nos fundamentarmos teoricamente para a realização deste trabalho.

Constatamos que os escritos sobre o Liceu Piauiense são bastante escassos, o que nos levou a partir para o auxílio de outras fontes. Assim, começamos a procurar as fontes documentais e também a encontrar dificuldades, pois além de ser preciso garimpá-las, especialmente, junto ao Arquivo Público do Piauí e ao Arquivo da escola analisada, nem sempre elas são encontradas porque já foram extraviadas. Isto se deve muitas vezes pela falta de valorização dada aos documentos históricos, por parte de alguns funcionários e usuários destes locais, que não os preservam, ocasionando dificuldades ao trabalho do pesquisador. As experiências de pesquisa vividas por Buffa (2002, p.28) levam-lhe a dizer que “todos os que têm alguma experiência com pesquisa em arquivos conhecem as precárias condições em que eles se encontram”

No que diz respeito à falta de consciência de preservação e fontes

² Os teóricos que fundamentam este trabalho e que são apresentados neste capítulo estão citados ao longo do texto sempre que se fez necessária a sua inserção.

documentais, Magalhães (1999, p.75) afirma que “há muita documentação avulsa e documentação em maços e caixas; muita se perdeu também e poderá continuar a perder-se se as condições de instalação não se alterarem. E isso sem falarmos de mapas, murais e manuais escolares”. Constatamos essa situação ao longo deste estudo.

Esta pesquisa consiste num estudo historiográfico embasado na Nova História Cultural. O universo dos historiadores da educação vem se expandindo, impulsionado por este novo paradigma. Segundo Burke (1992, p. 17) “para muitas pessoas, a nova história está associada a Lucien Febvre e Marc Bloch que fundaram a revista *Annales* em 1929”. Essa História, entre outras modificações, começou a se interessar por toda a atividade humana e como diz Le Goff (2001, p. 28), “ela substituiu aquela essencialmente fundamentada nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos”. Essa nova forma de fazer História trouxe várias possibilidades de atuação elegendo novos objetos de estudo e assim, vem se firmando uma forte tendência pelo estudo das instituições escolares.

Optamos pela Nova História Cultural, por nos oportunizar uma diversidade do fazer historiográfico, possibilitando a obtenção de melhores resultados nesta investigação sobre a história e memória da primeira instituição pública de ensino secundário piauiense, no período correspondente ao referido estudo.

A Nova História Cultural, de acordo com Le Goff (2001, p. 21), “pretende ser uma história escrita por homens livres ou em busca de liberdade, a serviço dos homens em sociedade”. Assim, o histórico é o seu objeto de identificação, pois significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço geográfico e num determinado tempo. Portanto, não procuramos somente registrar os fatos e os acontecimentos ocorridos no Liceu Piauiense, mas analisá-los de forma significativa.

Procuramos neste estudo nos fundamentar teoricamente em autores da Nova História Cultural como Burke (1992), Certeau (2002/2003), Chartier (1990), Le Goff (2001/2003), Lopes e Galvão (2001), dentre outros. Sobre história das instituições escolares nos apoiamos em Gatti Júnior (2002), Julia (2001) e Magalhães (1998/1999/2005). No que se refere aos estudos de história e memória procuramos base em Halbwachs (1990) e Souza (2004). Em relação à História da Educação no

Brasil, entre outros, recorreremos às idéias de Aranha (1996), Azevedo (1976), Moacir (1939), Piletti (1988/1997) e Romanelli (2003). Buscamos também subsídios teóricos em historiadores locais, tais como: Chaves (1998), Ferro (1996/2000), Nascimento (2002), Nunes (1972 / 1975), Olímpio (1993), Queiroz (1992) e Reis (2006).

Para Magalhães (2005) são vastas as possibilidades de estudo das instituições escolares no Brasil, pois esta temática pode abranger vários aspectos que vão desde a estrutura física, a organização e ocupação de seus espaços, além do pensamento pedagógico de cada época. O referido autor traz maiores esclarecimentos em outra obra, afirmando que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1999, p. 64).

Isto, dentre outras coisas, significa que o estudo de uma escola abrange vários aspectos, tais como: o físico, o social, o organizacional e o cultural e para que se tenha um sentido histórico é necessário inseri-los no contexto da época em análise.

Segundo Gatti Júnior (2002), para aqueles que pretendem conhecer uma instituição escolar de forma mais profunda é necessário penetrar no seu interior e descobrir o que ela tem de específico que lhe confere uma identidade própria. Esta afirmação vem reforçar o pensamento de Chartier (1990, p. 16-17) ao dizer que o objetivo da historiografia é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler”.

Pesquisar uma instituição escolar, de acordo com o pensamento de Buffa (2002, p. 25), “é uma das formas de se estudar filosofia e história da educação brasileira, pois as instituições escolares estão impregnadas de valores e idéias educacionais. As políticas educacionais deixam marcas nas escolas”.

Tomando como base as idéias dos autores já mencionados, especialmente Buffa, Gatti Júnior e Magalhães, cujas pesquisas estão voltadas principalmente para as instituições escolares, é que neste estudo procuramos fazer uma reconstituição histórica de cento e vinte e cinco anos do Liceu Piauiense, num período que vai de 1845 a 1970, no qual procuramos desvendar alguns aspectos do

seu cotidiano nos dois momentos de sua trajetória histórica: em Oeiras, primeira capital do Piauí, e em Teresina, sua atual capital, buscando revelar as memórias daqueles que participaram e deram vida a esta instituição, bem como destacar a sua importância para educação no Estado do Piauí.

A pesquisa histórica exige “intenso trabalho bibliográfico-documental e grande paciência por parte do pesquisador” (RICHARDSON, 1999, p. 246). Neste trabalho historiográfico lançamos mão tanto da pesquisa documental como da bibliográfica através da análise de fontes primárias e secundárias e embora estas pesquisas apresentem algumas semelhanças elas se diferem nos seguintes aspectos apontados por Gil (2002, p 87-88):

A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa. [...] A pesquisa bibliográfica realiza-se, quase exclusivamente, com material disponível em bibliotecas. Já a pesquisa documental pode exigir a consulta aos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares.

Na pesquisa documental priorizamos as fontes primárias por meio do exame de alguns raros documentos localizados no Arquivo Público do Piauí e Arquivo do Liceu Piauiense, tais como: Atas, Decretos, Relatórios de Presidentes da Província, Resoluções, Leis, etc, enquanto que na pesquisa bibliográfica utilizamos as fontes secundárias como os livros sobre o tema em estudo localizados em bibliotecas públicas e particulares.

Garimpar fontes históricas é um trabalho que exige um esforço árduo e persistente do pesquisador. Neste sentido compartilhamos com a seguinte afirmação de Lopes e Galvão (2001, p.78):

[...] As fontes estão aí, disponíveis, abundantes ou parcas, eloqüentes ou silenciosas, muitas ou poucas, mas vemos, pelos trabalhos que são realizados, que existem. Mas estão também indisponíveis porque, inicialmente, é preciso que aquele que se propõe ao trabalho vá atrás delas e só faça isso se tiver um problema ou, no mínimo, um tema.

Concomitante às fontes escritas, à medida que nos aproximamos da contemporaneidade, ou seja, a partir da década de 30 do século XX, recorreremos à memória daqueles que foram partícipes do processo de construção da história do

Liceu, como alunos, professores, e funcionários que através de suas lembranças contribuíram para a reconstituição do passado desta instituição. Le Goff (2003, p. 471) considera que a memória é um elemento importante para a construção da identidade individual e coletiva e afirma que “a memória na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”.

Para Halbwachs (1990, p. 51) “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”. Esclarece ainda que a história vivenciada por cada sujeito é distinta da sua história escrita, visto que “[...] ela tem tudo que é preciso para construir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado” (p. 71).

Ao utilizarmos a metodologia da História Oral, escolhemos como instrumentos de pesquisa a técnica da entrevista semi-estruturada (APÊNDICE B, C e D), porque esse tipo de entrevista nos possibilita uma abordagem de certa forma livre, sem rigidez na formulação das questões, de forma a proporcionar aos participantes uma livre manifestação de pensamento e de opinião no que se relaciona ao tema proposto, como também numa interação entre quem pergunta e quem responde. Em geral a entrevista semi-estruturada é:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses, que interessam à pesquisa que vão surgindo à medida que se recebe as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Nesse sentido, ensina-nos Thompson (1992) que o entrevistador deve ter um papel secundário no momento de uma entrevista evitando interferência na fala do entrevistado com emissão de suas opiniões devendo se posicionar apenas como um incentivador deixando o entrevistado livre para fazer suas colocações.

Os participantes desta pesquisa foram identificados através de documentos existentes no Liceu Piauiense e informações prestadas por funcionários da referida escola como também por pessoas da comunidade. Foram contactados pessoalmente e por telefone, momento em que explicamos o objetivo da pesquisa e importância de sua contribuição como partícipe do processo histórico

do Liceu Piauiense, marcando a entrevista de acordo com a vontade e disponibilidade dos depoentes. Foi uma atividade difícil e demorada tanto pela localização e disponibilidade como pela rejeição de alguns participantes.

Os depoimentos foram realizados nos locais de trabalho e/ou nas residências dos narradores. Antes de iniciarmos a entrevista, explicamos a importância do(a) depoente nesta pesquisa, ao mesmo tempo em que solicitamos o preenchimento de dois formulários: um para completar com os seus dados pessoais, outro para autorizar a utilização das informações em trabalhos a serem produzidos e apresentados em eventos científicos, acadêmicos e divulgados por meios orais, gráficos, impressos e/ou eletrônicos. Os(as) depoentes que se encontram neste trabalho autorizaram a sua identificação, mediante preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento (APÊNDICE A). Após o término do depoimento, pedimos autorização para tirarmos foto do(a) participante para ilustração da pesquisa, o que foi aceito por todos os sujeitos desta pesquisa.

Assim, os relatos colhidos foram gravados com o consentimento dos(as) entrevistados(as). Em seguida, as entrevistas foram transcritas das fitas passando a texto e entregues aos depoentes para revisão e aprovação. Os conteúdos das informações obtidas foram analisados e interpretados conforme os objetivos da pesquisa. Para este procedimento, a fim de dar maior grau de cientificidade a este estudo, recorreremos a Bardin (1977, p. 42) que designa análise de conteúdo como sendo:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...].

Ao utilizar a história oral como metodologia, tivemos que exercitar o aprender ouvir para saber interpretar o que nos foi dito pelos entrevistados, pois como bem nos alerta Lopes e Galvão (2001, p. 89):

[...] que a memória é seletiva, que os depoimentos mudam no decorrer do tempo, que muitas vezes os entrevistados falam o que imaginam que devem falar para aquele interlocutor específico, sobre o qual criam certas expectativas e ao qual atribuem determinados valores.

Continuando, Lopes e Galvão (2001, p. 90), afirmam que: “[...] a história

oral não deve ser considerada o próprio produto da pesquisa histórica, mas submetida às mesmas exigências do tratamento requerido por outras fontes documentais e inerentes ao trabalho historiográfico”.

Comungando com as idéias destas autoras, Ferro (2000) nos coloca que a memória sofre influência da experiência do presente, ela é a reconstrução e ressignificação do passado, portanto o papel do pesquisador da história é fazer uma representação do que ocorreu no passado.

Os sujeitos desta pesquisa foram se quantificando à medida que aumentava a necessidade de informações correspondentes aos objetivos estabelecidos no decorrer do processo da construção do estudo. Estão incluídos não só pessoas de destaque político e social, como também pessoas simples, pois concordamos com Thompson (1992, p. 26), ao dizer que “a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo”.

Conforme Meihy (2002), não dá para definir uma quantidade exata dos depoentes, pois podemos conseguir as informações desejadas com uma quantidade pequena ou não de entrevistados, o importante é o entrevistador saber o momento de findar suas entrevistas quando percebe que os dados coletados lhes são suficientes e isso ocorre quando as informações começam a ficar repetitivas. Para esse autor a História Oral é:

Um conjunto de procedimentos que se iniciam como a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações; transcrição; conferência da fita com o texto; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, publicação dos resultados, que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY, 2002, p. 13-14).

Procuramos no desenvolvimento do processo investigativo deste estudo acatar o modo de proceder sugerido acima seguindo cada etapa com rigor dando-lhe um caráter científico, historicizando a memória buscando a partir do presente um passado que estava latente nas lembranças dos alunos, professores e funcionários do Liceu Piauiense.

Segundo Félix (1998), um povo que mantém viva a sua memória é um povo que se encontra protegido das manipulações de outros grupos que venham interferir no seu presente e desnortear o seu futuro. Para esta autora:

Estudar memória, entretanto, é falar não apenas de vida e de perpetuação da vida através da história; é falar, também, de seu reverso, do esquecimento, dos silêncios, dos não-ditos, e, ainda, de uma forma intermediária que é a permanência de memórias subterrâneas entre o esquecimento e a memória social (FELIX, 1998, p. 45).

No livro intitulado *Escola e Memória*, Souza (2004, p. 15) afirma que “a exclusão da memória, da história vivida e compartilhada, acaba cedendo espaço para uma identidade atemporal e reificada”.

Compartilhamos com o pensamento da autora, portanto, para não deixar que a história do Liceu Piauiense se perca no tempo, incluímos a memória daqueles que viveram a história desta instituição como professor, aluno e funcionário, e, com a riqueza dessas lembranças, desvendamos a realidade de vários aspectos históricos da escola pesquisada.

Neste trabalho recorreremos ainda ao uso de fotografias por oportunizar uma comunicação com o pesquisador e o leitor da história. Ciavatta (2002, p.56) nos coloca que:

[...] a fotografia ao ser veiculada, institui um código específico de comunicação que possui seus próprios signos, neste sentido, a foto é entendida como um “texto icônico”, a compreensão da imagem fotográfica como uma escolha possível em um universo de escolhas descartadas. Essa dupla referência – à foto em si mesma e às possibilidades não realizadas – deve ser levada em conta pelo pesquisador, a relação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão: o conteúdo refere-se à relação entre o que foi captado pelo fotógrafo e a circunstância da produção da imagem; enquanto a expressão está associada às opções e estéticas, que por sua vez também são históricas e portanto possuem um sentido social que deve ser buscado.

A fotografia não é um simples adorno, ela enriquece o estudo e, dentre outras coisas, contribui para uma melhor compreensão do leitor, para uma comprovação dos fatos apresentados, além de oportunizar as pessoas de interagirem visualmente com o conteúdo que ela expressa. Para Le Goff (2003, p. 460) “a fotografia revoluciona a memória: multiplica-se e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica”.

Dessa forma, foi utilizando os recursos teóricos e metodológicos que estavam ao nosso alcance que reconstituímos aspectos da História do Liceu Piauiense, com ênfase na memória daqueles que foram partícipes do seu processo

educacional, sendo possível saber como aconteceu alguns detalhes do dia-a-dia desta Instituição Escolar, e não como deveria ter acontecido, pois sabemos que nem sempre o que está expresso em documentos é o que de fato aconteceu.

Entendemos que tanto a história como a memória têm sua importância na realização de um estudo, como por exemplo, de uma escola, isso porque elas se complementam, dando assim, uma maior credibilidade ao estudo realizado, pois o passado oralizado só vem a enriquecer o passado escrito.

1.2 Conhecendo os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa são pessoas que vivenciaram a história do Liceu Piauiense, a partir da década de 30 do século XX até 1970 na condição de aluno, professor ou funcionário. Pelo fato de terem sido partícipes deste processo, são importantes para este estudo, pois através de suas memórias prestaram uma valiosa contribuição na reconstituição histórica desta instituição escolar. Como diz Halbwachs (1990, p.60), “não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória”. Portanto, no caso do Liceu Piauiense, nosso objeto de estudo, pensamos como o autor em epígrafe, ao afirmar que “o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras” (p. 133).

Apresentamos a seguir, em ordem alfabética, cada um dos sujeitos dessa pesquisa, que através de suas memórias contribuíram na reconstituição histórica do Liceu Piauiense, demonstrando satisfação em participar deste estudo, aos quais reforçamos os nossos agradecimentos.

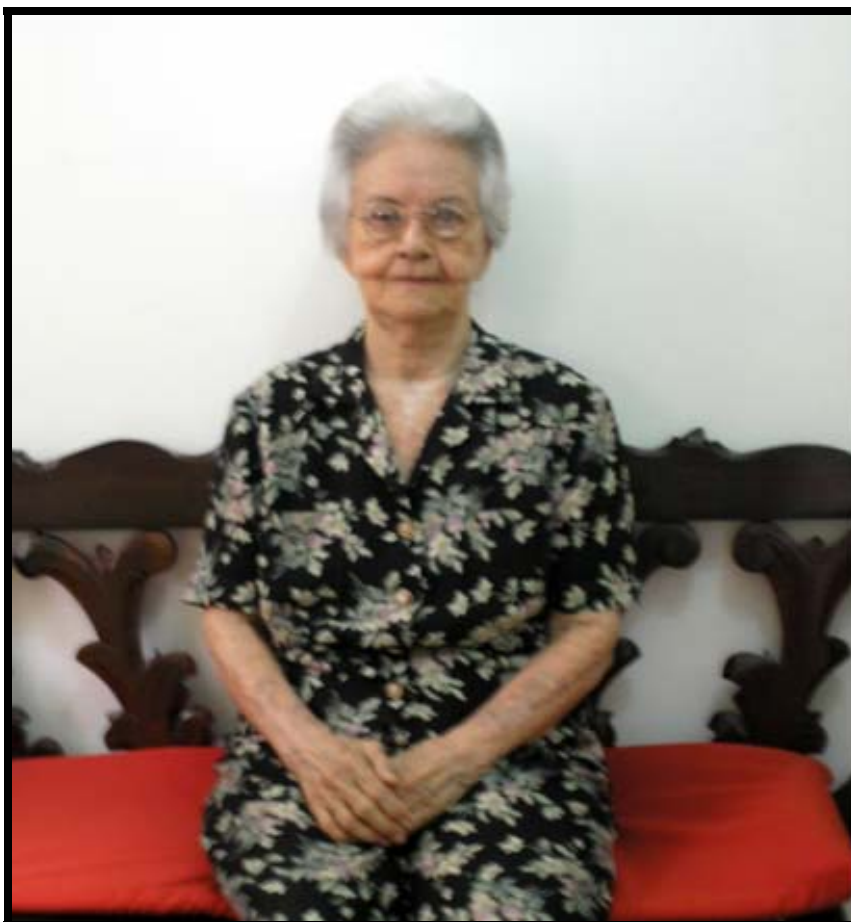


Figura 1 - Antônia de Almeida Melo.
Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2006).

Antônia de Almeida Melo nasceu em Teresina (PI) a 6 de junho de 1927. Foi aluna do Liceu Piauiense, no curso ginásial, no período de 1940 a 1943, ingressou nesta instituição escolar mediante exame de admissão aprovada em 5º lugar conforme comprova o Diário Oficial que a depoente ainda conserva no seu arquivo pessoal, o que mostra ser uma pessoa estudiosa e organizada. Posteriormente cursou o Pedagógico na Escola Normal, e por último, fez um curso superior de Educação Física no Rio de Janeiro.



Figura 2 - Antônio de Almendra Freitas Neto.
Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2006).

Antônio de Almendra Freitas Neto nasceu em Teresina (PI) a 13 de março de 1947, filho de Odilon Carvalho de Almendra Freitas, contador e Conselheiro do Tribunal de Contas do Piauí, e de Maria Lídia Camarço de Almendra Freitas, professora. Foi aluno do Liceu no curso ginásial no período de 1959 a 1962. Formou-se em Economia pela Universidade Mackenzie, em São Paulo. Teve vários mandatos políticos, como Deputado Estadual (1975 a 1983), Deputado Federal (1983 a 1987), Prefeito de Teresina, capital do Piauí (1983 a 1985), Governador (1991 a 1994) e Senador (1995 a 2003). Ocupou ainda vários cargos públicos no Piauí, dentre eles, Secretário de Estado de Governo, Ministro de Estado Extraordinário para Reforma Institucional e Presidente das Telecomunicações do Piauí S/A TELEPISA.



Figura 3 - Celso Barros Coelho.

Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2007).

Celso Barros Coelho nasceu em Pastos Bons (MA), no dia 11 de maio de 1922, filho de Francisco Coelho de Sousa e Alcina Barros Coelho. Foi professor do Liceu Piauiense nos anos de 1946 e 1947. É advogado, membro da Academia Piauiense de Letras, da Academia Piauiense de Letras Jurídicas, do Instituto Luso-Brasileiro de Direito Comparado, do Instituto dos Advogados Brasileiros, presidente da Academia de Letras, História e Ecologia de Pastos Bons, professor titular de Direito Civil na Universidade Federal do Piauí, ex-professor visitante da Universidade de Brasília, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, ex-presidente da OAB-PI e autor de várias obras jurídicas.

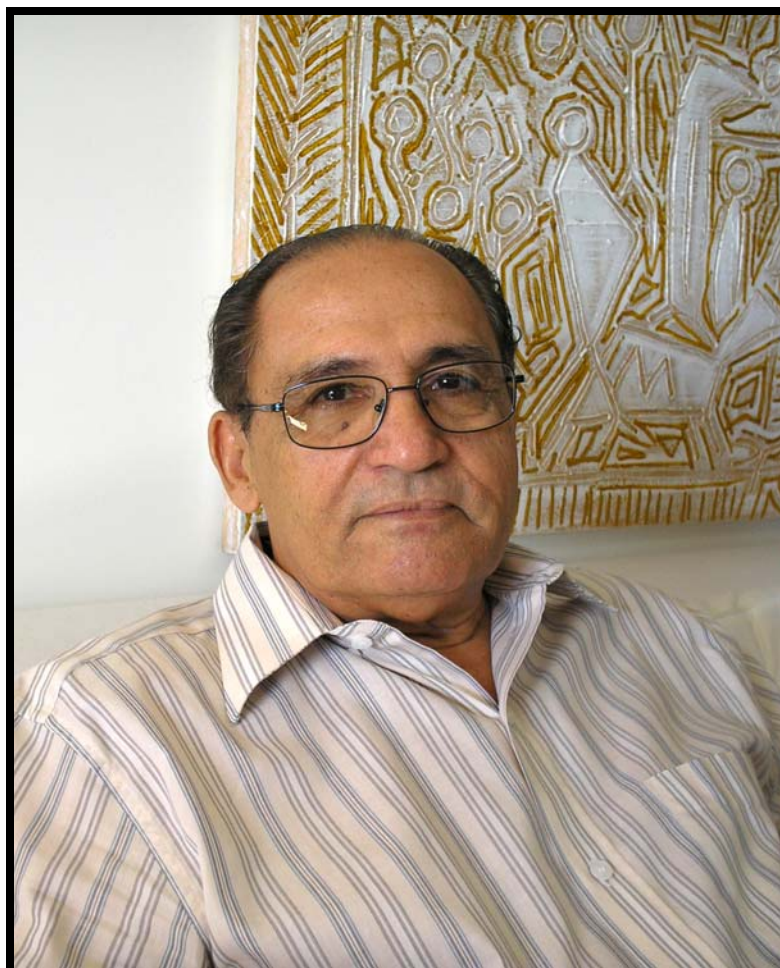


Figura 4 - Jesualdo Cavalcanti Barros.
Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2006).

Jesualdo Cavalcanti Barros nasceu em Corrente (PI) a 18 de fevereiro de 1940, filho de Sebastião de Sousa Bastos, servidor da Receita Federal, e Iracema Cavalcanti Barros, dona de casa. Foi um aluno atuante do Liceu Piauiense no período de 1958 a 1961 chegando a ser Presidente do grêmio noturno desta instituição. Na Universidade Federal do Piauí graduou-se em Bacharelado em Direito em 1966. Destacou-se no cenário político piauiense ocupando vários cargos públicos dentre eles, Vereador de Teresina; Deputado Estadual; Presidente da Assembléia Legislativa; Deputado Federal-Constituinte; Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio; Secretário de Cultura, Desportos e Turismo; Presidente da Fundação Cultural do Piauí; e Conselheiro do Tribunal de Contas do Piauí. Atualmente é escritor, com algumas obras publicadas: Tempo de Cultura, O Estado do Gurguéia e Outros Temas.



Figura 5 - João Gabriel Baptista.
Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2006).

João Gabriel Baptista nasceu em Teresina (PI), a 4 de agosto de 1920, filho de Ernesto José Baptista e Raimunda Nonata de Carvalho. Formou-se em Engenharia Civil, em 1946, pela Universidade Federal da Bahia. Exerceu a função de engenheiro, escritor e professor do Liceu Piauiense, bem como da Universidade Federal do Piauí e de outras instituições educativas. No Liceu, ele ministrou as disciplinas de Matemática e Física de 1959 a 1970 e de Geografia em 1959 a 1982. Como escritor, publicou diversas obras: *Vulcões do Brasil*, *Nascentes de um rio*, *Resumo corográfico do Estado do Piauí*, *Geografia Física do Piauí*, *Mapas geo-históricos do Piauí*, *A origem do Parnaíba* e *Etnohistória indígena piauiense*.



Figura 6 - José Viana de Vasconcelos.

Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2007).

José Viana de Vasconcelos nasceu em José de Freitas (PI), no dia 26 de maio de 1947, filho de Jonas Viana da Silva, agricultor, e Mariêta de Vasconcelos Monte, dona de casa. Ao concluir o curso ginasial na cidade de José de Freitas, veio continuar os seus estudos em Teresina, onde foi aluno do Liceu Piauiense, no curso científico, no período de 1967 a 1969, tendo cursado a primeira série no Anexo Paulo Ferraz, sendo transferido no ano seguinte para a sede própria deste educandário. Formou-se Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente exerce a função de técnico (economista) na Secretaria de Planejamento do Piauí.



Figura 7 - Lysandro Tito de Oliveira.
Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2006)

Lysandro Tito de Oliveira, conhecido popularmente como Professor Lysandro, nasceu em Teresina (PI), a 8 de junho de 1919, vindo a falecer no dia 25 de dezembro de 2006, quatro meses após esta entrevista. Foi aluno do Liceu Piauiense no ensino secundário no período de 1930 a 1934. Formou-se em Direito pela Faculdade de Minas Gerais em 2 de dezembro de 1939. Retornou ao Liceu Piauiense como professor de Geografia em 1940. No período de 1963 a 1970 assumiu o cargo de diretor do Liceu. Depois, continuou a lecionar até 1987. De 1987 até 1994 trabalhou na Secretaria Estadual de Educação, como assessor do Secretário, vindo por alguns dias a exercer o cargo de Secretário Estadual de Educação. Devido a sua importância no campo educacional, Lysandro Tito de Oliveira, foi homenageado, ainda em vida, tendo seu nome em um colégio da rede pública municipal de ensino, Unidade Escolar Municipal “Lysandro Tito de Oliveira”, localizada no Bairro Santo Antônio, em Teresina.



Figura 8 - Manoel Paulo Nunes.

Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2006).

Manoel Paulo Nunes nasceu em Regeneração (PI) no dia 11 de outubro de 1925 e formou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Foi aluno do Liceu Piauiense de 1943 a 1945. Depois retornou a esta instituição escolar como professor de Português no período de 1947 a 1970. Foi professor de Literatura Portuguesa na Universidade Federal do Piauí, técnico em Assuntos Educacionais do MEC, Secretário da Cultura do Estado do Piauí, Presidente da Fundação Cultural do Piauí; Vice-Presidente da Fundação Cultural do Piauí e Assessor Especial do Ministro da Educação. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho Estadual de Cultura e membro da Academia Piauiense de Letras, sendo escritor das seguintes obras: A Geração Perdida; A Província Constituída; As Solidões Justapostas; Tradição e Invenção; Modernismo e Vanguarda - Notas de Leitura Impressionista; As Duas Faces da Nova Cultura; dentre outras.

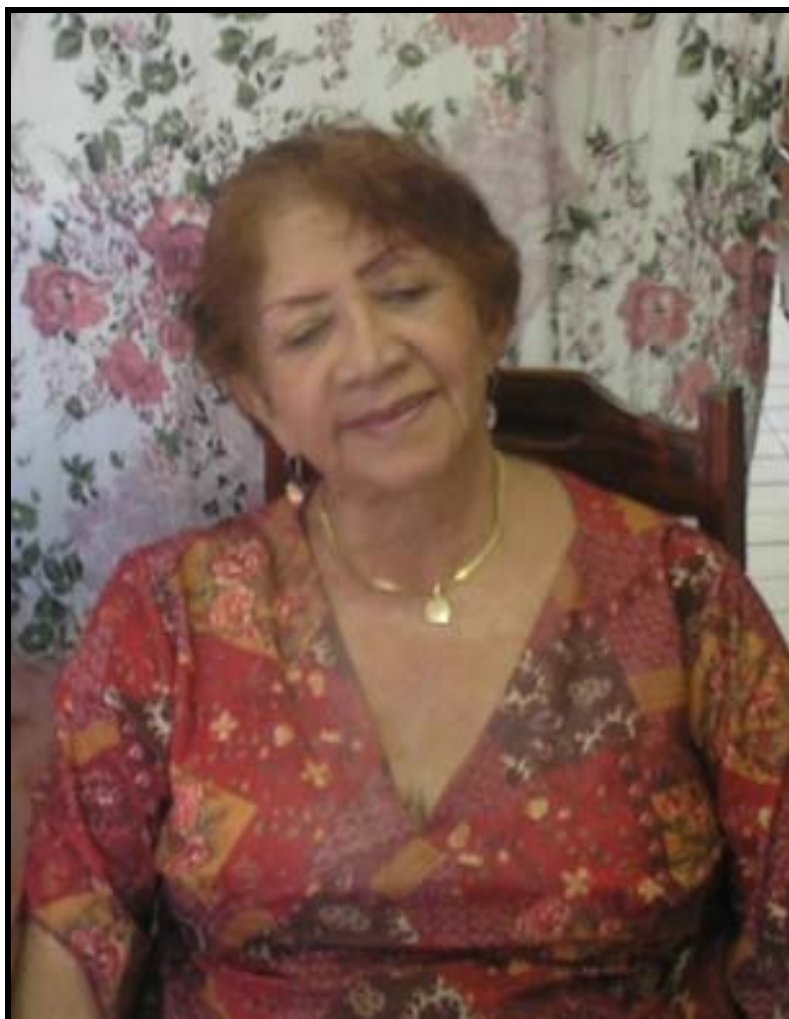


Figura 9 - Maria Carmem Lima Falcão.
Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2007).

Maria Carmem Lima Falcão nasceu em Teresina (PI) no dia 2 de janeiro de 1946, filha de Mariano Pereira Falcão, servidor militar, e Dalila Rosa de Lima Falcão, dona de casa. Tem como escolaridade o ensino médio, fez o curso Pedagógico na Escola Normal e o Técnico em Contabilidade no Colégio Leão XIII ambos em Teresina (PI). Ocupou o cargo de oficial de administração no Liceu Piauiense, no período de 1964 a 2004, no qual exercia serviços burocráticos, ou seja, a função de secretária, tendo passando por vários setores desta instituição, tais como: a Secretaria, a Secretaria da Coordenação e o Arquivo da escola. Demonstrou sentir orgulho em ter trabalhado no Liceu Piauiense, pois, segundo ela, era uma instituição de destaque na sociedade piauiense.

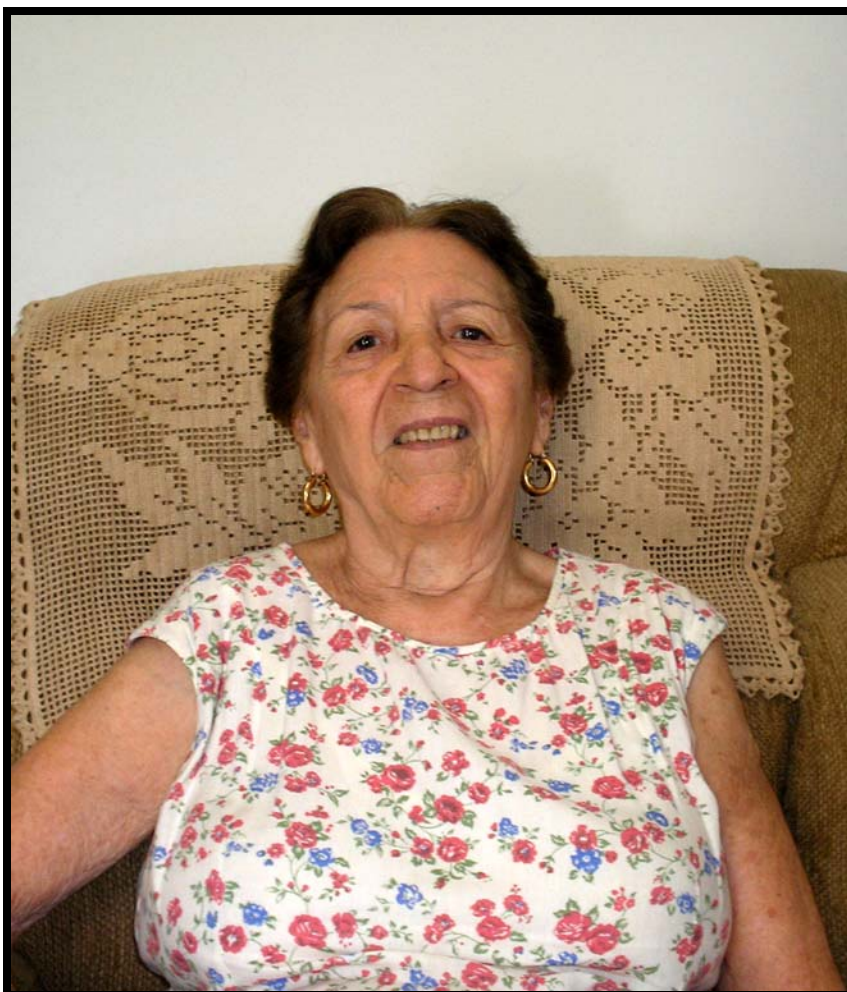


Figura 10 - Martina Monte da Fonsêca.

Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2006).

Martina Monte da Fonsêca nasceu em São Domingos, zona rural de Teresina (PI), a 13 de agosto de 1927. Veio para a cidade de Teresina, em 1948, a procura de tratamento de saúde, onde fixou residência. Dona Martina nunca frequentou uma escola, é autodidata, aprendeu a ler sozinha iniciando em livros de historinhas ilustradas, depois passou para os romances. Foi inspetora do Liceu Piauiense no período de 1962 a 1986. À medida que falava do Liceu seus olhos brilhavam de alegria e ao mesmo tempo mostrava bastante insatisfação, chegando mesmo a dizer que “o seu maior remorso é não ter frequentado nenhuma escola”. Logo no início de sua fala levantou-se, com toda satisfação, para pegar uma foto tirada com alunas do Liceu para nos mostrar.



Figura 11 - Sílvio Mendes de Oliveira Filho.
Fonte: Acervo de Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos (2006).

Sílvio Mendes de Oliveira Filho nasceu em Campo Maior (PI), em 31 de agosto de 1949. Foi aluno do Liceu Piauiense no ano de 1966, prosseguiu seus estudos formando-se em Medicina, em 1974, pela Universidade Federal de Pernambuco, especializando-se em Ortopedia na Universidade de São Paulo. Dentre outros cargos, foi Secretário de Saúde de Teresina e atualmente exerce o cargo de Prefeito desta cidade. Durante a sua fala deixou transparecer o seu amor e respeito pelo Liceu Piauiense.



Figura 12 - Teresinha de Jesus Holanda Ribeiro Gonçalves.
Fonte: Acervo de Maria Inês Bandeira de Vasconcelos (2006)

Teresinha de Jesus Holanda Ribeiro Gonçalves nasceu em Belém (PA) em 20 de dezembro de 1927. Seu pai era oficial do Exército e por força da função que exercia estava constantemente mudando de residência, chegando a Teresinha foi morar perto do Liceu Piauiense, onde tornou-se aluna desta instituição escolar, cursando o 3º ano ginásial, no período de 1942 a 1943, conquistando sólidas amizades como a de Antônia de Almeida Melo que permanece até hoje. Em sua entrevista realizada em 9 de junho de 2006 podemos perceber que apesar de sua pouca temporada como aluna do Liceu, esta instituição imprimiu-lhe marcas inesquecíveis e falar de sua vida escolar, nesta época, foi para ela um momento de grande entusiasmo e suas lembranças fluíam com facilidade como que revivesse cada instante.

Como vimos, os 12 sujeitos apresentados anteriormente são pessoas que se diferem através das próprias ações, ocupando posições diferenciadas na sociedade piauiense, mas que têm em comum o fato de terem sido partícipes do processo educacional do Liceu Piauiense, como aluno, professor ou funcionário desta primeira instituição pública secundária do Piauí e se sentirem satisfeitos(as) em terem estudado ou trabalhado na referida escola.

Para facilitar o entendimento do leitor, vejamos a seguir o quadro abaixo apresentando os sujeitos desta pesquisa com sua formação, período e atuação no Liceu Piauiense:

Nº	SUJEITOS DA PESQUISA	EX-LICEÍSTAS	PERÍODO	FORMAÇÃO
1	Antônia de Almeida Melo	Aluna	1940 a 1943	Magistério
2	Antônio de Almendra Freitas Neto	Aluno	1959 a 1962	Economia
3	Celso Barros Coelho	Professor	1946 a 1947	Direito
4	Jesualdo Cavalcanti Barros	Aluno	1958 a 1961	Direito
5	João Gabriel Baptista	Professor	1959 a 1982	Engenharia Civil
6	José Viana de Vasconcelos	Aluno	1967 a 1969	Economia
7	Lysandro Tito de Oliveira	Aluno Professor Diretor	1930 a 1934 1940 a 1987 1963 a 1970	Direito
8	Manoel Paulo Nunes	Aluno Professor	1943 a 1945 1947 a 1970	Direito
9	Maria Carmem Lima Falcão	Funcionária	1964 a 2004	Ensino médio
10	Martina Monte da Fonsêca	Funcionária	1962 a 1986	Autodidata
11	Sílvio Mendes de Oliveira Filho	Aluno	1966 a 1966	Medicina
12	Teresinha de Jesus H. R. Gonçalves	Aluna	1942 a 1943	Ens. fundamental

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa.

Fonte: Dados pessoais dos sujeitos desta pesquisa.

Este quadro nos mostra que os sujeitos desta pesquisa são pessoas que vivenciaram a história do Liceu Piauiense em períodos e funções diferentes. Os professores, com exceção de um, que é engenheiro civil, todos são advogados, o que demonstra ser a formação predominante da época. Os(as) alunos(as), com exceção de uma, que tem como formação o ensino fundamental, todos deram continuidade aos seus estudos, chegando a se formar em magistério, economia,

direito e medicina, o que comprova ser o Liceu Piauiense uma escola que oferecia uma boa formação aos seus alunos. Já em relação às funcionárias, uma possui o ensino médio, e a outra é autodidata, ou seja, se instruiu por si, sem auxílio de professores. Portanto, percebemos que, na época em análise, para ser funcionário(a) não era exigida a comprovação documental da formação escolar.

CAPÍTULO II

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA BRASILEIRA

Neste capítulo apresentamos uma visão panorâmica da história da educação secundária brasileira, procurando enfatizar o ensino secundário no contexto nacional com a finalidade de facilitar o entendimento histórico da instituição em pesquisa, durante o período escolhido como limite temporal deste estudo, sem desconhecer as influências anteriores e posteriores a este período.

2.1 O surgimento da educação secundária no Brasil

Há consenso entre os autores que estudam a história da educação brasileira ao dizer que a educação formal no Brasil teve início no período colonial com a vinda dos jesuítas, em 1549. Um desses autores, Azevedo (1976, p. 9), afirma que:

A vinda dos padres jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história, e, certamente, a mais importante pelo vulto da obra realizada e sobretudo pelas conseqüências que dela resultaram para nossa cultura e civilização.

Observamos que o autor, acima mencionado, confirma ser a chegada dos jesuítas o marco inicial da história da educação brasileira, como também reconhece a importância do trabalho realizado pelos jesuítas em prol dessa educação no decorrer de um longo período.

No mesmo ano da chegada dos jesuítas, segundo Piletti (1988, p. 7), “em fim de 1549, já se fundava em São Vicente um seminário-escola, o primeiro curso secundário realizado no Brasil”. Mais tarde este Colégio foi, conforme Aranha (1996, p. 100), “transferido para Piratininga no planalto. Aí, em 1554 fundam o Colégio de São Paulo, então surgindo a cidade do mesmo nome”.



Figura 13 - Pátio do Colégio de São Paulo, fundado pelos jesuítas em 1554.
 Fonte: Revista Tema Livre. Disponível em: <<http://www.prodham.sp.gov.br/dph/acervos/acaqua01.htm>>. Acesso em: 24 out. 2006.

A figura acima nos mostra o Colégio São Paulo de Piratininga, ao lado de uma igreja, construídos com o auxílio dos índios que lá viviam e de membros da Companhia de Jesus. Foi um local escolhido pelo padre Manuel da Nóbrega (FIGURA 14), segundo ele, era um ponto estratégico, pois, dentre outras vantagens, ali se encontrava um clima parecido com o da Europa, solo bom para a criação de gado e agricultura, comida, água fácil e um relevo acidentado facilitando uma visão ampla das terras vizinhas. Ao redor do Colégio foram surgindo outras casas e aumentando a população, dando origem à cidade de São Paulo, atualmente a maior metrópole da América Latina.

Ao falar do início da história da educação brasileira, Aranha (1996, p. 100) comenta que:

O padre Manuel da Nóbrega, de espírito empreendedor, organiza as estruturas do ensino, atento às condições novíssimas aqui encontradas. O primeiro jesuíta a aprender a língua dos índios foi Aspilcueta Navarro, também pioneiro na penetração nos sertões em missão evangelizadora. A essas duas figuras vem se juntar, em 1553, o noviço José de Anchieta, de apenas 19 anos, e que vai se destacar no trabalho apostólico.

Azevedo (1976, p. 13-17), conhecido estudioso na área da história da educação, referindo-se aos padres supra mencionados, diz que:

Se nessa trindade esplêndida, — Nóbrega, o político, Navarro, o pioneiro, e Anchieta, o santo, se simboliza a atividade extraordinária dos jesuítas no século XVI, — a fase mais bela e heróica da história da Companhia de Jesus. [...]. Certamente, os padres desde o século XVI, aprenderam dos índios a sua língua em que se tornaram mestres exímios e de que escreveram a gramática, mas não a aprendiam senão para os instruir por ela e conquistar mais facilmente os selvagens à sua fé e às suas idéias religiosas e sociais [...] (AZEVEDO, 1976, p. 13-17).

Observamos nas duas últimas citações, que os três padres: Nóbrega, Navarro e Anchieta, não mediram esforços para implantar a cultura européia aqui no Brasil. Procuraram através da escola, dentre outras coisas, converter os índios à fé católica, e assim, conquistavam o território, que na época, era colônia de Portugal. A seguir, nas figuras 14, 15 e 16, apresentamos esses padres a quem Azevedo denominou de trindade esplêndida:

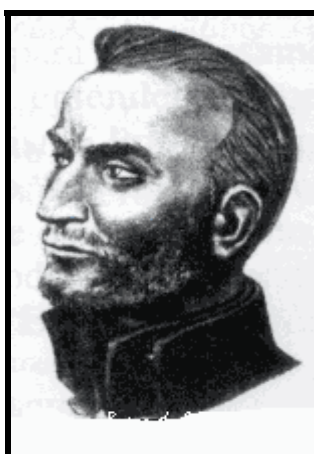


Figura 14 - Padre Manuel da Nóbrega.

Fonte: Pequena história do Cadete: biografias. Disponível em: <<http://www.bairrodocatete.com.br/padrejosedeanchieta1.html>>. Acesso em: 24 out. 2006.

Manuel da Nóbrega nasceu em Portugal, em 18 de outubro de 1517, onde se formou em Direito. Recebendo depois o hábito da Companhia de Jesus, veio para o Brasil na companhia de Tomé de Sousa, nosso primeiro Governador-Geral. Desde o início da sua missão demonstrou zelo pelas suas atividades. Nóbrega catequizava o indígena e, ao mesmo tempo, moralizava os colonos promovendo relações amigáveis entre ambos. Foi fundador das primeiras escolas brasileiras e ajudou a fundar três grandes cidades: São Paulo, surgida de seu Colégio Jesuíta de São Paulo de Piratininga, Salvador e Rio de Janeiro. Morreu no Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1570.



Figura 15 - Padre Aspilcueta Navarro

Fonte: João de Azpilcueta – Navarro (1522–1557) Lehenengo Euskalduna. Disponível em: <http://www.euskosare.org/komunitateak/jakinet/joao_azpilcueta>. Acesso: em 24 out. 2006.

João de Aspilcueta Navarro, ingressou na Companhia de Jesus, em Coimbra, em 22 de dezembro de 1542, aos vinte anos de idade. Chegou ao Brasil, em 29 de março de 1549, juntamente com o Governador-Geral Tomé de Souza. Foi o primeiro padre a aprender a língua indígena, o que auxiliou na catequese dos índios. Era de nobre família dos Aspilcueta e como os portugueses tinham dificuldade para pronunciar o seu nome, passaram a chamá-lo de Navarro, por ter nascido em Navarra, região da Espanha. Morreu, ainda jovem, na Bahia, no dia 30 de abril de 1557.



Figura 16 - Padre José de Anchieta.

Fonte: Pequena história do Cadete: biografias. Disponível em: <<http://www.bairrodocatete.com.br/padrejosedeanchieta1.html>>. Acesso: em 24 out. 2006.

José de Anchieta nasceu em Tenerife, na Espanha, a 19 de março de 1534. Estudou em Coimbra e partiu para o Brasil em 1553, com dezenove anos de idade, ainda noviço. Ao chegar desempenhou várias funções, dentre elas, mestre no Colégio São Paulo de Piratininga, missionário em São Vicente, em Piratininga e no Rio de Janeiro; exercendo todas essas e muitas outras funções com total dedicação e responsabilidade, o que o tornou uma pessoa querida por todos. Morreu em 1597 no Espírito Santo.

Os jesuítas foram se espalhando rapidamente pelas várias regiões do

Brasil, criando mais colégios, podendo ser considerados “como responsáveis praticamente exclusivos pela educação brasileira durante pouco mais de dois séculos (1549-1759), os jesuítas prestaram decisiva contribuição ao processo de colonização do Brasil” (PILETTI, 1997, p.31). O mesmo autor prossegue dizendo que:

No Brasil, os jesuítas dedicaram-se a duas tarefas principais: a pregação da fé católica e o trabalho educativo. Com seu trabalho missionário, procurando salvar as almas, abriam caminho à penetração dos colonizadores; com seu trabalho educativo, ao mesmo tempo em que ensinavam as primeiras letras e a gramática latina, ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus. [...]. Os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos. A todos procuravam transformar em filhos da Companhia de Jesus e da Igreja, exercendo grande influência em todas as camadas da população (PILETTI, 1997, p. 33-34).

Percebemos que os jesuítas tiveram um papel muito importante na educação brasileira, embora esta educação tenha sido voltada para os interesses do colonizador, como esclarece Aranha (1996, p. 99):

A intenção não é, porém, simplesmente difundir a religião. Numa época de absolutismo, a Igreja, submetida ao poder real, é instrumento importante para a garantia da unidade política, já que uniformizava a fé e a consciência. A atividade missionária facilita sobremaneira a dominação metropolitana e, nessas circunstâncias, a educação assume papel de agente colonizador.

As escolas jesuíticas eram regidas pela *Ratio atque Instituto Studiorum*, um documento escrito por Inácio de Loiola, como um modelo de processo educativo, para unificar o procedimento pedagógico dos jesuítas. Como esclarece Piletti (1988, p. 7):

Segundo a *Ratio Studiorum*, plano completo dos estudos mantidos pelos jesuítas, os cursos oferecidos eram em número de três: o curso de Letras Humanas e o curso de Filosofia e Ciências, considerados de nível secundário, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, destinado principalmente à formação de sacerdotes. Concluídos os cursos de Letras Humanas e de Filosofia e Ciências; os jovens que não se orientassem para a carreira eclesiástica e que pretendessem continuar seus estudos deviam fazê-lo na Europa, onde encontravam, entre outras, a Universidade de Coimbra, que era a “mais reputada para as ciências Teológicas e Jurídicas”, e a Universidade de Montpellier, a mais procurada no campo da Medicina. O curso de Letras Humanas, que tinha uma duração de cinco ou seis anos, abrangia

estudos de Gramática Latina, Humanidade e Retórica. Depois do curso de Letras Humanas, os estudantes freqüentavam as classes de Filosofia, que compreendiam estudos de Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais, cuja duração chegava a três anos. Dessa forma, pode-se afirmar que os cursos de grau médio, Letras Humanas e Filosofia tinham uma duração global aproximada de nove anos.



Figura 17 - Pátio da Universidade de Coimbra.

Fonte: Universidade de Coimbra. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_de_Coimbra>. Acesso em: 25 out 2006.

A Universidade de Coimbra contribuiu com a educação dos jovens brasileiros provenientes de famílias com boas condições financeiras. Estes jovens saíam do Brasil para dar continuidade aos seus estudos, dirigindo-se à Universidade de Coimbra, pois representava uma instituição de referência no panorama do ensino superior em Portugal e no mundo.

O ensino secundário brasileiro surgiu destinado às classes abastadas. Nemi e Martins (1996, p. 14) confirmam ao dizer que:

Os jesuítas fundaram colégios e organizaram uma série de missões religiosas que ensinavam as primeiras letras aos índios e aos filhos de colonos. O ensino médio era reservado apenas à classe dominante, que, após os primeiros estudos com os jesuítas, seguia para a Europa a fim de completar sua formação. Aqueles que se dedicavam à vida religiosa estudavam teologia e filosofia nos seminários. Para os negros e homens livres pobres, entretanto, não havia lugar nas escolas.

Portanto, a educação brasileira tem suas raízes no processo de colonização implantado no Brasil Colônia a partir do século XVI. A educação era

definida e determinada pela exigência e necessidade das metrópoles europeias da época; como diz Aranha (1996, p. 99), “a história do Brasil no século XVI não pode ser desvinculada dos acontecimentos da Europa [...]”. Esta afirmação é confirmada por Romanelli (2003, p. 34) “o ensino que os padres jesuítas ministravam eram completamente alheio à realidade da vida da Colônia”.

Os jesuítas foram os responsáveis pela educação brasileira durante muito tempo. Até que Marquês de Pombal conseguiu retirá-los do Brasil com a alegação de que os mesmos opunham-se ao controle do governo português. “Do conflito chegou-se ao rompimento: por alvará de 28 de junho de 1759, o marquês de Pombal suprimiu as escolas jesuíticas de Portugal e de todos os seus domínios” (PILETTI, 1997, p. 36).



Figura 18 - Marquês de Pombal.

Fonte: História da educação no Brasil: período pombalino. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb03.htm>>. Acesso em: 25 out. 2006.

Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, Marquês de Pombal, entrou em conflito com os jesuítas, por estes representarem uma ameaça ao seu interesse, o que culminou na expulsão dos mesmos juntamente com suas escolas, provocando um dismantelo de todo o sistema educacional brasileiro. No item seguinte abordamos alguns aspectos da educação brasileira, após a expulsão dos jesuítas.

2.2 A decadência da educação secundária no Brasil

Após a expulsão dos jesuítas, em 1749, houve um retrocesso em todo o ensino brasileiro, inclusive no secundário, pois “deixaram de existir, repentinamente, dezoito estabelecimentos de ensino secundário e cerca de 25 escolas de ler e

escrever. Em seu lugar passaram a ser instituídas algumas aulas régias, sem nenhuma ordenação entre elas” (PILETTI, 1997, p. 38). Um dos objetivos da campanha de Pombal contra a Companhia de Jesus, de acordo com Nunes (1999, p. 49) “foi justamente retirar-lhe o monopólio da educação, o que era essencial às reformas que pretendia introduzir”.

Embora o ensino dos jesuítas seja questionável, a saída deles trouxe de início bastante prejuízo para a educação brasileira. Azevedo (1976, p. 47-55) confirma esta afirmação, ao dizer que:

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão. Quando o decreto do Marquês de Pombal dispersou os padres da Companhia, expulsando-os da Colônia e confiscando-lhes os bens, fecharam-se de um momento para outro todos os seus colégios, de que não ficaram senão os edifícios, e se desconjuntou, desmoronando-se completamente, o aparelhamento de educação, montado e dirigido pelos jesuítas no território brasileiro. [...]. O que nos veio, não foram propriamente reformas (nem era possível exigir de golpe reformas que só longamente se podiam realizar), mas uma série incoerente de medidas, tardias e fragmentárias, com que em 1759 e 1772 o governo da Metrópole se pôs a talhar, na massa inerte da sociedade colonial, uma obra que desse a iluminação de substituir o organismo desmantelado. [...]. A história de nossa cultura científica se pode dizer, pois, que teve suas origens na obra realizada pelo Marquês de Pombal na Universidade de Coimbra que, com os novos estatutos, se transformou num centro de estudos científicos, colhendo, nesse arranco para a cultura moderna, uma plêiade de jovens brasileiros e treinando-os nos novos métodos de estudos e de investigação.

Observamos que o principal motivo do prejuízo educacional causado com a expulsão dos jesuítas foi a ausência de medidas imediatas que viesse substituir o ensino jesuítico. Essas medidas foram ocorrendo de forma lenta, o que acarretou a desorganização de um sistema estruturado de ensino.

Percebemos a importância da Universidade de Coimbra, mediante o trabalho de Pombal no momento de iniciar a formação do educando brasileiro quando diz respeito aos benefícios para os estudos científicos na formação das elites, bem como na contribuição da mentalidade brasileira. Dessa forma,

“lentamente, as concepções que nortearam as reformas pombalinas foram se infiltrando no Brasil” (VECHIA, 2005, p. 79).

De acordo com Carvalho (1978, p. 139):

O objetivo superior da reforma pombalina foi criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa (*apud* PILETTI, 1997, p. 36).

O Alvará de 28 de junho de 1759 suprimiu as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, criando as aulas régias ou avulsas que deveriam substituir os extintos colégios jesuítas. As aulas régias eram autônomas e isoladas, com professor único e uma não se articulava com as outras, provocando a ocorrência de um ensino que passou a ser disperso e fragmentado, baseado em aulas isoladas. Ribeiro (1995, p. 33) comenta que:

O Alvará de 28-6-1759 criava o cargo de diretor geral dos estudos, determinava a prestação de exames para todos os professores, que passaram a gozar do direito de nobres, proibia o ensino público ou particular sem licença do diretor geral dos estudos e designava comissários para o levantamento sobre o estado das escolas e professores.

Essas reformas propostas pelo Marquês de Pombal chegaram ao Brasil na época em que se davam mudanças na sociedade brasileira; a economia, que no início da colonização dependia da extração do pau-brasil e depois da monocultura da cana-de-açúcar, estava em um amplo processo de desenvolvimento graças às descobertas no setor de mineração. O comércio prosperava e as cidades, principalmente as que forneciam os minérios, estavam se tornando núcleos urbanos prósperos, e por isso necessitavam de pessoas qualificadas para atender as demandas da época.

Segundo Piletti (1997, p. 37), “o ensino brasileiro, ao iniciar-se o século XIX, estava reduzido a pouco mais que nada, em parte como consequência do desmantelamento do sistema jesuítico, sem que nada de similar fosse organizado em seu lugar”.

Neste contexto, surgiu o Seminário de Olinda, fundado por José Joaquim de Azeredo Coutinho, em 1800, considerado pelos estudiosos da área como melhor

colégio de instrução secundária do Brasil. Este Seminário destacava-se pela sua organização, no que diz respeito principalmente às matérias de Matemática, Ciências Físicas e Naturais com planos de ensinos bem definidos.

Apesar das reformas instituídas ao ensino no Brasil, o nosso atraso ainda era grande. O país era formado por uma burguesia agrária, escravos e uma emergente classe média que estava baseada nas atividades do trabalho livre em expansão.

Esta afirmação é confirmada por Nunes (1999, p. 62-63):

Culturalmente, o nosso atraso era grande. Não tínhamos universidade, nem imprensa. Só as aulas régias, primárias e secundárias, marcavam a atividade da Coroa lusa no setor educacional. Além das aulas de latim, filosofia e retórica, em conventos e seminários, sobressaía-se, pelo traço inovador, a obra de Azeredo Coutinho em Olinda. [...]. A chegada da Corte lusa veio alterar bruscamente o ritmo da nossa evolução histórica. Tornando-se o Brasil sede da monarquia portuguesa, as providências tomadas objetivavam colocá-lo à altura da nova situação criada. Daí a necessidade de mudança das condições de relação político-econômicas até então vigentes entre nós e Portugal, mediante atos como abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, criação do Banco do Brasil e a revogação do alvará que aqui proibia a instalação de indústrias.

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, a educação se destinou a formação das elites dirigentes do país. O governo deu destaque a criação de escolas superiores, não tomando nenhuma iniciativa em relação à organização do ensino primário nem secundário, que continuavam sob o sistema de aulas régias.

Essa nova realidade brasileira, com a abertura dos portos ao comércio internacional, a criação do Banco do Brasil, a revogação do Alvará que proibia a industrialização, a fundação da imprensa régia, dentre outras mudanças, acarretou a necessidade de pessoal mais preparado para atender aos serviços públicos.

Assim, o surgimento dos cursos aconteceu como parte do progresso no meio educacional, visando sanar os problemas imediatos. Desta forma, foram criados diversos cursos, tais como os abaixo relacionados apontados por Piletti (1997, p. 42):

- no Rio de Janeiro, Academia de Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), cursos de Anatomia e Cirurgia (1808), laboratório de Química (1812), curso de Agricultura (1814), Escola Real de Ciências, Artes e Ofício (1816);

- na Bahia, curso de Cirurgia (1808), cadeira de Economia (1808), curso de Agricultura (1812), curso de Química (1817), curso de Desenho Técnico (1817).

Este assunto é ampliado por Ribeiro (1995, p. 41-42) ao colocar que:

Em primeiro lugar, que a expressão curso não dá idéia precisa, uma vez que em verdade, muitos correspondiam a aulas, como as de economia, anatomia, etc. Em segundo lugar que, pelas condições imediatistas a que teve de se subordinar, quase que exclusivamente se condicionou o prosseguimento de tais estudos conforme duas tendências que, de determinado ponto de vista, foram prejudiciais ao seu pleno desenvolvimento. Tais tendências são: organização isolada (não universitária) e preocupação basicamente profissionalizante. Entretanto, sob um outro ponto de vista, tais criações se revestiram de um aspecto positivo: o de terem surgido de necessidades reais do Brasil, coisa que pela primeira vez ocorria, embora essas necessidades ainda tenham sido em função de ser o Brasil sede do reino.

Portanto, não houve uma melhoria no ensino secundário, pois continuava a ser exercido através de aulas avulsas, sem uma organização definida, tendo como função a preparação propedêutica, mas podemos dizer que de uma certa forma se delineava um processo de autonomia, havendo um avanço no contexto social da época, embora no sentido de resolver problemas imediatos, vindo a resultar na independência política.

A Independência política do Brasil não contemplou o ensino secundário, permanecendo com as suas aulas avulsas, sem a existência de nenhum plano estruturado, contando apenas com discussões sem tomar qualquer medida que tenha trazido uma melhoria para este tipo de ensino. Dois anos após a Independência, em 1824, é outorgada a primeira Constituição brasileira, que em seu art. 179, inciso XXXII previa a “instrução primária gratuita a todos os cidadãos”, embora na prática não tenha se concretizado totalmente. Em relação à educação secundária, esta Constituição não demonstrou nenhum compromisso, continuando assim, as aulas avulsas.

Neste contexto, destacou-se a Lei de 15 de outubro de 1827, primeira lei orgânica do ensino no Brasil, que estipulou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos, mas essa disposição também não logrou êxito na prática, pois, “fracassou por várias causas, econômicas, técnicas e políticas, não corresponderam aos intuitos do legislador; o governo mostrou-se incapaz de organizar a educação popular no país” (AZEVEDO, 1976, p. 72).

2.3 A criação dos Liceus

Como já mencionado anteriormente, o quadro do ensino secundário brasileiro era precário. Entretanto, alguns presidentes dessas províncias, tomaram iniciativas com o intuito de amenizar essa situação, como é o caso de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, que fundou por decreto o Liceu Provincial de Pernambuco, no dia 1º de setembro de 1825, instalado em uma das dependências do Convento da Ordem Terceira do Carmo, sendo oferecidas aulas avulsas, um legado da política pombalina, ministradas por professores leigos, escolhidos de forma aleatória.

Essa instituição teve vários endereços e denominações. Em 14 de maio de 1855, uma Lei converte o Liceu Provincial de Pernambuco em um internato de educação pública e de instrução secundária, sob o nome de Ginásio Pernambucano. Em 1866, é instalado em seu prédio na Rua da Aurora. A partir de 1893, por imposições políticas, passou a chamar-se Instituto Benjamim Constant. Em 1899, voltou a se chamar Ginásio Pernambucano, até 1941, quando passou a ser denominado Colégio Pernambucano, e, depois, em 1942, Colégio Estadual de Pernambuco. E, por fim, pelo Decreto 3.432, de 31 de dezembro de 1974 voltou, pela terceira vez, à denominação de Ginásio Pernambucano. A seguir, na figura 19, apresentamos o Liceu Pernambucano:



Figura 19 - Liceu Provincial de Pernambuco.

Fonte: Ginásio Pernambucano. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/pe/pe0028.html>>. Acesso em: 26 out. 2006.

Em 1834 foi decretado um Ato Adicional que alterava os dispositivos da Constituição de 1824, instituindo às Assembléias Legislativas Provinciais o direito

de legislar e organizar o sistema de educação pública elementar e secundária nas províncias. Para Azevedo (1976, p. 73-74) “o sistema educativo e cultural em formação desde Dom João VI foi atingido no seu desenvolvimento [...] e que resultou da vitória das tendências descentralizadoras dominantes na época”.

Dessa forma, houve relativa descentralização administrativa, pois permitia tanto ao poder central como ao de qualquer província em seu território, criar e legislar sobre o ensino. De acordo com Piletti (1988, p. 10):

Na prática, as conseqüências desta dualidade de competências foram bem diferentes: a atuação do poder central limitou-se ao ensino superior, em geral, e ao ensino primário e secundário do Município da Corte; as províncias limitaram-se a promover, muito precariamente, o ensino primário e secundário, deixando para o poder central o monopólio dos estudos maiores.

Este descompromisso do poder central com o ensino primário e secundário deixou-os em situação ainda mais difícil do que já se encontravam, situação esta que vinha se arrastando desde a expulsão dos jesuítas. Grande parte das Províncias não contava com recursos financeiros, como também faltava vontade política, especialmente nas Províncias em que a demanda pela educação ainda era pequena, e isto fazia com que o quadro se agravasse cada vez mais.

Assim, essa descentralização trazida pelo Ato Adicional ocasionou o desenvolvimento do ensino secundário particular, o que provocou o surgimento de várias escolas privadas em inúmeros locais do Brasil, especialmente nas capitais das províncias. Nesta época destacaram-se alguns colégios particulares, como o Colégio Caraça (Minas Gerais), fundado em 1820, o primeiro Colégio em Desterro (Santa Catarina), em 1845; o Colégio de Pernambuco, em 1867; e o Colégio de São Luís em Itu (São Paulo), em 1867 (AZEVEDO, 1976, p. 76-77). Isto fez com que o ensino secundário se tornasse ainda mais elitista, pois apenas as pessoas de maior poder aquisitivo podiam pagar seus estudos.

Dessa forma, podemos dizer que o ensino secundário brasileiro atingia apenas uma pequena parcela da população, especificamente a que buscava acesso aos cursos superiores. Isto acontecia, porque esta etapa estava voltada para a preparação do ingresso nas faculdades.

Sobre esse aspecto da educação brasileira, Vechia (2005, p. 82) informa que:

A instrução pública passou a ser, então, o reflexo da instabilidade política, da carência de recursos nas províncias e suas especificidades. Em algumas províncias foram criadas aulas avulsas, sem os requisitos exigidos e em outras passou-se a esboçar tentativas de dar uma certa organicidade às aulas avulsas. Foram criados, então, alguns liceus, instituições surgidas pela influência cultural e educacional que a França exercia à época e voltadas para atender à classe mais abastada da população. Os primeiros foram os de Pernambuco, em 1826; o do Rio Grande do Norte, em 1835, e os da Paraíba e da Bahia, em 1836. Na realidade, esses “liceus” apresentavam uma organização muito frágil; consistiam na reunião de aulas avulsas, ministradas em um local único, sem qualquer integração ou organicidade entre as cadeiras.

Ainda em relação a este assunto, Haidar e Tanuri (2004, p. 69) esclarecem:

De fato, o ensino público, secundário, ainda depois da Independência fragmentado em aulas avulsas, principiara a organizar-se em liceus e colégios após o Ato Adicional, por iniciativa das administrações provinciais e do governo central. Esboçando-se timidamente na maior parte dos liceus provinciais, que se limitaram a justapor em um mesmo local aulas avulsas antes dispersas, a tendência à organização manifestava-se vigorosamente no Colégio Pedro II e nos liceus da Bahia e Pernambuco.

Embora o Brasil tenha conseguido sua autonomia política e com isso a sua primeira Constituição, em 1824, ainda tinha uma educação precária e desorganizada, continuava o modelo econômico agrário, com algumas modificações em função do desenvolvimento comercial e industrial, portanto, precisava de pouca mão-de-obra qualificada, assim, grande parte da população não estudava. A seguir, apresentamos algumas medidas sobre a organização do ensino secundário brasileiro.

2.4 A evolução organizacional do ensino secundário

O governo central, buscando organizar o ensino secundário público no Brasil, fundou o Colégio Pedro II, como bem nos esclarece Lorenz (2004, p. 49):

Em 1837, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de Bernardo Pereira de Vasconcellos que propunha a fundação do Colégio Pedro II, o qual seria instalado no antigo Seminário de São Joaquim, no Rio de Janeiro. O Collegio recebeu esse nome em

homenagem ao futuro Imperador do Brasil, Pedro II, da casa de Bragança. No ano seguinte, por ocasião da inauguração do Colégio, Bernardo de Vasconcellos expôs, aos presentes, as idéias que norteavam a sua criação. Destacou que a nova instituição era uma alternativa para as Aulas Avulsas”, freqüentadas pelos filhos da elite, e enfatizou que deveria servir de modelo a ser seguido pelas demais instituições de ensino secundário do Rio de Janeiro e das Províncias.

Desta forma, esta instituição foi fundada em decorrência da reorganização do Seminário de São Joaquim (antigo Seminário dos Órfãos de São Paulo, criado em 1739 pelo Frei Antônio de Guadalupe), sendo inaugurada em 2 de dezembro de 1837, data de aniversário do Imperador Pedro II e oficializada por Decreto que o transformou em colégio de ensino secundário, assim dispendo:

Art. 1. - O Seminário de São Joaquim é convertido em colégio de instrução secundária.

Art. 2 - Este colégio é denominado Colégio de Pedro II.

Art. 3 - Neste colégio serão ensinadas as línguas latina, grega, francesa, inglesa, retórica e os princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, álgebra, geometria e astronomia.

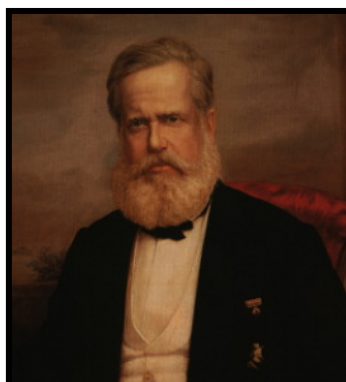


Figura 20 - Dom Pedro II.

Fonte: Sesquicentenário da sagração e centenário da morte de Dom Pedro II. Disponível em: <<http://www.psg.com/~walter/dpii.htm>>. Acesso em 27 out. 2006.

Dom Pedro II nasceu, em 2 de dezembro de 1825, no Rio de Janeiro. Em 7 de abril de 1831 foi declarado Imperador do Brasil, isto porque Dom Pedro I abdicou do trono a seu favor, indo para a Europa e deixando-o entregue à tutela de José Bonifácio. A partir daí teve a sua educação orientada para assumir o cargo de Imperador do Brasil aos dezoito anos. Proclamado maior, antecipadamente, em 23 de julho de 1840 foi coroado em 18 de julho de 1841. Casou-se em 1842 com Teresa Cristina. Seu reinado findou com a proclamação da república em 15 de novembro de 1889.

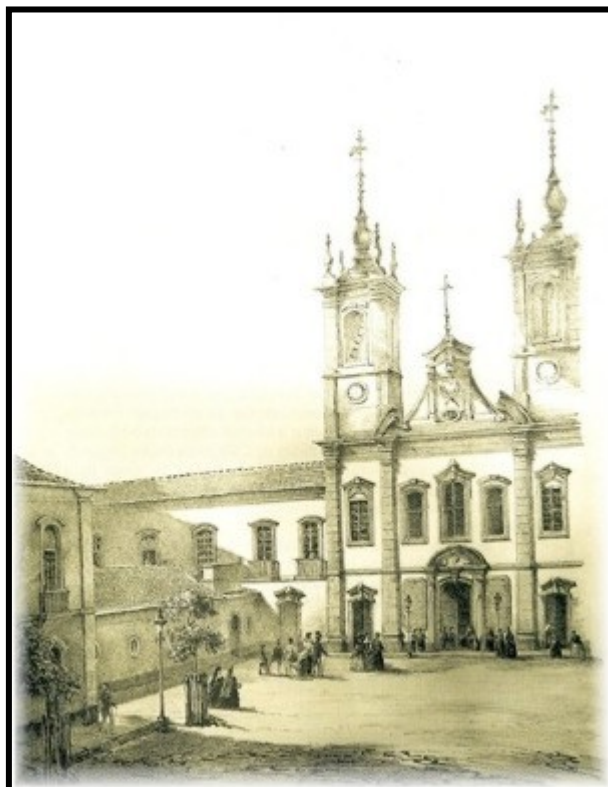


Figura 21 - Colégio Pedro II.

Fonte: Histórico do Colégio Pedro II. Disponível em: <<http://www.cp2centro.net/historia/historia/historia>>. Acesso em: 27 out. 2006.

Com a fundação do Colégio Pedro II “apresentou pela primeira vez entre nós um programa gradual e integral de ensino. Abre-se um capítulo diferente no panorama do ensino secundário brasileiro” (NUNES, 1999, p. 70). Foi criado para servir de instituição modelo do ensino secundário, devendo seguir o ensino moderno da Europa, especialmente o da França.

Desta forma, era um colégio organizado de acordo com os liceus franceses, refletindo, assim, as mudanças atuais da época na Europa. Esta instituição sempre contou com a atenção especial de Dom Pedro II, tornando-se uma escola padrão, uniformizando o ensino secundário brasileiro, que deveria ser seguido pelos colégios públicos e particulares.

Com o Colégio Pedro II houve um sistema de séries no curso secundário. O regulamento de 31 de janeiro de 1838 traz os estudos simultâneos e seriados, organizados em um curso de seis a oito anos. Estudava-se simultaneamente: línguas latina, grega, francesa e inglesa, a gramática nacional e a retórica, a geografia e a história, as ciências naturais, as matemáticas. Teria, assim, um curso seriado e aos alunos aprovados em todas as disciplinas era conferido o diploma de Bacharel em Letras e teria o ingresso direto nos cursos superiores.

Com a Proclamação da República no país, o Colégio Pedro II teve sua denominação modificada para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, logo em seguida, em 1890 houve novamente alteração de seu nome, passando a ser denominado de Ginásio Nacional. Mais tarde, em 1911, voltou a utilizar a sua primeira designação, Colégio Pedro II, permanecendo até os dias atuais.

Segundo Aranha (1996), com o fim do governo imperial brasileiro e a instalação da República em 1889, foi promulgada a Constituição de 1891 que instituiu o governo representativo, federal e presidencial. Este federalismo provocou autonomia dos Estados que integram a República Federativa do Brasil, o que intensificou as desigualdades entre tais Estados.

O período imperial deixou um legado para a educação brasileira. Desta forma, Piletti (1988, p. 13), ao se referir sobre o ensino secundário, comenta que:

Em matéria de ensino secundário, a República herdou do Império dois regimes paralelos: de um lado, o regime regular, seriado, pouco freqüentado, mantido principalmente e quase que exclusivamente pelo Colégio Pedro II; de outro lado, o regime de cursos preparatórios e exames parcelados, absorvendo a grande maioria dos alunos, por ser o caminho mais fácil e rápido para os cursos superiores, mantidos pelos estabelecimentos provinciais e particulares e, na última década do Império, também pelo Colégio de Pedro II.

Durante o período da República brasileira um novo modelo de sistema educacional começa a se formar por meio de leis, decretos, e atos institucionais, onde os mesmos procuraram organizar critérios e diretrizes para o ensino primário, secundário e universitário, como também trilharam um caminho na tentativa de criar regras para normatizar o ensino agrícola e o industrial.

Com o Decreto 981, de 8 de novembro de 1890 e o Decreto 1.075, de 22 de novembro de 1890, Benjamin Constant apresentou várias mudanças no campo educacional. Esta reforma, dentre outras modificações, trouxe a valorização do ensino do vernáculo e o destaque dos conteúdos brasileiros no ensino da história, geografia e literatura, retirando disciplinas como, religião, filosofia e retórica. Instituiu ainda a obrigatoriedade de se realizarem exames de madureza para receber um certificado equivalente à conclusão do curso secundário para poder ingressar nos cursos superiores. Nunes (1999, p. 83-84) afirma que:

O exame de madureza, talvez o ponto mais interessante da reforma Benjamim Constant, pois tirava ao ensino secundário o aspecto de mera via de acesso aos cursos superiores, foi o mais combatido, e a execução, protelada. Só há notícias de sua realização em 1899.

Em seguida, surge uma nova reforma no âmbito educacional, em 1901, com Epiácio Pessoa, que também estabeleceu a uniformização do ensino secundário, tendo como base o Ginásio Nacional (Colégio Pedro II), utilizando-o como modelo para as demais escolas. Epiácio Pessoa ainda implantou o regime seriado e manteve o exame de madureza em substituição aos exames parcelados. Entretanto, essas mudanças não se concretizaram, pois a seriação não foi realmente estabelecida e os exames parcelados continuaram.

Em 1911 destacou-se a reforma Rivadávia Correia, com o Decreto 859 de 5 de abril deste ano, denominada Lei Orgânica do ensino. Essa reforma, dentre outras alterações, concedia autonomia didática e administrativa às faculdades, o que provocava um processo de desoficialização do ensino e instituía o exame vestibular, isto é, o exame feito ao entrar nas faculdades e não mais nos estabelecimentos secundários.

Assim, foi abolindo o reconhecimento oficial dos certificados de conclusão dos cursos secundários, em nome da liberdade e autonomia, desobrigando o Estado perante o setor educacional e resultando na desoficialização do ensino. Em relação às conseqüências dessas medidas, Nunes (1999, p. 90) comenta que:

Os resultados imediatos dessa reforma foram desastrosos. Inversamente do que pretendia o seu autor, as escolas superiores brotaram numerosas, ante a facilidade do ensino livre, em quase todas as capitais do Brasil, e só no Rio de Janeiro foram criadas seis. O ensino secundário quase desapareceu e a matrícula no Colégio Pedro II diminuiu consideravelmente.

Essas medidas desvincularam o ensino do controle estatal não provocando bons resultados. Assim, surge a reforma Maximiliano (Decreto 11.530 de 18 de março de 1915) reoficializando o ensino secundário e regulamentando o acesso às escolas superiores. De acordo com este Decreto, o objetivo do ensino secundário era ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, para que os mesmos possam prestar exame vestibular para o ingresso nas faculdades, voltando dessa forma o caráter propedêutico do ensino secundário.

Portanto, para a entrada nas faculdades era necessário, além da

aprovação no vestibular, o certificado de conclusão reconhecido pela União do curso secundário, que exigia as matérias de: português, francês, inglês, latim ou alemão, aritmética, álgebra elementar, geografia e elementos de cosmografia, história do Brasil, história universal, física e química e história natural.

Com o Decreto 16.782-A de 13 de janeiro de 1925 é instituída a reforma João Luís Alves, que no seu artigo 47 apresenta o ensino secundário como prolongamento do ensino primário; para fornecer a cultura média geral do País, compreenderá um conjunto de estudos com duração de seis anos.

A reforma João Luís Alves foi a última mudança educacional da Primeira República, época em que as transformações econômicas acarretaram a industrialização, assim surgia o proletariado e a classe média e inicia a decadência das oligarquias cafeeiras. Estas alterações trouxeram reflexos também no âmbito do ensino, principalmente na década de 20, quando os estudiosos da educação se reuniam em movimentos denominados de otimismo pedagógico. No que diz respeito ao ensino secundário, esta reforma iniciou a sua obrigatoriedade em seis anos, seriado e de frequência obrigatória.

Neste contexto, ressaltamos a criação do Ministério da Educação no Brasil, em 14 de novembro de 1930, com a denominação de Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua criação foi um dos primeiros atos do Governo de Getúlio Vargas. Assim, o primeiro ministro da Educação, Francisco Campos, a partir de 1931, reestruturou o ensino secundário, com o Decreto nº 21.241, que atribuiu-lhe um caráter educativo, evitando que o mesmo continuasse como mero instrumento de acesso ao ensino superior, como nos diz Nunes (1999, p. 97), ao reproduzir a exposição de motivos do decreto:

A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras.

Com a reforma Francisco Campos, o curso secundário passou a ter a duração de cinco anos. Ao seguir, viria o Curso Complementar de dois anos, como uma espécie de especialização, optando pelo pré-jurídico, ou pré-médico, ou pré-politécnico, que tinha por finalidade a preparação dos alunos que quisessem

ingressar nos cursos superiores.

No período pós-1930, o desenvolvimento brasileiro é notável, esta informação é confirmada por Nunes (1999, p. 100):

Os anos posteriores a 30 assistiram a um crescimento vertiginoso do Brasil. Multiplicam-se as indústrias, desenvolvem-se as concentrações urbanas, cresce a renda per capita. Aumenta, também, a procura da escola secundária. Em 1930, freqüentavam as nossas escolas secundárias 72.541 estudantes; em 1940, a freqüência era de 170.059. Houve, assim, num decênio, o aumento de 134%. A Reforma Francisco Campos, com o aspecto de cultura geral, sem flexibilidade entre os diversos ramos de ensino médio, não satisfazia à mobilidade social que se processava no país.

A reforma Capanema conhecida como Leis Orgânicas do Ensino, contém oito decretos-lei. O decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, é o que trata da Lei Orgânica do Ensino Secundário. “O curso secundário é novamente reestruturado, passando a ser constituído do ginásio de quatro anos e colegial de três anos, este dividido em curso clássico (com predominância de humanidades) e científico” (ARANHA, 1996, p. 202).

Nunes (1999, p. 101) ao se referir sobre a reforma Capanema coloca que:

Infelizmente, essa reforma, longe de corresponder às exigências do instante em que vivíamos, foi, na evolução da educação brasileira um retrocesso. O autor se deixou levar mais pelo aspecto psicológico do momento que pela realidade sócio-econômica do país em marcha para a industrialização.

A opinião da autora deve-se ao fato de que, para a mesma, Capanema não levou em consideração a realidade sócio-econômica que o país atravessava, o impulso inicial da siderurgia brasileira, e sim estava mais voltada para a formação intelectual e patriótica do alunado. Para tornar mais claro, apresentamos um trecho da exposição de motivos da citada reforma:

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O ensino secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alta da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanham, cerquem ou ameçam, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade

diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem o seu destino (CAPANEMA apud NUNES, 1999, p. 103)

Em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a Lei nº 4.024 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Pela primeira vez uma só lei tratava de todos os níveis de ensino com validade para todo o País, após treze anos da apresentação do primeiro projeto desta lei. Esta lei sofreu diversas reformulações pois não existia uma ideologia que visasse adaptar as condições estruturais brasileiras.

Em diversos pontos a Reforma de 20 de dezembro de 1961 apresentou-se ambígua e contraditória. Influenciada por modelos norte-americanos, que passaram a substituir a tradição européia, dominante desde quando os inicianos aqui ergueram as primeiras escolas, seu ponto básico e inovador traduzia-se na descentralização do sistema educacional brasileiro. O comando rígido que o Ministério da Educação exercera sobre o ensino secundário, fazendo que todos os problemas gravitassem em torno dele, foi substituído por uma autonomia, para qual, na sua quase totalidade, os Estados não estavam preparados para exercer. Delegava-se aos Conselhos de Educação, recém-criados e improvisados, uma grande parte das atribuições que eram, até o momento, da alçada ministerial. Rompia-se, abruptamente a tradição centralizadora, reflexo de nossa formação histórica, sem que tivesse sido construído um embasamento capaz de suportar a ruptura (NUNES, 1999, p. 122).

Esta lei foi bastante discutida e diante das divergências de idéias acabou demorando muito para ser promulgada, o que acarretou uma defasagem, tornando-se contraditória à real situação brasileira, além da dificuldade na sua aplicabilidade. Mesmo assim, percebemos a sua importância na história da educação do Brasil, pois, pela primeira vez, o nosso País contou com uma única lei para todos os níveis de ensino e com validade para todo o território nacional.

Em 1971, surgiu a Lei 5.692 que reformulou o ensino de primeiro e segundo graus no País. O aumento no nível de escolaridade do trabalhador definiu o objetivo desse ensino que, além da cultura geral básica, incluía uma educação para o trabalho. O primeiro ciclo do ensino secundário seria definitivamente incorporado ao ensino de primeiro grau que, dessa forma, ampliava a obrigatoriedade escolar para 8 anos na faixa etária dos 7 aos 14 anos. Estavam abolidos os exames de admissão.

A reforma do ensino de 1º e 2º graus, de 1971 (Lei 5.692), estabelecia:

- a) Objetivos: auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.
- b) Estrutura: 1º grau (oito anos) dedicado à educação geral; 2º grau (três ou quatro anos) obrigatoriamente profissionalizante até 1982.
- c) Conteúdos: dez conteúdos específicos obrigatórios, ficando prejudicada a liberdade de incluir outras matérias (*apud* PILETTI, 1997, p. 126).

Assim, do ponto de vista do currículo a escola se encarregava de uma educação geral fundamental, de uma abordagem vocacional e iniciação para o trabalho. Havia sido delimitada a divisão entre ensino secundário e o ensino profissional. Segundo Nunes (1999, p. 132), “fechava-se, assim, o ciclo da história da educação nacional iniciada com a criação do Colégio Pedro II em 1837, acompanhada pelos Liceus e Ateneus que foram surgindo nas Províncias”.

CAPÍTULO III

RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO LICEU EM OEIRAS (1845 – 1852)

Neste capítulo descrevemos a trajetória do Liceu em Oeiras, primeira capital piauiense, no período de 1845 a 1852, limites temporais demarcados, respectivamente, pelas datas de sua criação e de sua transferência para Teresina. Para facilitar o entendimento do leitor, dividimos este capítulo em três itens: no primeiro, enfocamos alguns aspectos históricos sobre o Piauí; no segundo, apresentamos uma síntese biográfica de Zacarias de Góis e Vasconcelos – fundador do Liceu Piauiense; e, no terceiro, descrevemos o funcionamento desta instituição escolar na época em comento.

3.1 Piauí: um breve olhar histórico

O Piauí é um dos Estados localizado na região nordeste do Brasil, segundo Bastos (1994, p. 442), “é um nome indígena. Literalmente rio dos piaus ou rio dos peixes grandes”. Foi desbravado no final do século XVII pelos conquistadores da “Casa da Torre de Garcia d’Ávila” que procuravam melhores pastos para a expansão de seus rebanhos. Da expedição desbravadora das terras piauienses liderada por Francisco Dias de Ávila, Domingos Rodrigues de Carvalho, Francisco Rodrigues de Carvalho e Domingos Afonso Sertão, apenas este último permaneceu e decidiu aqui estabelecer suas fazendas de gado. Das fazendas criadas pelo desbravador Domingos Afonso Sertão, também cognominado Mafrense, segundo a opinião de vários historiadores, foi a de Cabrobó a que mais prosperou e que mais tarde, em 1712, recebeu o nome de Vila da Mocha e em 1761 foi elevada à categoria de cidade com o nome de Oeiras. Carvalho Júnior (2000, p. 15-23) relata que:

No começo era a fazenda Cabrobó, situada pelo pioneiro à margem direita do Riacho da Mocha a apenas seis quilômetros de sua barra no Canindé, predestinado curso d'água que, ora tênue ora voluptuoso, orientou, por bem dizer, definiu a penetração e ocupação dessas chapadas que só vieram dilatar as fronteiras do Sertão de Rodelas. [...]. Muita vida de nobreza viveu a pequena vila, capital antes mesmo de ser cidade.

Portanto, o povoamento do Piauí foi impulsionado pela pecuária, realizado de forma lenta por fazendeiros, sesmeiros e posseiros e crescendo de acordo com a necessidade de mais força de trabalho para lidar com o gado.

Na composição da sociedade nascente, a maioria das pessoas era oriunda das capitanias de Pernambuco, da Bahia e do Maranhão, que buscava o interior piauiense na tentativa de passar à condição de fazendeiro procurando ampliar seu patrimônio e expandir sua área de domínio e poder. Participaram também da formação inicial desta sociedade os foragidos da justiça, do cativo e dos poderosos senhores de outras regiões, que buscavam a liberdade estabelecendo-se em terras ainda de ninguém. Assim, foram se distribuindo pelo território piauiense antes ocupado apenas pelos nativos.

Oeiras foi o marco inicial da colonização do Piauí e sua primeira capital. Este nome foi dado pelo primeiro governador da Província, João Pereira Caldas, em homenagem ao Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho Melo, primeiro ministro do Rei de Portugal daquela época. Como bem nos conta Carvalho Júnior (2000, p. 23):

Em 13 de novembro de 1761, impôs à vila, nosso primeiro governador, o Coronel de Cavalaria João Pereira Caldas, o nome de Oeiras. Homenageava assim, o então todo poderoso Ministro do reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, depois, mais poderoso ainda, Marquês de Pombal.

Oeiras, como local escolhido para a instalação da primeira capital do Piauí era na opinião de alguns políticos, local inadequado, pois não favorecia o progresso da Capitania. Segundo afirmação de Reis (2006, p. 47):

Se para o Pe. Miguel de Carvalho³ a escolha deste lugar era ideal para instalar a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, como ponto estratégico irradiador da fé católica, para outros, analisando sob o

³ Pe. Miguel de Carvalho – padre visitador nomeado pelo Bispo de Pernambuco, D. Francisco de Lima, para percorrer no final do século XVII os sertões piauienses. Escolheu o Brejo da Mocha para criação da freguesia da Mocha sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, local que mais tarde tornou-se Vila da Mocha e depois Oeiras, primeira capital do Piauí. (REIS, 2006, p.27)

ponto de vista político, administrativo e econômico, a capital estava mal posicionada.

Oeiras permaneceu como capital até 1852, ano em que o presidente da Província, Conselheiro José Antonio Saraiva, transferiu para Teresina a sede do governo. Saraiva assumiu o governo do Piauí com o propósito de fazer a mudança da capital, desejo acalentado por outros antecessores, mas não efetivado por falta de decisão política. Desde o início de seu mandato procurou meios para realizar seu intento: criou a Vila Nova do Poti e elevou-a à categoria de cidade preparando o novo local para a futura capital e usou a tática da persuasão para convencer os deputados da necessidade da transferência. Em 3 de julho de 1851, Saraiva dirigindo-se à Assembléia Legislativa Provincial mostrou aos deputados as desvantagens da capital continuar em Oeiras, dizendo: “pobre, e longe de todos os centros de civilização, sem commercio, e sem industria, Oeiras carece de todas as condicções para ser favoravel ao progresso scientifico e litterario do Piauhy” (PIAUHY, FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA...,1851)

A educação do Piauí era bastante precária, sem continuidade de funcionamento e com reduzido alcance social. Segundo Ferro (1996), o ensino público era “dissociado da realidade, não oferecia atrativos ao povo, que não sentia a necessidade de tais conhecimentos” (p.58). Assim, favoreceu a criação das “escolas familiares”, onde o ensino era ministrado no espaço doméstico por parentes letrados, amigos da família e capelães ou ainda por mestres contratados. Chaves (1998), no seu livro intitulado *Obra Completa*, ao apresentar os apontamentos biográficos, nos traz a biografia de vários piauienses ilustres que vivenciaram este tipo de escola. Os filhos das famílias de elite davam continuidade aos estudos, chegando até mesmo ao ensino superior, enquanto os de classes menos favorecidas, quando iniciava, não ultrapassava o nível de alfabetização (COSTA FILHO, 2006, p. 77).

Os jesuítas que estiveram por aqui, não deram à educação o mesmo empenho que dedicaram a este setor em outras localidades do Brasil, ocuparam-se em administrar as fazendas de gado deixadas por Domingos Afonso Mafrense, como diz Nunes (1972, v. 4), desempenharam um papel de “curraleiros que propriamente educadores” (p. 275).

A partir da segunda metade do século XIX, o ensino público na Província do Piauí, teve um pequeno avanço referente ao surgimento de escolas, com a

implantação da Lei Geral do Ensino, de 15 de outubro de 1827, que determinava no seu art 1º a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do país. Estas escolas eram voltadas para o ensino da leitura e da escrita, por isso eram denominadas de escolas de primeiras letras.

As escolas públicas de primeiras letras no Piauí, segundo Reis (2006), seguiam o modelo de escolas isoladas ministradas por um único professor ou professora que atendia alunos com grau de adiantamento diferenciado, mas todos do mesmo sexo. A disciplina era rígida utilizando a palmatória como instrumento disciplinar. Esta autora afirma que:

Ser professor no Piauí nessa época não era tarefa fácil. Os professores eram constantemente indicados pelas autoridades em seus relatórios como responsáveis pelo atraso em que se encontrava o ensino na Província. Evidenciavam freqüentemente a falta de habilidade dos professores para o exercício de sua função, porém este perfil era moldado pelas precárias condições de trabalho. Além da baixa remuneração recebida, tinham de lidar com a ausência de espaços físicos apropriados e a carência de material básico de ensino (REIS, 2006, p. 96-97).

A instrução pública secundária no Piauí, no início do século XIX, era limitada às aulas de Latim em Oeiras e nas vilas de Campo Maior e Parnaíba, ministradas de forma avulsa com baixa freqüência e sofrendo a necessidade de professores habilitados. Nunes (1975, v. 2), informa que, 1832, foram criadas outras cadeiras de nível secundário em Oeiras, como a de Filosofia Racional e Moral, de Geometria, de Retórica e de Francês, porém não chegaram a funcionar.

A precariedade do ensino público abriu espaço ao ensino particular e dentre as poucas escolas deste tipo sobressai a iniciativa do Padre Marcos de Araújo Costa que criou e manteve um colégio em sua fazenda Boa Esperança, localizada em terras que hoje pertencem ao município de Jaicós. Nesta escola ele oferecia ensino primário e secundário gratuito aos seus alunos em regime de internato. Em 1845, esta escola contava com 24 alunos matriculados, nas aulas de primeiras letras, como também Latim, Francês, Retórica, Matemática, Filosofia e Teologia. A Escola Boa Esperança permaneceu em funcionamento de 1820 até 1850, quando fechou suas portas por ocasião da morte de seu mestre. Segundo Ferro (1996, p. 63), “pode ser considerado a primeira escola a existir de fato e o Padre é considerado por muitos dos seus coestaduanos como o primeiro mestre-escola do Piauí”.



Figura 22 - Padre Marcos de Araújo Costa.
Fonte: FERRO, Maria do Amparo Borges (1996, p. 65)

Na imagem vista na figura 22 observamos que o Padre Marcos apresenta uma postura de autoridade do conhecimento. Em sua mão esquerda notamos a presença de um livro e de um anel sacerdotal, que indica o símbolo da sabedoria que foi por ele propagada por várias gerações.

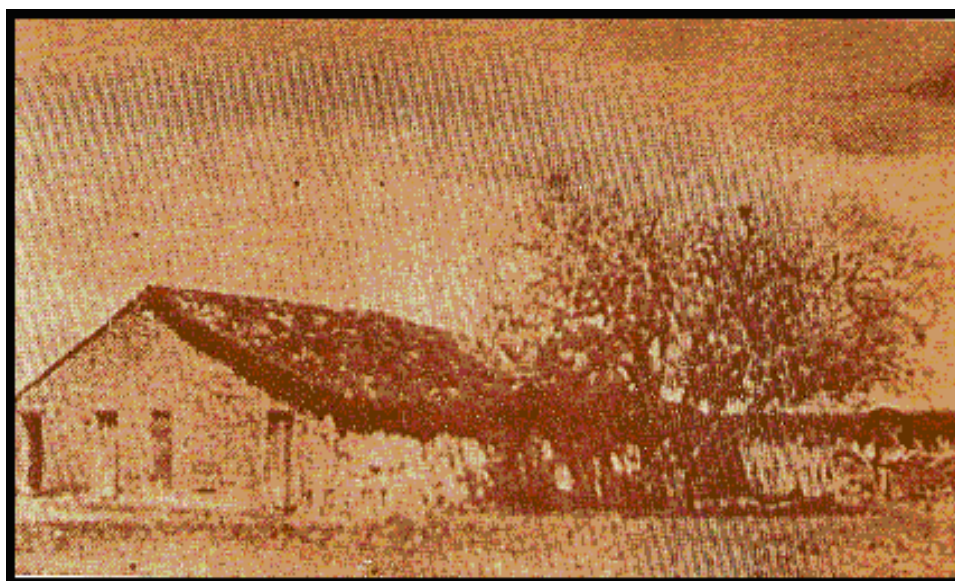


Figura 23 - Fazenda Boa Esperança.
Fonte: FERRO, Maria do Amparo Borges (1996, p. 64).

A figura 23 apresenta a casa da fazenda Boa Esperança, residência do

Padre Marcos, em ruínas. Nesta modesta casa foi onde funcionou a escola do referido Padre, com ensino primário e secundário, tendo recebido o nome de escola Boa Esperança.

Zacarias de Góis e Vasconcelos assumiu o governo da Província do Piauí em 28 de julho de 1845 encontrando a educação em situação precária. Chamou, porém, sua atenção o empenho do Pe. Marcos em favor do ensino e ao abrir os trabalhos da Assembléia Provincial em 11 de julho de 1846, não poupou elogios a este benfeitor da educação piauiense:

O ensino particular pode diser-se⁴ que he nenhum, pois só de primeiras letras há algumas escolas á cargo de mestres particulares, com pequeno numero de alumnos. Apparece toda-via como notável excepção d'esta regra o ensino do Reverendo Padre Marcos d'Araujo Costa em sua fasenda – Boa Esperança – Vós sabeis, senhores, que longo tempo tem esse ancião respeitável formado em sua casa huma espécie de Collegio, no qual ensina á grande numero de moços não só primeiras letras, se não Latim, Francez, Rethorica, Philosophia, e Theologia, sem receber gratificação alguma dos seos alumnos, e o que he, sustentando os á sua custa ainda quando são filhos de pessoas abastadas. O mappa nº 7 mostra que ali há presentemente 24 môços a estudar. O raro desinteresse, com que assim se presta o reverendíssimo Padre Marcos a illustração de huma parte da mocidade de sua Província, e geralmente a tudo que he de utilidade pública, torna-o benemérito da não comum estima, que lhe consagrão os seos concidadãos, única recompensa a que aspira, e que tem recebido cheio de jubilo, Senhores, aproveito a ocasião solemne, em que fallo em presença da Província representada por seos delegados, para dar publicamente aquelle Cidadão os louvores, que merece por tão assignalados serviços. (PIAUHY, RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA...,1846)

Portanto, em 1845, quando Zacarias de Góis tornou-se Presidente da Província do Piauí, praticamente não se podia falar de ensino público, como bem nos diz Olímpio (1993, p. 18):

Quando Zacarias de Góis assumiu o governo piauiense, em junho de 1845, a instrução pública na província era muito deficiente e pouco interesse despertava na população. Havia em todo o Piauí apenas 21 cadeiras de ensino primário – 18 para homens e 13 para mulheres – das quais sete estavam vagas. A matricula era insignificante e a freqüência às aulas muito irregular.

⁴ Preservamos a grafia original do documento histórico.

A situação educacional do Piauí no início do Império não apresentava grandes progressos em relação ao período Colonial, especialmente no ensino secundário. Dentre os fatores que contribuíam para esta situação, estava a falta de qualificação e os baixos salários pagos aos professores.

3.2 Zacarias de Góis e Vasconcelos: fundador do Liceu Piauiense

Para reconstituirmos a história do Liceu Piauiense, desde sua gênese, precisamos buscar as raízes do passado. Nesse passado encontramos a presença de Zacarias de Góis e Vasconcelos. Vários biógrafos dedicaram-se a escrever sobre sua vida e aqui apresentamos uma síntese biográfica daquele que foi o fundador desta instituição escolar.

Zacarias de Góis e Vasconcelos nasceu em Valença, Bahia, em 5 de novembro de 1815. Era filho de Antonio Bernardo de Vasconcelos e Maria Benedita de A. M. Vasconcelos (BRASIL, SENADO FEDERAL..., 2006). Segundo Oliveira (2002, p.10), “seus biógrafos⁵ afirmam que era descendente dos primeiros povoadores portugueses estabelecidos em terras baianas e que seu pai enriquecera graças aos negócios de extração e comércio de madeiras”. No entanto, existem divergências sobre a origem de Zacarias, visto que Albino Pereira dos Santos, seu opositor e contemporâneo, dentre outros comentários, dizia que o mesmo era proveniente de família pobre.

Podemos observar na figura 24 a seguir que a casa onde nasceu Zacarias de Góis apresentava boas e amplas condições de moradia para a época, levando a acreditar que realmente se tratava de família abastada.

⁵ Túlio Vargas, Pedro Calmon, Alberto Venâncio Filho, Wilson Martins.



Figura 24 - Casa onde nasceu Zacarias de Góis e Vasconcelos.
Fonte: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (2002, p. 21).

Segundo Oliveira (2002), Zacarias de Góis e Vasconcelos formou-se em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1837, sendo reconhecido como um aluno de exemplar vida estudantil. Após concluir o curso superior, em 1840, prestou concurso para professor desta mesma instituição sendo nomeado em 1841. Ingressou na carreira política no Partido Conservador, elegendo-se deputado pela Província da Bahia. Em 1860, Zacarias escreve uma pequena obra – *Da natureza e limites do poder Moderador*. Nessa obra ele defendia um limite para esse poder, que até então não existia, a partir daí houve um rompimento com o Partido Conservador e uma mudança para o Partido Liberal, com grande aceitação dos liberais. Oliveira (2002, p. 14) amplia esta afirmação ao dizer que:

[...] apesar do estreito envolvimento com o Partido Conservador, teria, a partir de 1860, rompido com o passado e provocado uma reviravolta em suas convicções políticas e na própria configuração política do Império. Ou seja, Zacarias é rememorado na condição de porta-voz, por excelência, da prática e do pensamento liberais, estando seu nome associado diretamente à recomposição do Partido Liberal na década de 1860 e às vicissitudes do ideário liberal no Império. [...]. O marco dessa reviravolta seria precisamente a obra *Da natureza e limites do poder Moderador*, publicada em 1860 e reeditada em 1862.

A autora, baseando-se na biografia elaborada por Túlio Vargas, afirma que “Zacarias teria se transferido de um campo partidário a outro, não pelo apego ao poder, mas pela crença nos princípios liberais, particularmente na soberania da sociedade e nos limites da ingerência e da autonomia da Coroa” (OLIVEIRA, 2002, p. 25).

Zacarias de Góis e Vasconcelos ocupou vários cargos públicos de destaque no cenário político do Império como Ministro da Marinha, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro da Justiça, Ministro da Fazenda, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro do Império e Ministro da Justiça. Ao longo de sua trajetória política exerceu os mandatos de Deputado Provincial pela Bahia (1844-1845), Presidente da Província do Piauí (1845 – 1847), Presidente da Província de Sergipe (1847 a 1849), Deputado Geral (1850 – 1852), Presidente da Província do Paraná (1853 – 1855), Deputado Geral (1853 – 1856), Deputado Geral (1861 – 1864) e Senador (1864 – 1877) (BRASIL, SENADO FEDERAL..., 2006).

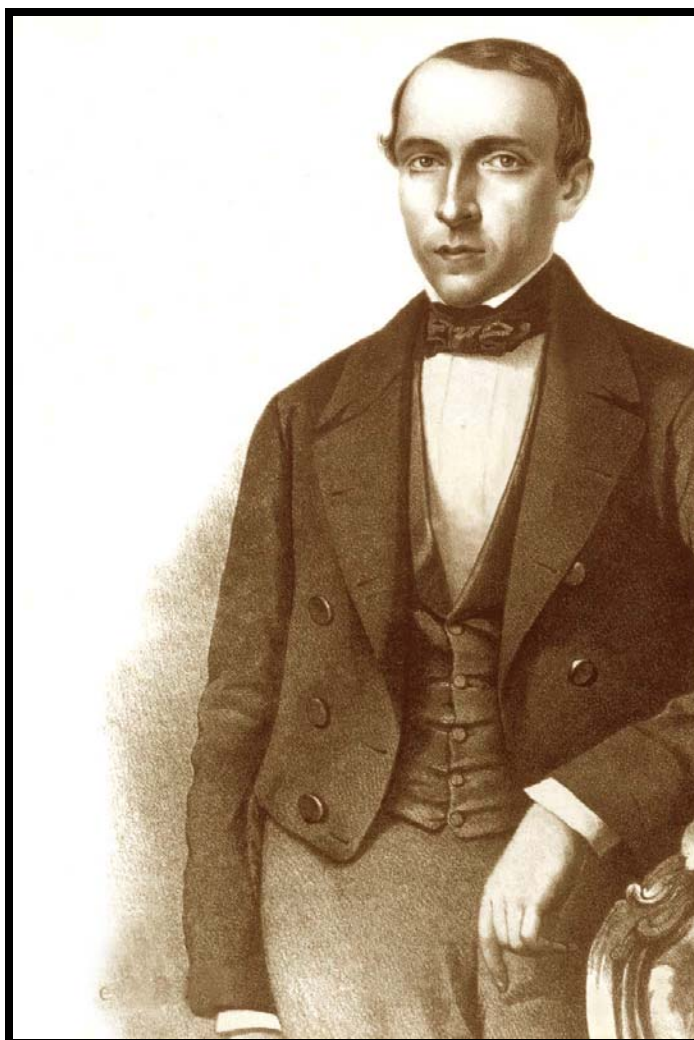


Figura 25 - Zacarias de Góis e Vasconcelos.
Fonte: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (2002, capa).

A figura 25 mostra a imagem de Zacarias de Góis e Vasconcelos, na qual podemos observar pela roupa que traja e pela postura de sua pose, que se trata de uma pessoa de bom poder aquisitivo, elegante e de forte personalidade. Oliveira (2002, p. 22-24), ao resgatar a memória de Zacarias, tomando como referência os escritos do Visconde de Taunay⁶ e Joaquim Nabuco⁷, afirma que ele tinha uma “personalidade fria, autoritária e altaneira [...]. Sempre vestiu austeras casacas pretas – e tinha o hábito de advertir seus colegas sempre que considerava inapropriados seus trajes”.

Zacarias de Góis foi agraciado por Dom Pedro II com o título honorífico de Conselheiro pelos seus serviços prestados ao Império brasileiro. Recebeu outras homenagens, foi, segundo Bastos (1994, p. 580), “condecorado com o hábito de Cristo. Comenda da Ordem da Rosa e Grã-Cruz de 2ª classe da Ordem de São Gregório Magno (Vaticano)”.

Deixou várias obras publicadas, destacadas no quadro a seguir:

ANO DA PUBLICAÇÃO	OBRA
1850	Reflexões acerca do Projeto de Estatutos da Faculdade de Direito de Olinda
1857	Questão de Limites entre a Província do Paraná e a de Santa Catarina
1860	Da natureza e limites do poder moderador
1869	Manifesto do Centro Liberal.
1869	Discursos do Sr. Conselheiro Zacharias proferidos no Senado na discussão do voto de graças.
1870	Programa do Partido Liberal.
1872	Questões Políticas
1876	Reforma Eleitoral; Discursos Proferidos no Senado Por Zacharias de Góes e Vasconcellos.
1879	Brasil. Leis, Decretos. Legislação sobre a Empresa Funerária e os Cemitérios da Cidade do Rio de Janeiro

Quadro 2 - Trabalhos publicados por Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Fonte: Adaptado de BASTOS, Cláudio de Albuquerque. (1994) e BRASIL. Senado Federal (2006).

⁶ Visconde de Taunay – título atribuído à Alfred d'Escragolle Taunay, além de ser engenheiro militar também desempenhou outras atividades sobressaindo-se como romancista e memorialista. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, sendo o fundador da cadeira nº 13.

⁷ Joaquim Nabuco - Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, bacharel em direito, destacou-se na esfera política imperial, foi também historiador, literato e fundador da cadeira 27 da Academia Brasileira de Letras.

Zacarias de Góis e Vasconcelos em discurso dirigido aos deputados na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de agosto de 1845, informou que foi nomeado Presidente da Província do Piauí por Carta Régia datada de 4 de abril daquele ano. Ao tomar conhecimento de seu teor, em 16 do mesmo mês, partiu de imediato para o seu destino, chegando em Oeiras, a 27 de junho e tomando posse do cargo no dia seguinte. Quando assumiu a presidência da Província, o Piauí se encontrava “em um conturbado período de lutas políticas. Zacarias de Góis e Vasconcelos, após restabelecer a ordem, volta suas vistas para os problemas da educação. [...], faz análise da situação em que se encontrava o ensino e propõe soluções” (BRITO, 1996, p. 25) que culminou com a Lei nº 198 (ANEXO A) que normatizava o ensino primário e secundário da Província e no seu artigo 10 criava o Liceu. Esta lei foi publicada em 6 de outubro de 1845, conforme comprovação abaixo.

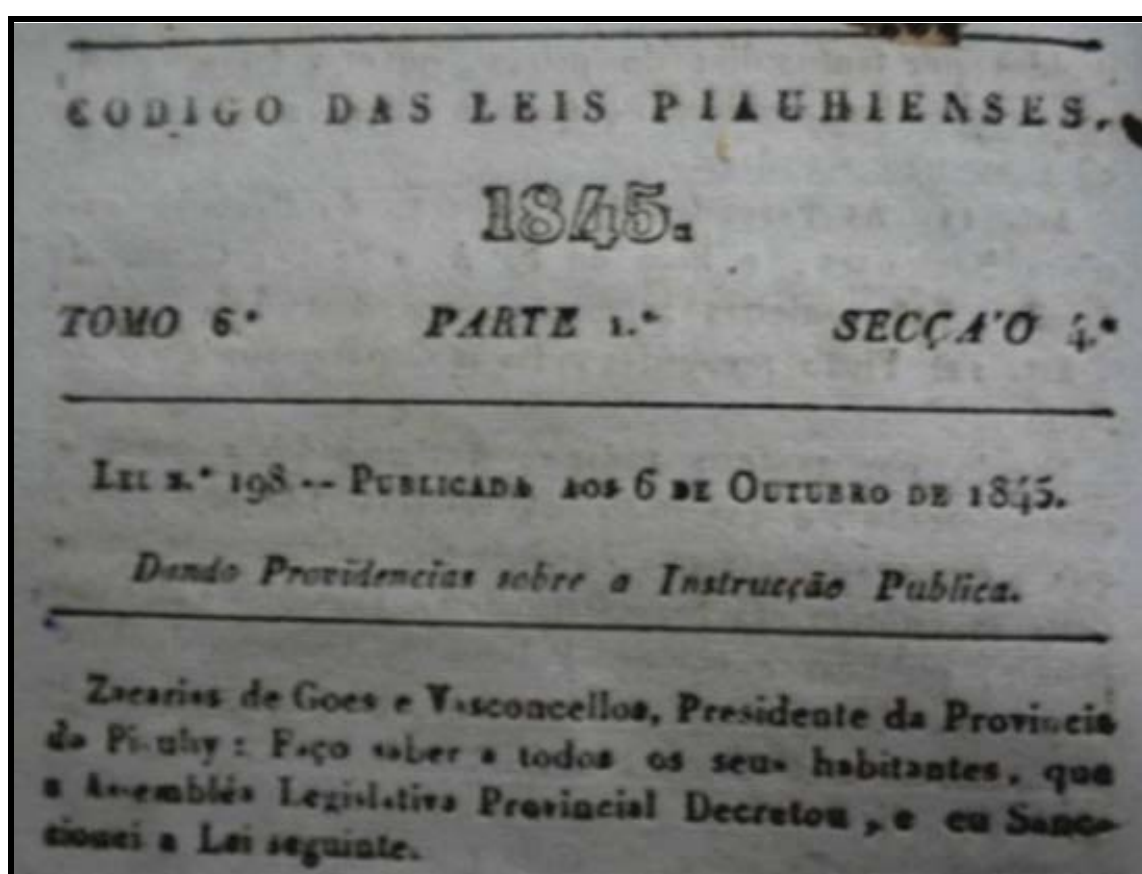


Figura 26 - Lei nº 198 (página inicial).
Fonte: Arquivo Público do Piauí.

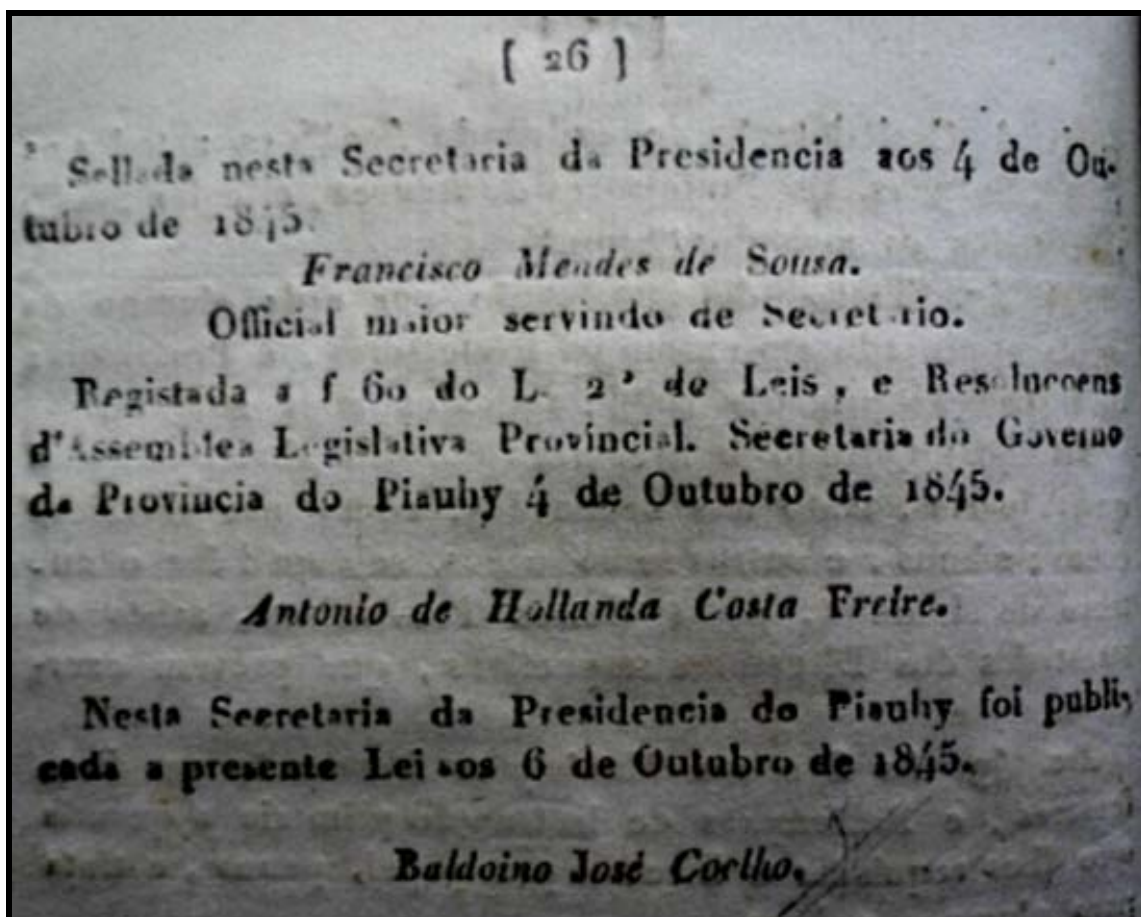


Figura 27 – Lei nº 198 (página final).
 Fonte: Arquivo Público do Piauí.

Podemos verificar na figura 26, que a Lei nº 198 foi publicada em 6 de outubro de 1845, no governo de Zacarias de Góis e Vasconcelos, presidente da Província do Piauí. Na figura 27 percebemos que esta Lei foi sancionada em 4 de outubro de 1845, portanto, concluímos que o aniversário do Liceu correspondente à data da sanção desta Lei que o criara.

Zacarias de Góis findou seu governo no Piauí, em 7 de setembro de 1847, e dos seus feitos, merece destaque a criação do Liceu Provincial. Partiu para cumprir seu desiderato político em outras regiões do Império. Faleceu em 28 de dezembro de 1877, no Rio de Janeiro.

3.3 O Liceu em Oeiras

O ensino secundário do Piauí, em 1845, era constituído pelas aulas avulsas de Latim da cidade de Oeiras e das vilas de Parnaguá e Príncipe Imperial que não tinham funcionamento regular. Esta realidade incomodou Zacarias de Góis e Vasconcelos que tomara posse na Presidência da Província naquele ano,

elegendo a educação como meta prioritária de seu governo. Uma de suas atitudes, logo ao assumir, foi a organização do ensino primário e secundário, com realce neste último, propondo à Assembléia Legislativa Provincial, entre outras medidas, a extinção das cadeiras de Latim das duas vilas já mencionadas concentrando em Oeiras o ensino secundário com a criação de um curso de Humanidades – o Liceu.

Esta sugestão foi acatada pelos deputados que decretou a Lei nº 198, sancionada por Zacarias de Góis em 4 de outubro de 1845, ficando a partir de então criada no Piauí a primeira instituição pública de ensino secundário que recebeu a denominação de Liceu Provincial.

No Piauí, o Liceu, em sua trajetória histórica, teve assento em duas cidades distintas: em Oeiras, a primeira capital, e em Teresina, a atual capital. Oeiras foi palco do primeiro momento histórico desta instituição que lá permaneceu durante sete anos, de 1845 a 1852, período que passaremos abordar a partir de então.

O Liceu Provincial, em Oeiras, passou por várias dificuldades que interferiam negativamente em seu funcionamento, como a falta de prédios e professores habilitados, o desinteresse da população, entre outras.

Oeiras, apesar de ser a capital da Província, possuía acanhado desenvolvimento e não tinha, no momento da criação do Liceu, um prédio que pudesse abrigá-lo, com isso suas aulas foram, inicialmente, ministradas na casa dos professores. Zacarias de Góis procurou agir na tentativa de sanar esta situação comprando e mandando adaptar o prédio da Cadeia Velha para servir-lhe de sede. No seu relatório, de 11 de julho de 1846, este presidente declarou que:

Tendo a lei provincial nº 198 creado hum Lyceo nesta Cidade, cumpria destinar-lhe huma casa conveniente, por que dice, he de grande vantagem que os professores e alumnos se reunão em hum só edificio, e não em diversos, e tal vez mui distante huns dos outros. Isto supposto, como quer que a Câmara Municipal desta Capital se proposesse alienar o sobrados denominado – Cadeia Velha – a fim com o seu producto fasser huma casa de feira, abandonando o plano, em que outrora esteve, de concertar e preparar para esse mister o referido edificio, mandei examinal-o pelo engenheiro Pedro Cronemberger, e lendo elle declarado que o edificio podia bem aproveitar-se, visto que não Estevão arrumadas as paredes principaes, julguei conveniente a sua aquisição, e com effeito fiz comprar se para a Província esse próprio municipal, que com os concertos e reparos necessários offerece todos os commodos para ter em si o Lyceo. (PIAUHY, RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA...,1846).

O desejo de Zacarias de Góis de ver o Liceu funcionando em local apropriado não se concretizou. Segundo Olímpio (1993, p.20), “o prédio comprado por Zacarias de Góis, para sediar o Liceu desabou em parte quando ainda estava em reforma e a idéia de aproveitá-lo terminou sendo abandonada”. Assim, as aulas continuaram sendo ministradas na casa dos professores.

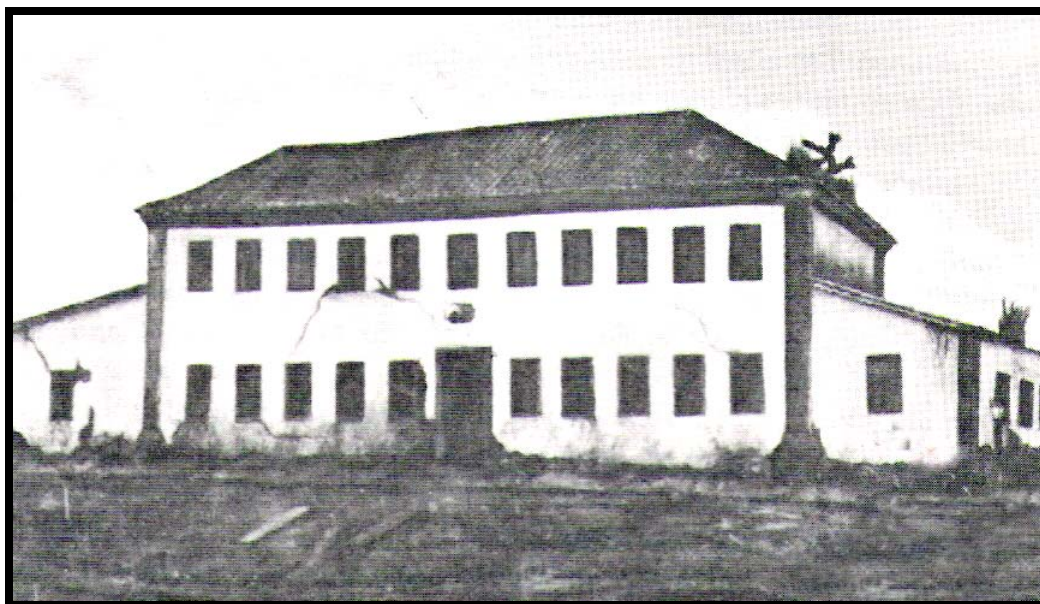


Figura 28 - Cadeia Velha.

Fonte: CARVALHO JR, Dagoberto (2000, p. 27).

Em Oeiras, o Liceu só veio ter abrigo quando o Conselheiro Saraiva, em 1850, alugou uma casa para que as cadeiras passassem a funcionar num mesmo local. Esta atitude foi por ele comentada em 3 de julho de 1851, perante a Assembléia Legislativa:

Para que não continuasse a instrução secundaria em tal abandono, aluguei a casa de D. Mariana Angélica de Menezes Castelo Branco na rua do Hospital, por 14\$000 rs. mensaes, mandei prontifical-a por conta dos mesmos alugueis, comprei a mobília indispensável, e para alli passei todas as aulas, que se achão regularmente trabalhando desde o dia 18 de outubro do anno passado [...] (PIAUHY, FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1851).

Com referência ao currículo escolar desta instituição, inicialmente foi constituído pelas seguintes cadeiras: Latim, Francês, Inglês, Geografia e História, Geometria e Aritmética, Retórica e Poética e Filosofia Racional e Moral. Mas, segundo Reis (2006), o Liceu iniciou suas atividades somente com a cadeira de Latim que por sinal já funcionava antes mesmo de sua criação. Segundo esta

autora, as demais cadeiras foram sendo ocupadas à medida que fossem surgindo professores habilitados. Com base em suas declarações podemos construir o quadro abaixo em que constam os nomes das cadeiras, seus respectivos professores e o ano em que foram providas:

CADEIRA	PROFESSOR	PROVIMENTO
Latim	Antônio João Batista Ferreira	1845
Francês	Cândido José Casado Lima	1847
História e Geografia	Cândido Gil Castelo Branco	1848
Filosofia	Carlos de Sousa Martins	1848
Geometria	José Sérvio Ferreira	1849
Inglês	Antônio Joaquim de Siqueira	1849
Geografia	Simplício de Sousa Mendes (substituiu Cândido Gil Castelo Branco)	1849
Retórica	Joaquim Borges Carneiro	1850
Língua Nacional	José Martins Pereira de Alencastre	1850

Quadro 3 - Cadeiras do Liceu Provincial com seus respectivos professores e datas de provimento.
Fonte: Adaptado do Quadro de REIS, Amada de Cássia Campos (2006).

A turma de Latim que freqüentou o Liceu, em 1846, era composta por 24 alunos e tinha como professor Antonio João Batista Ferreira. O quadro a seguir mostra a relação nominal destes alunos com sua filiação, idade e naturalidade, bem como as observações quanto ao seu desempenho.

Aluno	Trajano Tavares da Silva	Aluno	Casimiro Tavares da Silva	Aluno	Francisco Portela
Filiação	Francisco Tavares da Silva	Filiação	Francisco Tavares da Silva	Filiação	João Antonio Vaz Portela
Idade	19	Idade	18	Idade	15
Natural	Oeiras	Natural	Oeiras	Natural	Oeiras
Obs	Pouco talento.	Obs	Algum talento, porém é bastante doentio.	Obs	Algum talento
Aluno	Odorico Antonio da Rosa	Aluno	Manoel Ferreira de Carvalho	Aluno	Jeremias José da Silva Mello
Filiação	Felix Antônio da Rosa	Filiação	Francisco Ferreira de Carvalho	Filiação	Balbino José Pereira
Idade	14	Idade	19	Idade	11
Natural	Oeiras	Natural	Oeiras	Natural	Oeiras
Obs	Mostra bons desejos porém tem pouca capacidade.	Obs	Saiu em 12 de junho por moléstia.	Obs	Mostra bastante capacidade.
Aluno	Francisco de Sousa Nogueira	Aluno	Francisco José Ignácio Madeira	Aluno	João Ignácio de Jesus Madeira
Filiação	Raimundo Caetano Nogueira	Filiação	José Ignácio de Jesus Madeira	Filiação	José Ignácio de Jesus Madeira
Idade	16	Idade	18	Idade	13
Natural	Oeiras	Natural	Oeiras	Natural	Oeiras
Obs	Mostra capacidade, porém sua conduta debochada não lhe permite estudar e nem é tido nesta aula no agrado de ninguém.	Obs	Pouco se aplica.	Obs	Nada estuda por isso ignoro sua capacidade.
Aluno	José Carlos M. De Castelo Branco	Aluno	Honorato Ferreira Cabral	Aluno	José Manoel de Freitas
Filiação	Lourenço Ant. M. Castelo Branco	Filiação	Miguel Ferreira Cabral	Filiação	Gonçalo Manoel de Freitas
Idade	14	Idade	15	Idade	16
Natural	Oeiras	Natural	Caxias	Natural	Jerumenha
Obs	Passou para tradução em 10 de outubro.	Obs	Pouco talento	Obs	Há três meses que foi para Jerumenha
Aluno	João Soares da Silva	Aluno	Francisco Marques de Carvalho	Aluno	Palmério Francisco Caminha Fontes
Filiação	Vicente Soares da Silva	Filiação	João Ignácio de Carvalho	Filiação	José Francisco Fontes
Idade	16	Idade	11	Idade	18
Natural	Oeiras	Natural	Oeiras	Natural	Oeiras
Obs	Passou para traduzir em novembro.	Obs	Passou para traduzir em novembro.	Obs	Não tem grande capacidade, porém bons desejos.
Aluno	Coriolano Cezar Burlamaque	Aluno	Liondas Cezar Burlamaque	Aluno	Candido Alves Carvalho
Filiação	Tibério Cezar Burlamaque	Filiação	Tibério Cezar Burlamaque	Filiação	José Manoel Alves
Idade	13	Idade	11	Idade	15
Natural	Oeiras	Natural	Oeiras	Natural	Oeiras
Obs	Nenhuma capacidade.	Obs	Algum talento	Obs	Não há esperança de aprender porque falta muito
Aluno	Enéas de Sousa Brandão	Aluno	Polidoro Cezar Burlamaque	Aluno	Odorico José de Carvalho
Filiação	Raimundo Marcelino Brandão	Filiação	Tibério Cezar Burlamaque	Filiação	Protetor: Dr. Simplício de Sousa Mendes
Idade	13	Idade	10	Idade	14
Natural	Oeiras	Natural	Oeiras	Natural	Oeiras
Obs	Tem muito pouca compreensão	Obs	Algum talento	Obs	Mostra talento mas não se aplica
Aluno	Coriolano José Baptista	Aluno	Odorico José da Costa	Aluno	Francisco Martins da Fonseca
Filiação	José Gabriel Baptista	Filiação	Joaquim José da Costa	Filiação	Manoel Martins da Fonseca
Idade	13	Idade	15	Idade	16
Natural	Oeiras	Natural	Oeiras	Natural	Oeiras
Obs	Tem pouca capacidade	Obs	Pouca capacidade	Obs	Mostra alguma capacidade

Quadro 4 - Alunos da cadeira de Latim. Oeiras -1846.

Fonte: Adaptado do Quadro de REIS, Amada de Cássia Campos (2006).

Analisando o quadro 4, percebemos que a faixa etária dos alunos do Liceu variava de 10 a 19 anos apresentando, na opinião do próprio professor, um

grau de aproveitamento pequeno o que nos leva a crer que o ensino de Latim não despertava o interesse dos alunos. De acordo com a procedência, 91,6% dos alunos eram de Oeiras e apenas 8,4% de outras localidades da Província, isso mostra que além do desinteresse dos próprios alunos somavam-se as dificuldades de deslocamento e acomodação dos mesmos. Outro fato que nos desperta curiosidade é que o Liceu era freqüentado apenas por homens e que na filiação consta somente o nome dos pais, isto porque para a sociedade da época poucas eram as mulheres que tinham acesso ao ensino e esse mesmo era limitado permitindo-lhes aprender alguns rudimentos da escrita e dos números, além de prendas domésticas habilitando-as a serem boas mães, esposas e donas de casa, ficando aos homens a oportunidade de evoluírem intelectualmente e de serem os cabeças da família.

De acordo com Odilon Nunes (1972, v. 4), apesar de Zacarias de Góis ter aprovado a Lei de criação do Liceu do Piauí, não manifestou total dedicação pela sua execução, pois até o fim de sua administração, em 1847, “funcionou apenas a cadeira de Latim” (p. 51). No entanto, entendemos que apesar de não ter conseguido colocar o Liceu em pleno funcionamento, devido às dificuldades encontradas e já mencionadas anteriormente, sua atitude é digna de elogio e reconhecimento, pois deu os primeiros passos para estruturação e consolidação do ensino público secundário do Piauí.

O Liceu aos poucos foi se firmando como instituição organizada. Em 10 de setembro de 1850 foi publicada a Resolução nº 287, na intenção de normatizar o seu ensino imprimindo um novo ritmo ao seu funcionamento. Com base neste dispositivo legal podemos penetrar no seu interior e apresentar alguns aspectos de seu cotidiano. Segundo Julia (2001, p. 17), “pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais”.

O professor que desejasse ocupar uma das cadeiras do Liceu, ficando o provimento da cadeira de Língua Nacional fora dessa exigência, deveria submeter-se a concurso público que era divulgado três meses antes de sua realização, e consistia na argüição da matéria que pretendia lecionar feita por uma banca composta pelo Diretor ou vice-diretor da Instrução Pública da Capital e mais duas outras pessoas indicadas pelo presidente da Província. Os resultados deveriam levar em consideração o mérito, a aptidão e moralidade do candidato que, caso

fosse satisfatório, o mesmo era nomeado interina ou vitaliciamente pelo Presidente da Província. O candidato que não comparecesse dentro de 15 dias após o exame para apresentar prova de títulos perdia a sua vaga e a cadeira era ocupada interinamente por outro indicado pelo Presidente da Província ou Diretor da Instrução Pública sem necessidade de exames, no entanto a cadeira ficava aberta para provimento posterior mediante concurso.

Os ordenados dos professores do Liceu foram reajustados com a Resolução nº 287/1850. De acordo com artigo 46 o professor de Latim recebia 840\$000 rs (oitocentos e quarenta mil réis); o de Língua Nacional, Francês e Inglês, 500\$000 rs (quinhentos mil réis); e os demais, 600\$000 rs (seiscentos mil réis). Caso algum professor viesse ministrar aulas em mais de uma cadeira deveria receber além de seu ordenado, a metade do ordenado da cadeira acumulada. Diferentemente dos professores de ensino primário que tinha seu cargo atrelado a um número mínimo de alunos para funcionamento de sua escola, os professores do Liceu podiam atender qualquer quantidade de alunos sem alteração de seus salários.

Completados vinte anos de exercício no magistério, os professores do Liceu eram jubilados com seus salários integrais, no entanto se continuassem em exercício após este tempo recebiam a mais a metade deste. O quadro abaixo apresenta as gratificações recebidas pelos professores conforme o tempo de serviço por eles prestados, caso permanecessem em atividade:

ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS	GRATIFICAÇÕES
20 anos	1/2 do ordenado
16 anos	1/4 do ordenado
12 anos	1/8 do ordenado

Quadro 5 - Gratificação por tempo de serviço dos professores do Liceu em 1850.
Fonte: Resolução nº 287 de 10 de setembro de 1850. Arquivo Público do Piauí.

O calendário letivo do Liceu, de acordo com a Resolução nº 287, iniciava em 16 de janeiro e se prolongava até 14 de dezembro. As interrupções só ocorriam no período de dois meses de férias e nos feriados que compreendiam ao domingo de carnaval e os dois dias seguintes a este, véspera de Domingo de Ramos, na Semana Santa e feriados nacionais. Para facilitar aos alunos cursarem cadeiras

distintas, a congregação dos professores, determinava que o Liceu funcionasse nos turnos manhã e tarde.

Cabiam aos professores efetivar a matrícula de seus alunos registrando em livros os nomes de cada um acompanhado da filiação e naturalidade. Constava também anotações sobre o grau de conhecimento inicial e o avanço do aluno obtido durante o ano letivo, bem como o julgamento de seu comportamento moral e motivo de suas ausências. Anualmente, estes dados eram apresentados na forma de mapas e encaminhados juntamente com o relatório do diretor do Liceu ao Presidente da Província, que por sua vez apresentava estes resultados na sua fala de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial.

Findada a matrícula, os alunos tinham um prazo de até 31 de janeiro para comparecerem às aulas, podendo o diretor autorizar ou não a permanência de algum retardatário até o final do mês de fevereiro. Exceção era feita aos alunos que escolhessem cursar línguas, a estes era permitido matrícula a qualquer momento durante o ano.

As relações entre professores e alunos eram rígidas, e segundo Reis (2006, p.116), “revestidas de autoritarismo. O professor para formar o caráter de seus alunos, tornando-os obedientes aos valores vigentes e manter a disciplina em sala de aula não se esquivavam em recorrer aos castigos físicos”. A Resolução nº 287, expressava em seu artigo 38 que “só nas aulas de instrução primária, na de Língua Nacional, e de Latim se permitem castigos físicos e moderados”, mas para Reis (2006, p. 117), “este tipo de punição por ser usada comumente no âmbito escolar e familiar da época, é de se supor que as demais cadeiras do Liceu lançassem mão deste instrumento de controle”.

A palmatória, como podemos observar na figura a seguir, é um objeto de madeira circular introduzido num cabo usado para dar “bolos”⁸ nas palmas das mãos dos alunos que deixassem de cumprir as regras impostas ou que fossem negligentes em seus estudos, geralmente apresentava na parte circular pequenos furos para potencializar a sensação de dor. Souza (2004, p. 94) comenta que:

a palmatória era vista, porém, entre os professores como um mal necessário [...] o castigo físico era condizente com a única forma social reconhecida de manifestação da autoridade, espelhava a brutalidade das relações de domínio da época, na política, no trabalho, no exército, na família e no casal.

⁸ Bolos – golpes dados nas mãos dos alunos com a palmatória.

Segundo esta autora, a proibição deste instrumento disciplinar ocorreu ainda no Império. Conforme Reis (2006), no Piauí, a palmatória foi abolida legalmente em 1864, no entanto, o seu uso ainda era freqüente no século XX.



Figura 29 - Palmatória.

Fonte: Arquivo do Museu da Escola. Disponível em: <<http://www.ufv.br/crp/palmatoria.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2006.

Os exames realizados no Liceu tinham a intenção de medir a aprendizagem dos alunos voltados principalmente para capacidade que os mesmos tinham de memorizar as lições ensinadas durante o ano. Consistia na argüição feita pelos alunos na presença de uma banca de examinadores formada pelo diretor e dois outros professores. O assunto ou “ponto” era sorteado no momento do exame, a exceção era feita apenas para Latim e Geometria, que concedia trinta minutos para uma rápida revisão pelos alunos. Os exames eram abertos a quem se interessasse assistir e após o término dos mesmos eram feitas as médias dos conceitos (A - aprovados e R - reprovados) aferidos pelos examinadores da banca: o aluno que obtivesse três “A”, estaria aprovado plenamente; aquele que conseguisse dois conceitos “A” e um “R”, seria aprovado simplesmente; já os que alcançasse dois ou três “R”, estariam reprovados. Aos alunos que adquirissem êxito nos exames recebiam gratuitamente um certificado. Podiam requerer estes exames qualquer pessoa que se julgasse capaz, incluindo aqui os alunos provenientes de escolas particulares.

A Resolução nº 287/1850 reorganizou o ensino da Província determinando que o cargo de diretor e vice-diretor da Instrução Pública fossem ocupados por lentes formados e vitalícios do Liceu por um período de quatro anos. O diretor era indicado pelo Presidente da Província e tinha, entre outras funções, a de manter este informado da situação das escolas primárias e secundárias da capital. Podia o diretor indicar a nomeação de um vice-diretor, um censor e um substituto para lhe auxiliar na fiscalização das escolas de sua comarca, ficando este papel a cargo dos juizes de direito nas demais comarcas da Província.

Os alunos do Liceu tinham liberdade de escolher dentre as cadeiras oferecidas pela instituição, aquela ou aquelas que pretendessem cursar durante o ano letivo. Isso fazia com que algumas cadeiras fossem mais preferidas que outras como podemos observar no quadro a seguir em que mostramos, em destaque, quantidade de alunos que cursavam as aulas do Liceu no ano de 1850. Chamamos a atenção para o total de 51 alunos, pois esta quantidade não leva em consideração que um aluno pode freqüentar mais de uma cadeira, podendo estar incluído neste somatório o mesmo aluno, de forma repetida.

ENSINO	Nº ALUNOS	SEXO	LUGAR	PROFESSOR	PROVIMENTO
Latim	28	Masculino	Oeiras	Antonio João Batista Ferreira	Vitalício
Francês		”	”	Vaga	
Inglês	07	”	”	Antonio Joaquim de Siqueira	Interino
Filosofia	06	”	”	Dr. Carlos de Sousa Martins	Vitalício
Geometria	03	”	”	Dr. José Sérvio Ferreira	”
Geografia	04	”	”	Dr. Simplício de Sousa Mendes	”
Retórica	03	”	”	Joaquim Borges Carneiro	”
TOTAL	51				

Quadro 6 - Quantidade de alunos que freqüentaram o Liceu em Oeiras, no ano de 1850.
Fonte: Adaptado do Quadro de REIS, Amada de Cássia Campos (2006).

Além da pequena quantidade de alunos, como mostra o quadro anterior, estes não tinham o hábito de freqüentar as aulas com regularidade. Moacyr (1939, p. 254) cita a preocupação de Saraiva com relação a esta situação:

Nenhuma só aula (exceção feita à de latim e francês) contava mais de 3 discípulos que iam ouvir as lições quando bem lhes pareciam. Pode-se dizer que o Liceu existia apenas na legislação e que somente se sabia de sua existência quando seus empregados iam receber vencimentos.

O presidente Saraiva acreditava que tal situação pudesse ser resolvida se transformasse o Liceu em internato chegando mesmo expressar esse seu desejo à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de julho de 1851. Para ele, isto sanaria as dificuldades da falta de local para abrigar os alunos de outras localidades da Província, porém este intento não se efetivou. Diz Saraiva aos deputados:

Sabeis, que Oeiras não possui um só Collegio, para onde os Paes de família mandem seus filhos, ou antes, que não há em Oeiras uma só casa de educação, onde o pae de família de fora possa ter seu filho, sem que se veja na obrigação de solicitar de um amigo o favor de o ter em sua casa; o que para muita gente é impossível; porque Oeiras não entretém com as demais partes da Província senão relações políticas. (PIAUHY, FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1851).

Após sete anos de funcionamento em Oeiras, o Liceu foi transferido para Teresina quando esta se tornou a nova capital da Província por ato de Saraiva em 16 de agosto de 1852. Finda assim a primeira etapa de funcionamento desta instituição e inicia a segunda que será abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO LICEU EM TERESINA (1852 – 1970)

No presente capítulo abordamos a história do Liceu em Teresina, segunda capital piauiense, no período de 1852 a 1970, datas correspondentes, respectivamente, ao início do segundo momento histórico desta instituição escolar e ao recorte temporal deste estudo, com a contribuição das lembranças daqueles que foram partícipes deste processo a partir da década de 30 do século XX. Para melhor compreensão da instalação e consolidação do Liceu Piauiense na nova capital, dividimos o referido capítulo em três itens. No primeiro, apontamos alguns aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais de Teresina, focando o contexto da época. No segundo, apresentamos um olhar sobre o funcionamento do Liceu em Teresina. No terceiro, destacamos alguns aspectos do cotidiano liceal, com ênfase na memória daqueles que vivenciaram o seu processo educacional.

4.1 Teresina: aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais

Desde os tempos coloniais, por motivos já mencionados no capítulo anterior, pensava-se em tirar de Oeiras a sede do governo piauiense, pois era um local de difícil comunicação, impedindo, dentre outras coisas, o desenvolvimento do comércio e conseqüentemente da cidade. Alencastre (1981, p. 126-127) comenta que:

Tendo sido em 1850 nomeado presidente o Dr. José Antônio Saraiva; entendeu ele, empossado da administração, que o maior serviço que podia fazer à província do Piauí era mudar a sua capital para a margem do Parnaíba, ou, por outra, realizar um pensamento luminoso que há mais de 50 anos um governo inteligente e zeloso havia sido o primeiro a concebê-lo, e que outros nunca ousaram empreender, ou por julgaram imprudente, senão impossível, o que era tão natural e exeqüível, ou porque temiam os sacrifícios próprios, antepondo o bem-estar pessoal à pública conveniência. Fosse esta ou aquela razão, o que é evidentemente claro é que a

empresa era grande; porque importava nada menos que a criação de uma cidade, que em seu seio pudesse acolher uma população numerosa, que consigo devia a capital transportar, que tivesse todos os cômodos para as repartições fiscais, e outros estabelecimentos públicos.

Esta mudança tão desejada aconteceu com a Resolução nº 315, publicada a 21 de julho de 1852, no governo de José Antônio Saraiva (FIGURA 30), elevando a Vila Nova do Poty à categoria de Cidade com a denominação de Teresina e transferindo para ela a sede do governo da Província, com todos os estabelecimentos e repartições públicas. Saraiva demonstrou que tinha bastante pressa, pois logo em 16 de agosto do mesmo ano oficializava às autoridades da época que já se encontrava a disposição na nova capital.



Figura 30 - José Antônio Saraiva - Fundador de Teresina.

Fonte: Sorocaba 350 anos, uma história ilustrada. Disponível em: <<http://site.cruzeionet.com.br/sorocaba/fasciculos350anos/fasci15/pg01.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

José Antônio Saraiva, baiano, nascido a 1º de julho de 1823, Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, assumiu a Presidência da Província do Piauí, no dia 7 de setembro de 1850, com apenas 27 anos de idade, cheio de idéias e planos para dar uma nova dimensão à política do Piauí. Procurou de imediato se inteirar dos principais problemas da Província e logo se propôs a fazer a mudança da capital do Piauí. Para isto acontecer, era preciso enfrentar vários obstáculos; um deles, era a resistência ameaçadora dos oieirenses. Saraiva não se intimidou diante das dificuldades, enfrentou todas elas, e conseguiu trazer a capital do Piauí para Teresina.

A nova capital foi denominada Teresina em homenagem prestada à imperatriz do Brasil, Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon (FIGURA 31), casada com Dom Pedro II desde 30 de maio de 1843. Era uma pessoa retraída, limitou-se ao papel de boa esposa e mãe, sem procurar intervir nas posições do marido, o que não nos causa estranheza, pois era a posição que se esperava da maioria das mulheres da época.



Figura 31 - Imperatriz Teresa Cristina - mulher de Dom Pedro II.

Fonte: D. Pedro II e D. Teresa Cristina. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teresa_Cristina_Maria_de_Bourbon>. Acesso em: 20 jun. 2007.

Um dos historiadores piauienses, Melo (1995, p. 115), ao falar das duas capitais do Piauí nos diz que:

Em toda a sua história, a sede do governo piauiense esteve apenas em dois aglomerados urbanos, ambos feitos cidades para serem capitais – Oeiras, a velha Mocha e Teresina, a antiga Chapada do Corisco. Nestes dois pólos germinou e desabrochou uma cultura que caracterizou a sociedade e a economia piauienses, se alicerçou e estruturou nossa realidade política. Entre uma e outra urbe não há apenas uma relação de sucessão, mas de soma, de enriquecimento. [...]. Ambas nasceram ao redor de um templo consagrado a Nossa Senhora, a vitória primeira e ao amparo infalível e sempre presente em suas trajetórias; ambas preferidas a outras, apesar de nada oferecerem, além da esperança do que as criaram. Oeiras, a raiz, Teresina, o eflorar de uma sociedade unida, diria quase sem classes, porque nascidas de comunidades agrícolas, regadas pelo esforço conjunto e solidário do senhor, do vaqueiro e do escravo.

Segundo Nunes e Abreu (1995, p. 95), “o momento mais significativo da vida político-administrativa, com reflexos em toda a Província, foi o movimento pró-mudança da capital, de Oeiras, no centro do Piauí, para as terras da Vila Nova do Poti, às margens do Parnaíba”.

As mesmas autoras prosseguem:

A Vila do Poti, situada na confluência do rio Poti com o Parnaíba, antigo reduto de índios, era um local privilegiado para a agricultura, fator econômico que passara, então, a ser valorizado no Piauí. Era igualmente uma passagem entre o norte da Capitania e o restante do Brasil. A dificuldade de comunicação de Oeiras obrigava o escoamento das riquezas do Piauí somente pelo Maranhão, justamente através da passagem mais acessível à época, a Vila do Poti, que, por via fluvial, ficava relativamente próxima de Caxias. Esse era um dos argumentos dos políticos liderados pelo governador Saraiva: uma vez estabelecida a capital às margens do navegável rio Parnaíba, as comunicações seriam amplamente favorecidas e, assim, toda uma gama de ações administrativas seria facilitada. Desta forma, a nova capital poderia exercer em plenitude – de direito e de fato – a função própria de uma cidade – sede de Província: promover o seu desenvolvimento. As palavras de ordem naquele momento eram mudar para progredir (NUNES; ABREU, 1995, p. 95).

Podemos observar no mapa do Piauí, apresentado na figura seguinte, a localização geográfica de Oeiras, primeira capital, e Teresina, segunda e atual capital do Estado, o que vem confirmar as citações de Nunes e Abreu (1995) ao afirmarem que a dificuldade de comunicação de Oeiras é bem maior do que Teresina, pois a cidade fica localizada quase no centro do Piauí, enquanto Teresina localiza-se à margem do rio Parnaíba, que na época, ou seja, na década de 50 do século XIX, era navegável, facilitando a comunicação com outros lugares, vindo a contribuir com o desenvolvimento do Estado do Piauí. Concordamos com as autoras supracitadas, pois este foi o principal motivo alegado por Saraiva na época da transferência da capital do Piauí, de Oeiras para Teresina.

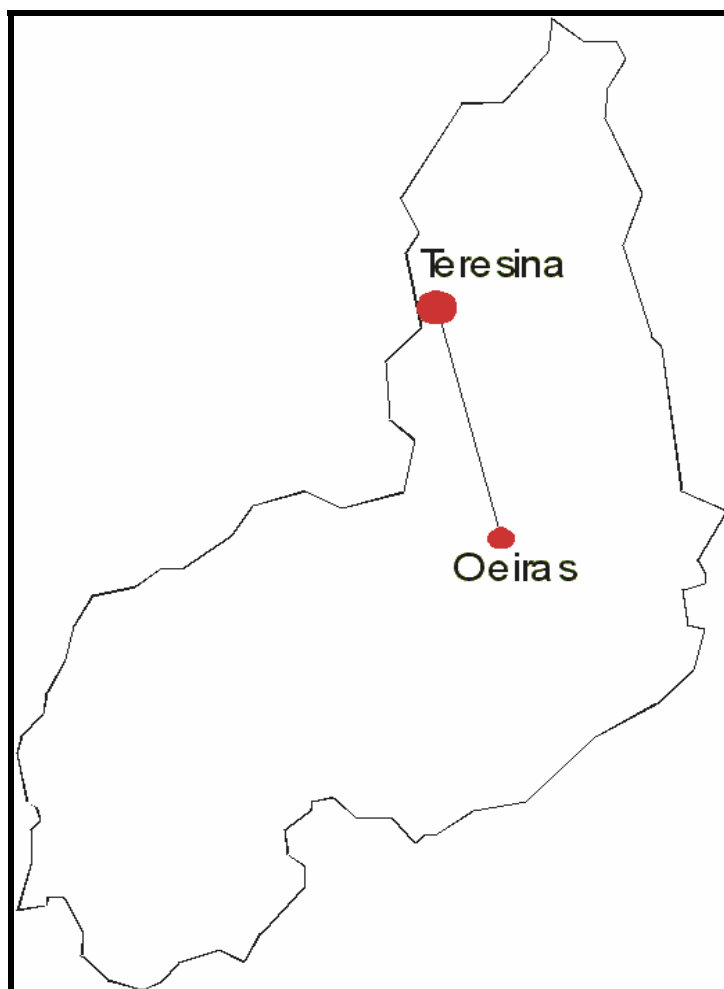


Figura 32 - Mapa do Piauí - duas capitais.
Fonte: Arquivo pessoal de Amada de Cássia Campos Reis.

Teresina, a nova capital da Província do Piauí, nasceu com novas perspectivas de desenvolvimento e com uma ruptura nos seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Para Saraiva e outros políticos da época, era uma mudança necessária e benéfica, justificada especialmente pelo valor econômico. Dessa forma, num lugar mais favorável ao desenvolvimento vai se agrupando os primeiros habitantes de Teresina contando com alguns moradores da Vila do Poti, que passou a ser denominada Vila Velha do Poti, sendo conhecida hoje como Poti Velho, um bairro de Teresina, contando ainda com pequenos comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, militares, dentre outros.

Esta nova capital teve o seu traçado urbano planejado, “desenvolveu-se, inicialmente, dentro de um plano rígido estabelecido em xadrez” (NASCIMENTO, 2002, p. 118), como mostra a figura 33 a seguir.

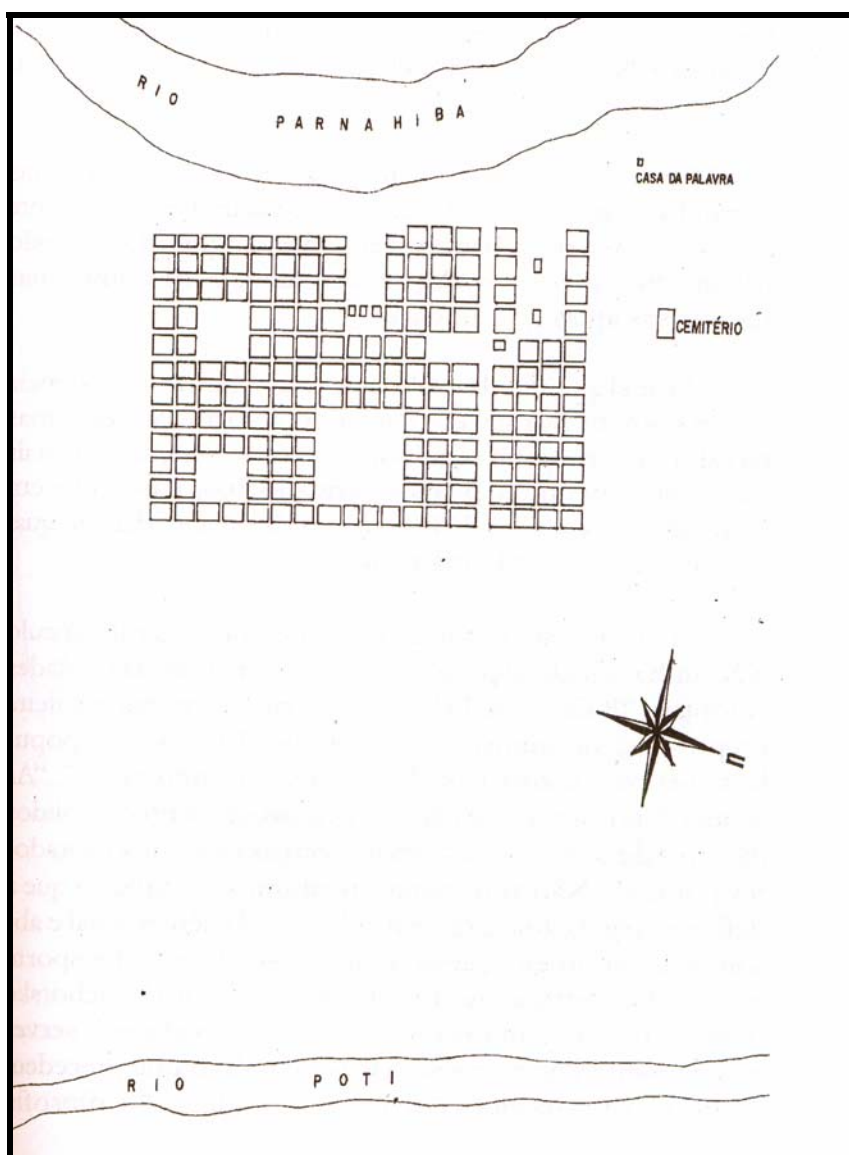


Figura 33 - Planta da cidade de Teresina. Outubro de 1852.
 Fonte: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (2002, p. 119).

Podemos observar na figura acima que a cidade de Teresina está situada entre os rios Poti e Parnaíba e que o seu povoamento foi iniciado bem próximo ao Rio Parnaíba, “com o traçado das ruas em linha reta, cruzando-se uma com as outras, dando-lhe a forma de tabuleiro de jogo de damas” (NUNES; ABREU, 1995, p. 96). Isto mostra que a abertura das ruas não foram feitas de forma aleatória, e sim com planejamento, trazendo assim, uma certa organização da cidade.

Nascimento (2002, p. 118-120) referindo-se à ocupação de Teresina, afirma que:

Até a década de 1990, a cidade expandiu-se tendo com referência a Praça da Constituição, atual Deodoro. O eixo central era a avenida Frei Serafim que a dividia em Norte-Sul. No início, a cidade expandiu-se mais para a região Norte. Depois da desobstrução de

afloramentos rochosos localizados entre as ruas Glória (atual Lizandro Nogueira) e Riachuelo. A expansão se deu também para a zona Sul.

Segundo Queiroz (1992, p. 11), “as décadas a partir de 1880 são significativas para o processo de mudança no Piauí, no sentido de sua integração regional e é quando aparecem os primeiros elementos de modernização – representadas pela navegação a vapor e pelo telégrafo”. O cotidiano de Teresina, na década de 80 do século XIX, apresentava um cenário de desorganização, no que diz respeito à ocupação da cidade, como bem nos relata Araújo (1995, p. 36):

A presença de homens, mulheres, velhos e crianças nas ruas da cidade de Teresina, nos anos de 1877-1879, foi considerada um fenômeno de desordem. Dezenas dessas pessoas deslocavam-se no seu cotidiano pelas ruas do Barroco (hoje Av. José dos Santos e Silva), Chapada (hoje Tiradentes), Estrada Nova (hoje Rui Barbosa), Glória (Lizandro Nogueira), Praça da Constituição (Praça Marechal Deodoro) trazendo para a vida cotidiana cenas de um espetáculo lamentável. O sentimento de medo e de pavor fazia-se presente nos habitantes desta cidade. O espanto, a surpresa e a preocupação não passavam despercebidos à elite teresinense. Havia intranqüilidade nessa classe social, em face de, nas ruas de Teresina, transitarem as massas de migrantes nordestinos e, com elas, a miséria e suas manifestações.

Observamos que a presença dos migrantes nordestinos, citados por Araújo (1995), trouxe um desconforto no dia-a-dia da cidade de Teresina, especialmente, à população já aqui estabelecida, pois além do medo que essas pessoas causavam, elas contribuíam para a feiúra da referida cidade, provenientes de seus trajes e moradia, entre outros.

Em Teresina, na década de 80 do século XIX, “as casas cobertas de palhas eram em maior número que as cobertas de telhas, e as paredes, no geral, eram de taipa” (COSTA FILHO, 2006, p. 42). Nascimento (2002) em sua obra *A Cidade sob o Fogo* faz uma narrativa sobre este tipo de habitação em Teresina, na qual retrata muito bem os incêndios ocorridos na cidade, que não eram poucos, trazendo sérios problemas para os pobres moradores, vejamos alguns trechos a seguir:

[...] encontram-se sem grandes dificuldades, informações sobre incêndios desde 1860, oito anos depois da fundação da capital [...]. Os incêndios ocorriam mais na periferia e os moradores tinham sempre muito pouco. No geral, perdiam tudo o que amealharam durante anos [...]. Na maioria das vezes as perdas eram apenas

materiais, mas ora por outra provocavam vítimas fatais [...]. O desespero tomava conta dos moradores das casas de palha [...]. Os incêndios da década de 1940 provocaram a população moradora da periferia de Teresina amedrontada [...]. Na história dos incêndios, até a década de 1930, não aparece a questão da intencionalidade (NASCIMENTO, p. 228-277).

Esta situação das edificações na cidade de Teresina está evidenciada no resultado do recenseamento realizado em 1888, conforme quadro abaixo:

Especificação	Quantidade
Habitantes	7.411
Brasileiros	7.400
Estrangeiros	11
Masculinos	3.209
Femininos	4.202
Solteiros	5.428
Casados	1.453
Viúvos	530
Com Profissão	1.260
Sem Profissão	6.151
Sabendo Ler	2.202
Não Sabendo Ler	5.209
Sobrados	02
Casas	539
Choupanas	1.037
Edifícios Públicos	17

Quadro 7 - Situação da população de Teresina - 1888.

Fonte: Pereira da Costa, F. A. apud FERRO, Maria do Amparo Borges (1996).

Percebemos que no século XIX a maioria das casas de Teresina eram cobertas de palhas – choupanas. Nesta realidade aconteciam muitos incêndios que causaram um sério problema para os pobres moradores desta cidade, perdurando até o século XX, o que provocou intranqüilidade e até mesmo morte de pessoas. Posteriormente à década de 30 do século XX, os incêndios deixaram de ser vistos como não intencionais, surgindo várias versões, dentre elas, a provocação do fogo para expulsar a população pobre da cidade de Teresina.

Aos poucos, foram sendo tomadas várias medidas para o melhoramento da cidade de Teresina, entre elas, o plantio de árvores, que além de amenizar a temperatura da cidade trouxe também um certo embelezamento vindo em 1889 a ser denominada por Coelho Neto como “cidade verde”.

Teresina foi crescendo e como diz Melo (1995, p. 129) “deixando de ser a pequena mesopotâmia”. Este crescimento aconteceu, não somente em seu espaço geográfico, como também no desenvolvimento da cidade se distanciando cada vez mais do início de sua fundação. Assim, a cidade foi se modificando juntamente com a vida de seu povo.

Segundo Nascimento (2002, p. 219), “os cortiços e casas de pobres tinham que ceder lugar às ruas e avenidas”. Dessa forma, a cidade foi adquirindo uma outra feição, o que podemos confirmar na afirmação a seguir:

A década de 1920 pode ser citada como um período em que foram construídos prédios, especialmente públicos, com uma arquitetura que destoava da predominante. [...]. No começo da década seguinte, alguns prédios são transformados em símbolos da nova era. Pode-se arrolar como exemplos: o edifício dos Correios e Telégrafos. [...]. O outro edifício é a sede do Liceu Piauiense, que teve sua construção iniciada na administração Landri Sales [...] (NASCIMENTO, 2002, p.159-160).

Os anos 70 do século XX, de acordo com Tajra e Tajra Filho (1995, p. 148), “foi de grande progresso para o Estado do Piauí, embalado pelo próprio desenvolvimento do Brasil, que vivia o chamado milagre econômico”. Nesta época, contou-se com a contribuição de piauienses, como João Paulo dos Reis Veloso (Ministro do Planejamento) e Petrônio Portela (Ministro da Justiça) no sentido de conseguir recursos para o Piauí. Período este, marcado por discussões em torno de uma melhoria educacional. Em 1971, foi fundada a Universidade Federal do Piauí que trouxe um progresso na educação piauiense. Soares (2004, p. 102-103) comenta que nesta década “um dos principais focos de discussão foi a profissionalização no segundo grau, pois a época do milagre brasileiro e dos empréstimos exteriores exigia mão-de-obra qualificada”.

A seguir, apresentamos um olhar sobre o funcionamento do Liceu Piauiense em Teresina, instituição escolar integrante da história desta cidade, pois participou das dificuldades da nascente capital, passou por vários tropeços e, aos poucos, foi crescendo juntamente com a cidade e contribuindo com a educação piauiense.

4.2 Um olhar sobre o funcionamento do Liceu em Teresina

Com a mudança da capital do Piauí, de Oeiras para Teresina, através da Resolução nº 315, publicada em 21 de julho de 1852, o Liceu Provincial foi transferido para a nova capital, iniciando o seu segundo momento histórico, e, conforme Bastos (1994, p. 137), “tem sua denominação alterada para Liceu Piauiense”. Em Teresina, esta instituição escolar deparou-se com as mesmas dificuldades da época de sua fundação, como diz Nunes (1972, v. 4, p. 54), “o Liceu continuava sua débil vida em Teresina”.

Teresina ainda em construção enfrentando vários problemas inerentes da própria acomodação da nascente capital, não contava com elementos necessários para o desenvolvimento do Liceu, nem mesmo com prédio para alojá-lo, portanto, voltou a funcionar precariamente na residência dos respectivos professores, o que mostrou um retrocesso desta instituição escolar ao chegar na nova capital.

Saraiva continuava acreditando que a precária situação do Liceu seria resolvida transformando-o em internato, esta era também a opinião de outros presidentes posteriores ao seu mandato. Em 1853, a Resolução nº 350, já no governo de Luís Carlos de Paiva Teixeira, entre outras modificações, “autorizava o presidente da Província a transformar o Liceu em internato, mudando sua designação para Colégio Piauiense. Esse dispositivo, porém, não chegou a ser cumprido” (OLÍMPIO, 1993, p. 21). Portanto, como já mencionamos, as aulas do Liceu tiveram que funcionar na casa de seus professores, contando com uma pequena quantidade de alunos, o que podemos constatar nas figuras 34 e 35 a seguir:

MAPPA DO ENSINO SECUNDÁRIO DA PROVÍNCIA DO PIAUHY, COM DECLARAÇÃO DOS ALUNOS QUE O FREQUENTARÃO NO ANNO DE 1854.						
ENSINHOS.	SEXOS.	LUGARES.	NOMES DOS PROFESSORES.	Alunos	PROVENIENTOS.	Observações.
Latim.	Masculino.	Thermona.	José Ricardo de Sousa Neto.	7	Vários.	
Francês.	"	"	José Joaquim Azeiteiro.	1	"	
Filosofia.	"	"	Dr. Carlos de Sousa Martins.	1	"	
Geometria.	"	"	" José Sarcio Farias.	1	"	Actualmente leccionado na cidade de Termona.
Geographia.	"	"	" Simão de Sousa Mendes.	2	"	
Historia.	"	"	Miguel Carvalho Casella-Branco.		"	
Língua Natural.	"	"	José Maria Pereira d'Alencastro.	1	"	
Latin.	"	Ouro.	Antonio João Baptista Farias.		"	
SOMMA				16		

Secretaria de Governo da Província do Piauí 1.º de Julho de 1854.

Balthazar José Corrêa,
Secretaria de Governo.

Figura 34 - Mapa do ensino secundário da Província do Piauí - 1854.

Fonte: Mapa F anexo a **Falla com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente da Província do PIAUHY Dr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho** (1854).

De acordo com os dados apresentados na figura 34, o ensino secundário na Província do Piauí, que ficava sob a responsabilidade do Liceu, contava com 16 alunos, distribuídos nas seguintes cadeiras: 7 em Latim, 4 em Língua Portuguesa, 2 em Geografia e as cadeiras de Francês, Filosofia e Geometria funcionavam cada uma com 1 aluno, o que desanimava os governantes da referida província, vindo mesmo a se desinteressar pela sua continuidade. Embora contando com uma baixa frequência e passando por dificuldades já mencionadas anteriormente, o Liceu conseguia permanecer e contribuir para a educação daqueles que o procuravam.

(N.º 7.)

MAPPA DO ENSINO SECUNDARIO
DA
PROVINCIA DO PIAUHY, COM DECLARAÇÃO DOS ALUNNOS QUE O
FREQUENTARÃO NO ANNO DE 1855.

ENSINO.	SEXOS.	LUGARES.	NOMES DOS PROFESSORES.	ALUN- NOS.	PROVINDIA.	OBSERVAÇÕES.
Latim.	Masculinos.	Theresia.	José Ricardo de Souza Neves.....	14	Vitória.	
Francês.	"	"	José Joaquim Avellan.....	4	"	
Filosofia.	"	"	Dr. Carlos de Souza Martins.....	1	"	
Geometria.	"		Vaga.			
Rhetorica.	"	"	Miguel Carvalho Costello-Branco.....	1	"	
Geographia.	"	"	Dr. Sulpicio de Souza Mendes.....	2	"	
Lingua Nacional.	"	"	José Martins Ferreira d'Alencastre.....	9	"	
Latim.	"	Outros.	Asterio João Baptista Ferreira.....			
SOMA.....				32		

Secretaria da Presidencia da Provincia do Piahy em d'Agosto de 1855.

BALDOISO JOSÉ COLLBO,
Secretario do Governo.

Figura 35 - Mapa do ensino secundário da Província do Piauí -1855.

Fonte: Mapa nº 7 anexo ao **Relatório do Presidente da Província do PIAUHY** (1856).

Constatamos na figura 35 que no ano de 1855 houve um acréscimo na procura pelo ensino secundário na Província do Piauí, passando a contar com 32 alunos assim distribuídos: 14 em Latim, 9 em Língua Nacional, 4 em Francês, 3 em Geografia, 1 em Filosofia e 1 em Retórica. Podemos observar que o aumento de alunos dobrou em relação ao ano anterior, mesmo assim, continuava com o número de matrícula reduzido, o que ainda demonstrava o desinteresse da população.

Em 1856, com a insistente intenção de convertê-lo em internato, Frederico de Almeida e Albuquerque, presidente da Província, colocou-o em um prédio público ao lado da Igreja do Amparo. Este presidente "informou à Câmara Legislativa que gastara 3:099\$000 (três contos e noventa e nove mil réis) no prédio que deveria acolher o estabelecimento como internato" (NUNES, 1972, v. 4, p. 54), porém, saiu do governo sem concretizar seu desejo.

Assim, o Liceu prosseguiu ainda em crise, pois em 1857 contava com um total de 19 alunos, como mostra a figura a seguir, e, sem um local certo para o seu funcionamento.

(N. 11.)

MAPPA DO ENSINO SECUNDARIO DA PROVINCIA

DO PIAUHY, COM DECLARAÇÃO DOS ALUNOS QUE O FREQUENTARÃO NO ANNO DE 1857.

ENSIÑO.	SEXO.	LUGARES.	NOMES DOS PROPRIETARIOS.	ALUNOS	PROVEDENTES	OBSERVAÇÕES.
Latim.	Masculino.	Teresina.	José Ricardo de Souza Netes.	1	Terceira.	
Francês.	"	"	José Inácio Avellan.	1	"	
Philosophia.	"	"	Dr. Carlos de Souza Martins.		"	Acto-se suspenso por acto da presidencia.
Geometria.	"	"	Vaga			
Rhetorica.	"	"	Miguel Carvalho Castello-Branco.	1	"	
Geographia.	"	"	Dr. Simplicio de Souza Mendes.	1	"	
Licéu Nacional.	"	"	José Martins Pereira d'Alencastre.	5	"	Esta cadeira tem sido regida pelo substituto, por estar ausente o Proprietario.
Latim.	"	Oeiras.	Antonio João Baptista Ferreira.	10	"	Este Professor foi julgado incompetente.
Summa				19		

Secretaria do Liceu do Piahy em 20 de Junho de 1857.

O Secretario
AMARO ALVES CANTANHEDE.

Figura 36 - Mapa do ensino secundário da Província do Piauí -1857.

Fonte: Mapa nº 11 anexo ao **Relatório do Presidente da Província do PIAUHY** (1857).

Analisando o mapa do ensino secundário da Província do Piauí, ano 1857, apresentado na figura 36 acima, notamos que a quantidade de alunos do Liceu Piauiense diminuiu. Embora tenha deixado de funcionar na casa de seus professores continuava na mesma penúria, contando com uma pequena quantidade de alunos e uma oscilação em sua matrícula, o que era considerado pelos governantes da época como desperdício de dinheiro aplicado nesta instituição.

Com base na Resolução nº 485 de 13 de setembro de 1859, que reformou o ensino primário e secundário da Província, Reis (2006, p. 130), informa que o Vice-Presidente, José Mariano Lustosa do Amaral, "autorizou a continuação da cadeira de Latim de Oeiras e criou as cadeiras de Francês e Geografia, todas fazendo parte do Liceu, com seus lentes recebendo ordenados equivalentes aos de Teresina". Este fato pode ser constatado no mapa apresentado na figura 36 que mostra a existência de 10 alunos na cadeira de Latim em Oeiras.

O Liceu foi extinto pela resolução nº 511 de 1º de agosto de 1861, no governo de Antônio de Brito de Sousa Gaioso. De acordo com Reis (2006, p. 132), este ato:

[...] extinguiu as cadeiras de Teresina e de Oeiras. O ensino secundário da Província passou à condição de aulas avulsas e as cadeiras deste nível foram, na Capital, reduzidas às de Latim, Francês, Aritmética e Geometria Plana, e em Oeiras, à de Latim.

Através da Resolução nº 599 de 9 de outubro de 1867, o Liceu retornou à sociedade piauiense funcionando apenas em Teresina. Esta mesma Resolução que reativou o Liceu extinguiu a Escola Normal. Soares (2004, p. 59-60) esclarece e amplia as informações sobre este fato:

O mesmo documento que extinguiu a Escola Normal reabriu o Liceu que se encontrava desativado desde 1861. O art. 5º da Resolução nº 599 de 9 de outubro de 1867, criava anexo ao curso propedêutico, um curso especial de dois anos para os que pretendessem praticar o magistério. No 1º ano era lecionado Língua Nacional, Aritmética, Álgebra até equações do primeiro grau, Geometria Elementar e Sistema Métrico; no 2º ano: Geografia, História principalmente do Brasil e Pedagogia. Em 1871 a Resolução nº 753 de 29 de agosto reformou o Liceu, determinando que o ensino secundário da Província ficaria sob sua competência. Assim, aquela instituição continuou oferecendo curso propedêutico em que era ministrada a matéria Pedagogia e curso destinado à formação de professores com três anos de duração, contemplando as seguintes matérias: 1º ano Língua Nacional e Pedagogia; 2º ano Aritmética, Geometria Plana e Sistema Métrico Decimal; 3º ano Geografia, História Pátria e Sagrada. Ao aluno que concluísse esse curso era conferido pela Secretaria de Governo um Título que lhe dava o direito de ser nomeado Professor do Ensino Primário, independentemente de exame ou concurso e ser ainda preferido para exercer outros cargos na Província. [...]. Essa experiência de curso normal ao anexo ao Liceu permaneceu até o ano de 1874 quando foi novamente extinto pela Resolução nº 858 de 11 de julho daquele ano.

Podemos perceber que o Liceu Piauiense retornou à sociedade com uma duplicidade de atividades, pois com a extinção da Escola Normal, ele trouxe um curso especial voltado para o Magistério, vindo a ser responsabilizado pelo ensino secundário da Província. Esta situação perdurou até o ano de 1874.

Como vimos o Liceu foi reaberto, ainda no período imperial, no ano de 1867, sem contar com um prédio próprio e continuando com uma quantidade reduzida de alunos. Por isto, os governantes voltaram a ter a idéia de uma nova extinção, porém, isto não aconteceu, prosseguindo assim, a sua difícil trajetória. Segundo Costa Filho (2006), este pequeno número de alunos matriculados nas aulas do Liceu pode ter sido ocasionado pela permissão legal que os alunos tinham para cursar matérias isoladas de acordo com as suas conveniências, preparando-se

em suas próprias casas, podendo solicitar o seu exame na escola oficial, e se aprovado, receber o certificado do curso secundário.

Com o advento da República (1889), o Brasil passou por transformações em vários setores da sociedade, o que refletiu numa maior exigência da educação escolar brasileira, especialmente, ao ensino secundário, como bem nos esclarece Nunes (1999, p. 17), “o ensino secundário, pela sua importância em face do material humano a que se destina – adolescente – é o que mais necessita corresponder à realidade social de um povo”.

Podemos observar que essas transformações que se processaram no país, tiveram repercussão no Piauí, pois no ano de 1889, o Liceu contou com uma maior procura, aumentando a sua quantidade de alunos como nos apresenta a figura 37 a seguir:

N.º 7.

**MAPA da frequencia dos alumnos do Lyceu
no anno de 1889.**

Cadeiras	AULAS	N.º dos alumnos matriculados	OBSERVAÇÕES
1.ª	Lingua Nacional	22	
2.ª	Latim	40	
3.ª	Francez	26	
4.ª	Inglez	4	
5.ª	Mathematicas	25	
6.ª	Geographia e Historia	10	
7.ª	Philosophia e Rhetorica	7	

Secretaria da Instrucção Publica do Piauy, em Theresina, 15 de Abril
de 1889.

O Bedol, *Vicente da Costa Marins*
de Secretariê

Figura 37 - Mapa de freqüência dos alunos do Lyceu -1889.

Fonte: Mapa nº 07 anexo ao **Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva passou administração da Província do PIAUHY** (1889).

No período republicano o Liceu passou por várias reformas, trazendo mudanças no seu cotidiano, segundo Queiroz (1992, p. 108):

Após a República e mais precisamente de 1890 a 1925, teve continuidade a política legislativa vinda do Império. No caso do Liceu do Piauí, ele esteve à mercê de todas as experiências por que passou o ensino secundário no país. Nesse período, as reformas foram tão freqüentes, que algumas nem chegavam ser implementadas e já eram substituídas.

Embora passando por essas dificuldades apontadas por Queiroz (1992), o Liceu permanecia em atividade e, segundo Bastos (1994), esta instituição escolar, em 1918, foi equiparada ao Colégio Pedro II, seguindo o mesmo programa deste, contando na época com 61 alunos, portanto, ainda continuava enfrentando problemas de freqüência. E, por não contar com um prédio definitivo para o seu funcionamento, o Liceu Piauiense estava constantemente mudando de endereço. Ferro (1996, p. 69) afirma que o Liceu Piauiense passou:

[...] por vários endereços como o do Arquivo Público, o prédio onde hoje funciona a AGROVETE, na esquina da Rua Rui Barbosa com a Desembargador Freitas e o prédio onde atualmente está instalada a Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho na Praça Demóstenes Avelino até chegar já à época do Estado Novo a instalar-se definitivamente no seu atual endereço na Praça Landri Sales.

Estes prédios que serviram para acomodar o Liceu eram de boa aparência arquitetônica, vistos na época como uns dos melhores da cidade de Teresina. Informamos que no prédio da AGROVETE, hoje, funcionam duas outras casas de comércio: a Casa do Lavrador e a Importadora Cipriano Bijouteiras.

Analisando o espaço escolar, Escolano (2001, p. 26-27) diz que:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade, um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que obre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. [...]. Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo que impõem suas leis como organizações disciplinares.

Sendo conhecedora de alguns locais ocupados pelo Liceu Piauiense, compartilhamos com a posição de Escolano (2001), pois entendemos que estes

prédios não foram escolhidos por acaso, e sim por tratar-se de uma instituição de ensino que atendia à classe elitizada, ou seja, uma pequena parcela da população piauiense e por ser, na época, considerado um alto nível conferido pela educação no Piauí.

O trecho de entrevista a seguir apresenta a fala de quem estudou no Liceu quando este funcionava no prédio da atual Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho na Praça Demóstenes Avelino, conhecida popularmente como Praça do FRIPISA:

Estudei no Liceu no período de 1930 a 1934, fiz o ensino médio, se chamava naquele tempo de ensino secundário. Na época o Liceu vivia era em prédio de aluguel, sabia? Terminei o meu curso foi ali na praça do FRIPISA, onde hoje é a Biblioteca Pública [...]. Depois é que foi inaugurado o Liceu, a sede própria. Foi construído no governo de Landri Sales e Leônidas Melo. Landri Sales foi quem começou o prédio houve a eleição e foi eleito Leônidas Melo e concluiu o prédio. (OLIVEIRA, DEPOIMENTO ORAL...,2006)



Figura 38 - Fachada do prédio da Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho.
Fonte: Acervo de Maria Inéz Bandeira de Vasconcelos (2007).

A Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho foi o último prédio que abrigou o Liceu antes deste ser transferido para sua sede própria e, como mostra a figura 38, é um prédio imponente e, para a realidade da época, digno para o funcionamento desta escola que se destacava no cenário educacional piauiense.

Em 1934 no governo de Landri Sales Gonçalves teve início a construção do edifício próprio do Liceu, vindo a ser concluído no governo seguinte que foi de Leônidas de Castro Melo, conforme nos mostra a figura 39 a seguir.



Figura 39 - Placa com o período de construção do Edifício do Liceu Piauiense.
Fonte: Acervo de Maria Inês Bandeira de Vasconcelos (2006).

A sede própria do Liceu Piauiense ocupa uma das melhores áreas de Teresina, abrangendo um vasto terreno correspondendo a um quarteirão no centro da cidade. Trata-se de um prédio pomposo, considerado na época um dos mais belos, como pode ser visto na figura a seguir:



Figura 40 - Fachada do Edifício do Liceu Piauiense em construção.
Fonte: FERRO, Maria do Amparo Borges (1996, p. 101).

A respeito do projeto arquitetônico do prédio definitivo do Liceu Piauiense, Sales (2000, p. 137) afirma que:

O Liceu possui arquitetura em estilo moderno, resgata os traços arquitetônicos valorizados durante um período de intensas discussões sobre a forma que deveria assumir um prédio escolar. O prédio do Liceu é amplo, sem retórica decorativa e dá ênfase aos aspectos funcionais e espaciais. A sua arquitetura materializa a concepção de que a educação não se resume, apenas, à leitura e à escrita.

A instalação do Liceu Piauiense em seu prédio próprio na cidade de Teresina inaugurado, segundo Olímpio (1993, p. 67), “no dia 3 de maio de 1936, primeiro aniversário da administração de Leônidas de Castro Melo”, constituiu-se em fato de destaque para a educação na sociedade piauiense, que passava, nesse período, por um processo de modernização. Assim, esta instituição foi considerada uma obra de vital importância para a história da evolução da educação do Piauí.

A sua inauguração foi uma data festiva que ficou marcada na memória daqueles que vivenciaram este momento bastante significativo para a sociedade piauiense. Este dia é narrado por Arimathéa Tito Filho na apresentação do livro de Olímpio (1993) da seguinte forma:

Em 1936, o governo transferiu a sede do educandário para edifício próprio, projetado pela inteligência objetiva de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves. Era 3 de maio, primeiro aniversário da administração governamental de Leônidas Melo. Dia de muita festa cívica. Houve parada, de que participei, garboso, peito saliente, como queria o sargento comandante da tropa estudantil do desfile. Farda engomadinha, botinas engraxadas. Naquele tempo usava-se o uniforme cáqui. O paletó tinha duas lapelas, em que se bordavam duas penas brancas, uma de cada lado. Ao final das margens compridas, as listras horizontais brancas indicativas da série do estudante. Platinas do mesmo pano. Camisa branca por baixo do paletó, enfeitado de gravata comprida, preta. Para a cobertura da cabeça o casquete, espécie de gorro, da cor do fardamento – fardamento um tanto solene, um tanto quartelesco.

Ainda hoje o Liceu Piauiense é considerado um prédio suntuoso e, embora tenham ocorrido ampliações e reformas, não afetaram a sua arquitetura original, o que é demonstrado na atual foto desta instituição escolar, apresentada na figura a seguir:



Figura 41 - Fachada do Edifício do Liceu Piauiense.

Fonte: Acervo de Maria Inês Bandeira de Vasconcelos (2006).

Uma das reformas acontecidas no prédio do Liceu foi realizada na gestão do professor Lysandro Tito de Oliveira como diretor desta instituição escolar. O trecho de entrevista a seguir esclarece a informação sobre esta reforma:

[...] a calçada do Liceu quem fez fui eu. Ao redor do Liceu não tinha nada. Quando chovia era o maior lameiro. Morava na zona norte, a gente vinha com o sapato molhado, naquelas bandas chegava em casa com o sapato molhado, não tinha dois pares, era professor. Não podia ter dois, era só um par. E aí passava a noite com o sapato cheio de pano, pra enxugar, pra entrar de manhã sete horas (OLIVEIRA, DEPOIMENTO ORAL...,2006).

Analisando esta fala, podemos, dentre outras coisas, observar o descaso dos governantes para com a educação, visto que o prédio do Liceu foi inaugurado em 1936 e, segundo o professor Lysandro, a calçada desta instituição foi feita na sua gestão, que iniciou a partir de 1963, ou seja, após 27 anos da inauguração do edifício do Liceu.

Vasculhando documentos no Arquivo Público do Piauí, observamos nas mensagens apresentadas à Assembléia Legislativa pelos governantes do Piauí, em vários momentos, que quando se referem ao Liceu, trazem até o ano de 1939 o nome de Liceu Piauiense. Nos anos de 1940 e 1941 esta instituição é denominada

de Ginásio Oficial do Piauí. Com a Reforma Capanema, em 1942, é substituído por Colégio Estadual do Piauí, perdurando com este nome até o ano de 1961, pois a partir de 1º de janeiro de 1962, com a promulgação da Lei nº 2251 (ANEXO C), passou a denominar-se Colégio Estadual “Zacarias de Góis”.

Observando as denominações que o Liceu Piauiense recebeu no decorrer do seu percurso correspondente ao recorte temporal deste estudo, percebemos que passou mais de um século para que esta instituição escolar recebesse o nome do seu fundador, visto que em 4 de outubro de 1845 foi sancionada a Lei Provincial nº 198 que criava o Liceu, e, somente em 1º de janeiro de 1962 a Lei nº 2251 dá a denominação de Colégio Estadual “Zacarias de Góis”. Vale lembrar que, embora tenha recebido todas essas denominações, permanece na memória de todos como Liceu.

Na década de 30, esta instituição já se encontrava em sua sede própria (1936) contando com uma maior frequência de alunos. Isto demonstra que, aos poucos, esta instituição escolar estava se consolidando e conquistando a credibilidade da sociedade.

No centenário de fundação do Liceu, em 1945, houve uma grande comemoração com atividades artístico-culturais e esportivas, sendo registrado com uma placa comemorativa em homenagem ao seu fundador, que ainda hoje se encontra afixada na entrada principal do colégio, apresentada a seguir na figura 42.



Figura 42 - Placa de homenagem ao Zacarias de Góis.

Fonte: Acervo de Maria Inês Bandeira de Vasconcelos (2006).

No período administrativo de Rocha Furtado (1947-1951), o Liceu enfrentou uma crise que, segundo Olímpio (1993, p. 32), foi “uma de suas piores crises, inclusive com ameaça de ser fechado por falta de dinheiro para pagar os professores e comprar o material indispensável ao seu funcionamento”. Esta crise foi superada sem paralisar o seu funcionamento.

Na década de 60 houve uma grande procura pelo Liceu chegando ao ponto de seu prédio próprio não suportá-lo, e para atender esta demanda, o governo criou anexos, que funcionou em outras unidades escolares, tais como: Paulo Ferraz, Joel Costa, Anísio de Abreu, dentre outros. Segundo Olímpio (1993), nesta época o Liceu chegou a contar com mais de cinco mil alunos, incluindo os seus anexos.

Até o ano de 1970 o Liceu era considerado uma das melhores escolas de Teresina. Com a Lei 5.692/71, teve que redirecionar o seu currículo, pois esta Lei impôs uma profissionalização no ensino secundário, tolhendo em parte a pretensão daqueles que buscavam um acesso ao ensino superior.

No item seguinte com vistas a atingir os objetivos propostos neste estudo apresentamos alguns aspectos do cotidiano liceal. Com base nas reflexões de Certeau (2003, p. 41), podemos afirmar que uma escola adquire vida no seu cotidiano, “nas maneiras de fazer” e nas “mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço”.

4.3 Adentrando no cotidiano liceal piauiense

Para a reconstituição do passado do Liceu Piauiense adentramos no seu cotidiano objetivando desvendar aspectos de sua história e memória. Para isto, nos apoiamos em Magalhães (1998), no que diz respeito às categorias de análise para investigação sobre a história das instituições escolares, elegendo alguns elementos para este estudo como ingresso, currículo, professor, avaliação, controle de disciplina e importância social.

Nesta perspectiva, dentre outros autores, nos apoiamos em Halbwachs (1990) e Cecília Cortez de Souza (2004). A seguir apresentamos e analisamos aspectos do cotidiano liceal piauiense em Teresina, mencionados anteriormente, com ênfase na memória daqueles que vivenciaram este processo como alunos, professores e funcionários, a partir da década de 30 do século XX.

4.3.1 Ingresso

A memória como recurso metodológico nos permite a organização da experiência vivida e os conhecimentos adquiridos dos sujeitos interpelados. Durante os depoimentos foram elucidadas as formas de ingresso no Liceu Piauiense. O professor Lysandro Tito de Oliveira, no trecho de entrevista a seguir, esclarece as formas de acesso do professor nesta instituição escolar:

O ingresso naquele tempo era por nomeação do governador. O governador me nomeou interinamente como professor de Geografia do Liceu Piauiense, então, depois disso aí é que eu fui fazer o concurso. Era um concurso que pouca gente queria fazer. Quando eu fiz só tinha o Valdemar Sandes. Naquele tempo não era como hoje que se bota uma cruzinha aqui e outra bem ali, não. Era concurso sério. Sério, ouviu? Eram cinco provas e a autorização vinha do Ministério. Parte da banca, que era composta por cinco membros, dos quais eram eleitos aqui pela Congregação e dois pelo Ministério da Educação, eles lá davam a aprovação. Os nomes das pessoas que iam completar a banca. Era desse jeito. E assim, a primeira coisa que fazia para se inscrever; era escrever uma tese, tese de concurso sobre o assunto, entendeu como era? (OLIVEIRA⁹, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Oliveira revela em seu depoimento que foi nomeado provisoriamente pelo governador do Piauí, como professor de Geografia, só depois fez o concurso para professor definitivo. Reconhece que se tratava de um concurso sério e difícil, que pouca gente queria fazer. Na sua época (1949), só havia um concorrente, como mostra a Ata da sétima sessão da Comissão Julgadora do Concurso para Catedrático de Geografia, encontrada no arquivo do Liceu Piauiense (ANEXO B). Uma das exigências da inscrição para professor era a elaboração de uma tese sobre o assunto da disciplina a ser ministrada.

O mesmo depoente amplia a informação a respeito da exigência de um concurso com defesa de tese para o ingresso como professor no Liceu:

Para ingressar tinha o concurso pra fazer. Muita gente tinha medo, porque tinha que apresentar uma tese. Era um assunto qualquer sobre a matéria que ia se efetivar. Tinha que defender perante uma banca de cinco examinadores. Tinha a prova de tese, tinha a prova de títulos. Entendeu como era? Prova escrita, prova oral, prova didática; o sujeito tinha que dar uma aula perante a banca; de cinquenta minutos. Era tudo isso. (OLIVEIRA⁹, DEPOIMENTO ORAL..., 2006).

⁹ OLIVEIRA, Lysandro Tito de. Ingressou interinamente como professor do Liceu Piauiense em 1940. Em 1949, prestou concurso para professor definitivo desta instituição escolar.

Percebemos na fala do depoente que para ser aprovado no concurso para professor do Liceu o candidato precisava ter um bom conhecimento sobre o assunto que pretendia ministrar, pois além da tese, existia a prova oral, prova escrita e ainda uma prova didática, ou seja, o candidato precisaria ministrar uma aula de cinqüenta minutos diante de uma banca. Era muito diferente das provas objetivas comuns nos dias de hoje que, segundo Oliveira, não avalia os conhecimentos do candidato.

Apresentamos a seguir a tese que o professor João Gabriel Baptista defendeu no concurso para professor de Geografia do Brasil do Liceu Piauiense.

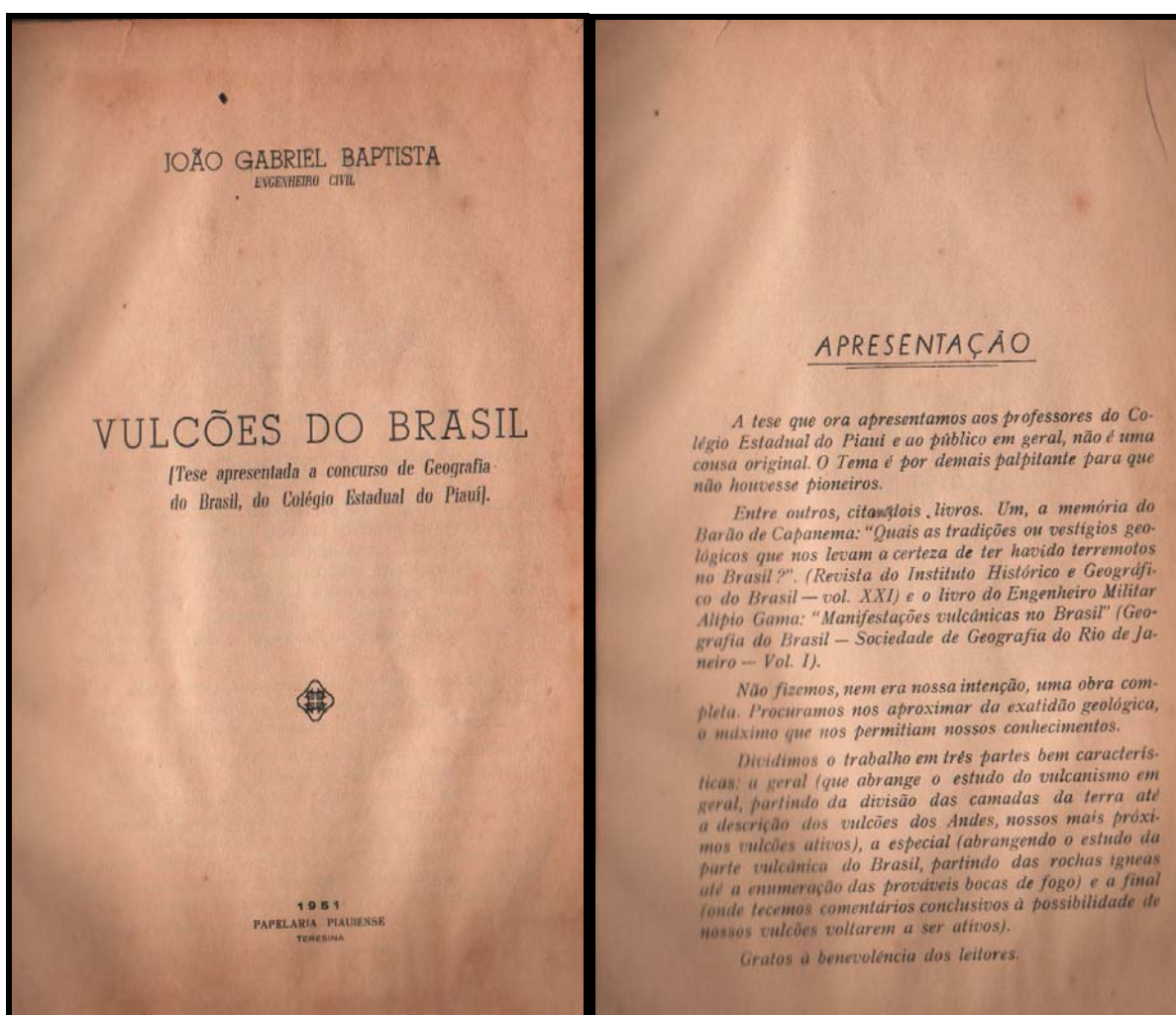


Figura 43 - Tese apresentada no concurso de professor do Liceu Piauiense.
Fonte: Arquivo pessoal de João Gabriel Baptista.

Conforme os relatos apresentados sobre o ingresso do professor do Liceu Piauiense, podemos afirmar que este acontecia de forma bastante rigorosa, que dava medo aos candidatos para o cargo de professor, especialmente, pela exigência de uma tese que deveria ser apresentada.

A seguir apresentamos alguns trechos de entrevistas que vêm esclarecer as informações sobre a forma de ingresso dos alunos no Liceu Piauiense:

Naquele tempo as crianças que terminavam o primário, o grande sonho era ir para o Liceu, era a escola de maior referência do Estado do Piauí. Você inclusive, para ingressar no ginásio lá, tinha que se submeter a um famoso Exame de Admissão. Você passar no exame de admissão no Liceu, as comemorações na família corresponde a você hoje ser aprovado num vestibular. Quer dizer, a família festejava. Eu terminei o primário e busquei o Liceu exatamente por ser um colégio de maior referência no Estado, de melhor referência do ponto de vista de qualidade de ensino. (FREITAS NETO¹⁰, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Ingressei no Liceu para cursar o científico, vindo de Goiânia, onde concluíra o ginásio. Depois me matriculei no curso clássico. Afora a Escola Normal Antonino Freire e a Escola Industrial do Piauí, o Liceu era então o único estabelecimento gratuito de nível secundário existente em Teresina. Só consegui matrícula à noite, que era reservado às pessoas pobres, pois no diurno estudavam os filhos da elite econômica, social e política. E mesmo assim só foi possível consegui-la mediante recomendação política. (BARROS¹¹, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Para ingressar no Liceu tinha-se que fazer o Exame de Admissão. Este era um teste imprescindível para a capacitação da matrícula do aluno no colégio. O aluno tinha a necessidade de atingir uma média aprovativa obrigatória, para enfim dar início aos seus estudos. (MELO¹², DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Conforme os relatos apresentados pelos sujeitos supracitados desta pesquisa, podemos verificar que o ingresso do aluno acontecia de forma diferente, ou seja, para o curso ginásial era imprescindível um exame de admissão em que não era fácil ser aprovado, enquanto, para ingressar no curso científico isso era dispensável, sendo necessário indicação política.

Vasconcelos, ex-aluno do Liceu Piauiense, estudou em um dos anexos desta instituição, o Anexo Paulo Ferraz, por não ter conseguido vaga na sede própria, expôs suas lembranças de como se tornou um liceísta:

Fiz o curso científico no Liceu. Ingressei no ano de 1967, não foi fácil conseguir uma vaga. Eu pretendia continuar com meus estudos e não podia pagar uma escola particular, então o Liceu era o melhor lugar. Fiz o primeiro ano no anexo Paulo Ferraz porque não foi

¹⁰ FREITAS NETO, Antônio de Almendra. Ingressou como aluno do Liceu no curso ginásial em 1959.

¹¹ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. Ingressou como aluno do Liceu no curso científico em 1958.

¹² MELO, Antônia de Almeida. Ingressou como aluna do Liceu no curso ginásial em 1940.

possível ficar ali na praça do Liceu. No segundo ano deu certo, então o segundo e terceiro ano já cursei em seu prédio próprio. (VASCONCELOS¹³, DEPOIMENTO ORAL..., 2007)

Os trechos de entrevistas fornecidas por ex-funcionárias, nos dizem que:

Me arranjaram este emprego lá no Liceu, pra eu ajudar na disciplina dos alunos. (FONSÊCA¹⁴, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Fui colocada no Liceu por uma amiga da minha mãe, aprendi logo tudo, né, até folha de pagamento eu fazia. Trabalhei com serviços burocráticos: estive na coordenação, na secretaria e, por último, no arquivo. (FALCÃO¹⁵, DEPOIMENTO ORAL..., 2007)

Podemos constatar nos depoimentos de Fonsêca e Falcão que para ingressar no Liceu Piauiense como funcionário(a) não era necessário a prestação de concurso, bastava ter alguém de prestígio para colocá-lo(a).

Em seguida, apresentamos alguns aspectos sobre o currículo do Liceu Piauiense.

4.3.2 Currículo

O currículo é um dos aspectos de considerável importância para o estudo de uma instituição escolar, segundo Coll (1997, p. 45), é ele “que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução”.

O currículo é algo imprescindível no estudo de uma instituição escolar, pois mediante a sua análise, podemos observar o tipo de cidadã(o) que a escola pretende formar. No entendimento de Moreira e Silva (1995, p. 7-8):

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal — ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

¹³ VASCONCELOS, José Viana de. Ingressou como aluno do Liceu no curso científico em 1967.

¹⁴ FONSÊCA, Martina Monte da. Ingressou como inspetora do Liceu em 1962.

¹⁵ FALCÃO, Maria Carmem L. Ingressou como funcionária (serviços burocráticos) do Liceu em 1964.

Verificamos que o conceito de currículo é abrangente e está de forma explícita ou implícita comprometido com cada época histórica.

Como já vimos no capítulo anterior, o Liceu Piauiense foi criado em Oeiras, em 1845 apresentando um currículo constituído inicialmente por 7 cadeiras: Latim, Francês, Inglês, Geometria e Aritmética, Geografia e História, Retórica e Política e Filosofia Racional e Moral, que, por várias razões já apontadas, não foi possível colocá-las de imediato em funcionamento, seu provimento foi sendo feito aos poucos. Em 1850, ainda em Oeiras, com a Resolução nº 287 foi criada a cadeira de Língua Nacional.

Transferido para Teresina, em 1852, o Liceu Piauiense voltou a funcionar de forma precária, chegando mesmo a ser extinto, em 1861, por mais de um quinquênio. A Resolução nº 599/1867 restaurou o Liceu e fixou a duração do curso em três anos, distribuindo as disciplinas específicas para cada ano como podemos constatar no quadro abaixo:

1º ano	2º ano	3º ano
Língua Nacional Latim Francês	Latim Matemática Elementar Aritmética Geometria Álgebra Sistema métrico	Latim Geografia História

Quadro 8 - Matriz curricular do Liceu Piauiense em 1867

Fonte: COSTA FILHO, Alcebiades (2006, p. 118).

As reformas no currículo do Liceu Piauiense eram constantes. Logo em 1869, foi acrescentada a cadeira de Filosofia, ficando assim distribuído:

1º ano	2º ano	3º ano
Língua Nacional Latim Francês	Latim Matemáticas Elementares Aritmética Geometria Elementar Álgebra até equação do primeiro grau Sistema métrico	Latim Geografia História Filosofia

Quadro 9 - Matriz curricular do Liceu Piauiense em 1869

Fonte: PIAUHY. **Código das leis piauienses** (1869).

Uma das reformas bastante significativas no ensino secundário foi a que ocorreu em 1896, segundo Brito (1996, p. 30):

Em 1896 o regulamento baixado pelo Decreto nº 63, de 14 de dezembro daquele ano, introduz profundas mudanças na estrutura do ensino secundário. O curso passaria a ser ministrado em sete anos compreendendo as seguintes disciplinas: Português / Latim / Grego / Francês / Inglês / Alemão / Matemática / Astronomia / Física / Química / História Natural / Biologia / Sociologia e Moral e Noções de Economia e Direito Pátrio / Geografia / História Natural / Literatura Nacional / Desenho / Música / Ginástica, Evoluções Militares e Esgrima. Todas essas disciplinas obrigatórias. Os programas seriam os mesmos adotados pelo Ginásio Nacional, mais tarde denominado Colégio Pedro II.

Podemos observar que as matrizes curriculares do Liceu enfatizavam o estudo de línguas e que não eram condizentes com a realidade piauiense da época. Assim, era freqüentado por uma minoria que pretendia ocupar algum cargo público ou continuar com seus estudos fora de Teresina. Segundo Costa Filho (2006, p. 117-118):

O desinteresse em relação ao nível secundário pode ser entendido a partir da análise da grade curricular, levando em consideração os conteúdos das matérias ministradas e as necessidades e expectativas dos habitantes, reflexo da estrutura sócio-econômica da região.

O pesquisador Menezes (1982, p. 26), estudando uma instituição escolar semelhante em outro Estado – o Liceu Paraibano, informa que:

O latim prevalecia sobre a língua vernácula, como fonte de estudos eruditos, possíveis somente aos convidados para a carreira eclesiástica; para os outros, era instrumentação litúrgica. A Retórica e Filosofia Moral introduzidas pelos Jesuítas, exigiam das inteligências uma mobilização adulta. [...] O Ensino Secundário nascia com essa dupla de aulas, ao lado das línguas, consolidando-se com História, Geografia, Desenho e Geometria.

A reforma do ensino secundário de 1910 (Lei nº 548) estabelecia:

Art. 274. O Estado do Piauí mantém a instrução secundária e fundamental no Lyceu Piauíense, o qual tem por fim proporcionar a cultura intellectual necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharel em sciencias e letras.
Art. 275. O Lyceu Piauíense será regido pelo Código dos institutos officiaes de ensino superior e secundário e por este regulamento.

Art. 276. Para o ensino das diversas disciplinas de que se compõe o curso do Lyceu Piauiense, são mantidas as seguintes cadeiras: Portuguez; Francez e Allemão; Inglez; Latime Grego; Arithmetica e Álgebra; Geometria e Trigonometria; Geographia Geral e do Brasil; História Universal e do Brasil; Literatura: Physica e Chimica; História Natural; Elementos de mecânica e astronomia; Lógica; Desenho: Escripuração mercantil, contabilidade commercial e prática do commercio.

As referidas disciplinas foram distribuídas em seis anos de estudo da seguinte forma:

1º anno	2º anno	3º anno	4º anno	5º anno	6º anno
Arithmetica	Álgebra	Álgebra	Álgebra	Mecânica e	Mathematic
Geographia	Arithmetica	Geometria	Geometria	Astronomia	a
Portuguez	Geographia	Geographia	Trigonometria	Inglez	Geographia
Francez	Portuguez	Portuguez	Portuguez	Allemão	Francez
Desenho	Francez	Francez	Francez	Latim	Inglez
	Inglez	Inglez	Inglez	Grego	Allemão
	Desenho	Latim	Allemão	História	Latim
		Desenho	Latim	Physica e	Grego
			Grego	Chimica	História do
			Historia	História	Brasil
			Desenho	Natural	Physica e
				Literatura	Chimica
					História
					Natural
					Literatura
					Lógica

Quadro 10 - Matriz curricular do Liceu Piauiense em 1910.

Fonte: PIAHUY. **Leis e decretos do Estado do Piauí do anno de 1910** (1910).

Com a Revolução de 1930 o Liceu Piauiense sofreu alterações em seu currículo passando a ser organizado em dois ciclos: fundamental e complementar. A reforma Capanema também trouxe modificações na matriz curricular do Liceu Piauiense passando a ser organizado em dois ciclos: ginásial com quatro séries anuais e colegial com três anos, subdividido em curso clássico e curso científico. Apresentamos a seguir alguns trechos de entrevistas:

Lá tinha o ginásio, o clássico e o científico. Entrei no clássico, por achá-lo mais de acordo com minhas inclinações pessoais. [...]. No clássico havia predominância das disciplinas humanísticas. No científico havia disciplinas humanísticas também, mas a predominância era de línguas. (NUNES¹⁶, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

O Liceu oferecia os cursos ginásial, científico e clássico. Era então considerado, ao lado da Escola Normal, o colégio padrão do Estado. Tinha ótimos professores admitidos mediante concursos públicos. (BARROS¹⁷, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Ginásio, científico, que era só o 2º grau que dividia o científico. Era mais que fosse fazer a área de engenharia, economia e tal. E tinha o clássico, basicamente para quem fosse fazer direito e outras profissões na área de ciências humanas. (FREITAS NETO¹⁸, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Observamos que o Liceu sofreu alterações no seu currículo desde o momento de sua criação. No início, as disciplinas eram direcionadas para formar o homem culto, baseando-se num currículo humanista clássico e propedêutico, fora da realidade piauiense. Assim, podemos afirmar que esta instituição escolar como todas neste período apresentava conteúdo de ensino dissociado da realidade, pois boa parte da população não via nela uma utilidade para a sua vida, por isso, era freqüentada por poucos, principalmente por aqueles que pretendiam estudar fora ou exercer algum cargo público.

Apresentamos a seguir o histórico escolar do ex-aluno José Viana de Vasconcelos referente ao curso científico dos anos de 1967, 1968 e 1969, onde é possível observar as disciplinas constantes no currículo no período mencionado.

¹⁶ NUNES, Manoel Paulo. Foi aluno do Liceu no curso clássico no período de 1943 a 1945.

¹⁷ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. Foi aluno do Liceu no curso científico no período de 1958 a 1961.

¹⁸ FREITAS NETO, Antônio de A. Foi aluno do Liceu no curso ginásial no período de 1959 a 1962.

COLÉGIO ESTADUAL «ZACARIAS DE GÓIS»

TERESINA—PIAUI

2.º CICLO

Ceresina CIDADE *Piauí* ESTADO

	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Física	Química	Biologia	História	Geografia	Estudos Sociais	Filosofia	Ensino	Nota Global
1.ª SÉRIE	5,35	-	-	5,97	4,155	1,06	1,14	1,47	1,00	-	-	-	-	6,10
<i>Anexo "Paulo Ferraz" 1967</i>														
Nome do Estabelecimento _____ Ano _____ Nome do Inspetor _____														
2.ª SÉRIE	5,60	-	-	4,52	4,106	2,31	1,31	1,93	-	-	-	-	-	4,90
<i>Colégio Est. Zacarias de Góis 1968</i>														
Nome do Estabelecimento _____ Ano _____ Nome do Inspetor _____														
3.ª SÉRIE	8,02	-	-	-	5,40	1,28	1,11	-	-	9,42	-	-	-	7,13
<i>Colégio Est. Zacarias de Góis 1969</i>														
Nome do Estabelecimento _____ Ano _____ Nome do Inspetor _____														
<i>Maia das Graças Ladeira</i> SECRETÁRIO <i>Raymond</i> DIRETOR														

Figura 44 - Histórico escolar do curso científico do Liceu Piauiense.
Fonte: Arquivo pessoal de José Viana de Vasconcelos.

Observamos que o ensino secundário sempre esteve voltado para o ingresso no ensino superior. As lembranças acerca dos níveis de ensino e dos currículos nos proporcionam uma visão de como funcionava o Liceu Piauiense, quais eram as ambições de quem escolhia estudar lá, ao optar ou pelo científico com vista a uma carreira ligada às disciplinas mais técnicas, ou aspirava a outra ligada às ciências humanas.

Tomando por base o conceito de currículo mencionado no início deste subitem, podemos considerar as atividades extraclasse como componente curricular, pois eram atividades que faziam parte da formação escolar dos liceístas. O dia 4 de outubro, aniversário do Liceu Piauiense, era uma data inesquecível, festejada com muita alegria, como narra Olímpio (1993, p. 53-54):

A tradicional festa do 4 de outubro era comemorada pela família liceísta. O baile de gala nos salões do Clube dos Diários, depois no Jockey Clube, movimentava toda a cidade. Os professores organizavam grupos de estudantes para fazerem trabalhos nas áreas de física, química e biologia, que ficavam expostos nas salas de aula aos olhares curiosos dos visitantes. Esses trabalhos eram

premiados e selecionados os melhores para representar o colégio nas jornadas estudantis promovidas pela Secretaria de Educação. Havia, ainda, animadíssimas competições esportivas, palestras, conferências, gincanas e concursos literários, com a participação de alunos e ex-alunos.

As atividades extraclasse foram lembradas pelos(as) liceístas entrevistados(as) como de fundamental importância para eles(as) e para a instituição. Nelas estão incluídas os grêmios estudantis, os esportes, as festividades cívicas, entre outras. Vejamos o que revelam as falas dos depoentes a seguir:

Ah! Isso era bom. Havia grêmio, obrigatoriamente, com sessões. E esporte também. Eu nunca gostei de esporte. Eu participava de outras atividades extraclasse. Inclusive demos vitalidade ao grêmio, instituímos as sessões cívicas, criamos a revista Geração, de que cheguei a ser diretor. Havia uma elite muito bem preocupada, não tanto com os problemas de ensino, mas com os problemas do mundo. (NUNES¹⁹, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

O desfile de 7 de setembro era o maior do Piauí. Você nunca assistiu não? Naquele meu tempo, era uma beleza. O ensaio era com mais de 2.200 alunos. Todo mundo ia. Fazia questão de ir, tudo na pinta, sapato engraxado. Ficava todo mundo organizado para passar na frente do governador. No palanque só tinha as autoridades. Fechavam continência pra mim. As moças iam no pelotão da frente e mais atrás os rapazes. Tudo certo, direitinho, comportado. Sempre tirava em primeiro lugar, disparado. Como tirava também, o primeiro lugar nos esportes. O 4 de outubro, aniversário do Liceu, sempre foi festejado. Tinha tudo quanto era modalidade de esportes. (OLIVEIRA²⁰, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

No dia 4 de outubro, aniversário do Liceu, vinham caravanas para competição dos jogos estudantis. Eu jogava voleibol, fazia salto em altura, corria, salto de vara, tudo eu fazia, tinha festa, tinha tudo. (GONÇALVES²¹, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Existiam muitas atividades extraclasse. Eu participava mais da parte de esportes, naquele tempo tinha poucos campos esportivos, ou seja, no ponto de vista de quadra de esportes. Se contava. O Liceu ocupa um quarteirão todo, a parte de trás era dedicada ao esporte, educação física. Não é? Tinha as competições de jogos no dia 4 de outubro, dia do aniversário do Liceu, então tinha jogos que envolvia outros colégios. Era muito bom. (FREITAS NETO²², DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

¹⁹ NUNES, Manoel Paulo. Foi aluno do Liceu no período de 1943 a 1945.

²⁰ OLIVEIRA, Lysandro Tito de. Foi diretor do Liceu no período de 1963 a 1970.

²¹ GONÇALVES, Teresinha de Jesus H. Ribeiro. Foi aluna do Liceu no período de 1942 a 1943.

²² FREITAS NETO, Antônio de Almendra. Foi aluno do Liceu no período de 1959 a 1962.

Conforme vimos, existiam muitas atividades extraclasse no Liceu Piauiense, consideradas pelos(as) depoentes como um momento de descontração e de conhecimento na vida escolar dos(as) liceístas, sendo realizadas com muito entusiasmo e compromisso por parte de todos(as) que faziam esta instituição escolar. Observamos a importância dessas atividades na vida da cidade e do Estado, envolvendo a participação direta de estudantes de outras instituições escolares.

Abordamos a seguir, alguns aspectos sobre os professores do Liceu Piauiense.

4.3.3 Professores

Todos os funcionários de uma instituição escolar são importantes sendo que o professor é o que está mais diretamente ligado ao aluno. Vejamos a seguir alguns trechos de entrevistas que narram sobre o docente do Liceu Piauiense:

Os professores eram os melhores. Não eram pessoas preparadas especificamente para o magistério, mas constituíam a elite intelectual do Estado. Eram médicos, advogados, juizes, eram as mais qualificadas do nosso meio. E percebiam uma boa remuneração como professores. (NUNES²³, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Os professores usavam paletó. Um calor horroroso. Mas eles chegavam de paletó. Naquele tempo os carros não tinham ar condicionado. Não sei como é que eles agüentavam, aquilo. [...] era como um cerimonial. Era uma coisa muito respeitosa. A gente tinha uma relação de admiração. [...] Eram professores catedráticos, como por exemplo, professor Lysandro e Edgar. Aquela formalidade, que era ritualista. (OLIVEIRA FILHO²⁴, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Lembro de alguns professores, por exemplo, o professor Alcides Lebre, foi meu professor de Educação Cívica; o professor Lysandro Tito, foi meu professor de Geografia; professor Camilo Filho, foi meu professor de História; professor Edgar Tito, professor de matemática, irmão do professor Lysandro, esse todo mundo tinha medo dele, porque era muito duro, reprovava muito. Tinha a Temes Rezende, professor de Desenho; D. Clotildes professora de trabalhos manuais; professor Valdemar Sandes, que inclusive quando eu estudei lá, os quatro anos que eu estudei, ele foi diretor lá. Logo que eu cheguei, ainda era o professor Arimatéia Tito, se não me engano, e ele mudou, porque mudou o governo. Mudou o diretor do Liceu, que era uma figura altamente destacada na sociedade daqui. (FREITAS NETO²⁵, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

²³ NUNES, Manoel Paulo. Foi aluno do Liceu no curso clássico no período de 1943 a 1945.

²⁴ OLIVEIRA FILHO, Sílvio Mendes de. Foi aluno do Liceu no curso científico no ano de 1966.

²⁵ FREITAS NETO, Antônio de A. Foi aluno do Liceu no curso ginasial no período de 1959 a 1962.

Nos depoimentos mencionados, dentre outros aspectos, ficou claro a importância do professor do Liceu Piauiense. Eram pessoas vindas da elite, vistos como profissionais respeitados e tratados como celebridades. Até a própria remuneração, segundo a fala de Paulo Nunes, era um atrativo, além do prestígio que tinham no meio social, muito diferente da realidade de hoje.

4.3.4 Avaliação

A avaliação realizada no Liceu Piauiense ocorria de forma rígida, voltada para a medição da aprendizagem dos alunos, direcionada especialmente para a memorização dos assuntos ministrados. Isto pode ser verificado nos parágrafos subsequentes, tendo por base a Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910.

A verificação da aprendizagem era feita por meio de três tipos de exames: de admissão, de promoção e de madureza. O primeiro constava de provas escritas e orais, exigido aos alunos que não possuíam diploma de aprovação no curso primário e era realizado no final da última quinzena do mês de março.

As provas para promoção ocorriam após encerramento do ano letivo sendo aplicados exclusivamente aos alunos do Liceu. Constavam de provas escritas e orais para os alunos do 1º ano ao 6º ano, além das provas de desenho para o 1º, 2º, 3º e 4º ano. As provas escritas tinham a duração de duas horas e eram feitos à portas fechadas, após o sorteio do ponto²⁶. Àqueles alunos que não obtinham notas satisfatórias lhes era dado uma nova oportunidade – o exame de segunda época. Já as provas orais eram realizadas por turmas de 8 alunos nas cadeiras de línguas com duração de vinte minutos e de 6 alunos nas cadeiras de ciências, no limite de trinta minutos, permitindo a maior publicidade possível.

Os exames de madureza eram realizados no final do curso através de provas escritas, orais e grafia de desenho abordando os seguintes conteúdos: línguas vivas, línguas mortas, Matemática e Astronomia, Física, Química e História Natural, Geografia, História e Lógica. Os alunos que comprovassem ter frequentado escolas particulares de ensino secundário eram admitidos aos exames de madureza na segunda época.

Além destes exames, o aluno era avaliado mensalmente pelo professor de cada cadeira que lançava as notas na caderneta. Destas notas eram calculadas

²⁶ Ponto – assunto escolhido para realização da prova

a média mensal que, por conseguinte serviam para tirar a média anual equiparando os resultados aos seguintes conceitos: 10 = ótima, 7 a 9 = boa, 4 a 6 = sofrível, 1 a 3 = má, e zero (0) para os alunos que não apresentassem as tarefas exigidas ou faltassem às sabatinas. Aquele que obtivesse nota inferior a quatro não seria admitido nos exames de primeira época. Vejamos abaixo alguns artigos da Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910:

Art. 318. No fim do anno lectivo será tirada a media das notas mensaes, constituindo essa média o grao de aproveitamento do alumno, a qual será tomada em consideração no exame de promoção.

Art. 319. As medias serão de duas naturezas: mensaes e annuaes.

Art. 320. As medias mensaes serão contadas somando-se todas as notas e dividindo-se pelo numero de licções; as annuaes sommando-se todas as medias mensaes de abril á dezembro e dividindo-se pelo numero dellas.

Parágrafo único. O alumno que tiver media annual inferior a quatro não será admitido a exame na primeira época.

Os trechos de entrevistas a seguir esclarecem as informações sobre a avaliação realizada no Liceu Piauiense:

Provas. Aqui acolá, tinha um trabalho. Existiam mesmo eram provas todo mês. Às vezes fazia prova oral. Tinha a sistemática, com provas escritas e provas orais. Agora dependia muito do professor. (FREITAS NETO²⁷, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Minha sistemática de avaliação é aquela sistemática tradicional, que era a avaliação das notas. Era prova oral, prova escrita. Era um colégio que aprimorava os conhecimentos dos alunos, e que tinha grande empenho em qualificar os professores e ao mesmo tempo, interesse muito grande em escolher os cursos dos professores do colégio. (COELHO²⁸, DEPOIMENTO ORAL..., 2007)

Conforme os relatos apresentados pelo ex-aluno Freitas Neto e ex-professor Coelho, verificamos que a avaliação era realizada com rigidez, de forma oral e escrita, requerendo do aluno bastante conhecimento acerca do assunto abordado.

A seguir destacamos dois depoimentos de ex-alunos que trazem maiores informações a respeito das avaliações realizadas no Liceu Piauiense:

²⁷ FREITAS NETO, Antônio de A. Foi aluno do Liceu no curso ginásial no período de 1959 a 1962.

²⁸ COELHO, Celso Barros. Foi professor do Liceu no período de 1946 a 1947.

Lembro demais daquelas provas. Ainda hoje eu sonho com aquelas provas do professor Edgar. Era comum ele chegar lá e fazer a prova de três quesitos. Olha esse aqui todo mundo faz, o segundo só faz quem estudou e o terceiro é meu. Só se for muito bom. Era muito comum ele dizer isso. Claro. Agora, o que lembra; a lembrança é uma lembrança boa. Nós tínhamos uma convivência fraterna, de muita amizade. A gente ia todo mundo de bicicleta. Não lembro de nenhum aluno chegar lá de carro. A maioria; muita gente de pé. Eu não tinha bicicleta, eu ia de carona. Mas foi um tempo que me traz muita boa recordação. Eu lembro com muita frequência ainda dessa época. (OLIVEIRA FILHO²⁹, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Lembro sim das provas. Lembro principalmente das provas do professor Edgar Tito. Dava um medo. As provas dele continham três questões, onde ele costumava dizer: uma, o aluno dá pra responder; a outra, só eu respondo, e a terceira é para o diabo. Essa questão direcionada ao aluno, a gente quase não conseguia responder, já as outras, a gente abria os cadernos, olhava os livros, mas não tinha jeito, não conseguia fazer mesmo. (VASCONCELOS³⁰, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Mediante as falas de Oliveira Filho e Vasconcelos, observamos que as avaliações ocasionavam ansiedade aos alunos, especialmente, em relação à disciplina de Matemática, ministrada pelo Professor Edgar Tito, pois suas provas eram consideradas de difícil resolução, o que provocava medo aos estudantes. Podemos perceber ainda que este professor ficou marcado na memória desses alunos pela sua rigidez nas avaliações.

4.3.5 Controle de disciplina

A disciplina no Liceu Piauiense era bastante exigida, indo desde o fardamento do aluno até a sua postura em sala de aula. Olímpio (1993, p. 61) ao falar da disciplina desta instituição escolar, comenta que:

Outrora a observância das normas disciplinares no estabelecimento era ditada pelo medo das suspensões ou transferências ex-offício. O ambiente era de quartel. Quem entrava para a primeira aula só podia sair depois da última. Não havia outra opção. E o resultado do enclausuramento forçado eram os freqüentes atritos entre estudantes e porteiros, que terminavam quase sempre em suspensões ou advertências na diretoria.

²⁹ OLIVEIRA FILHO, Sílvio Mendes. Foi aluno do Liceu no curso científico no ano de 1966.

³⁰ VASCONCELOS, José V. de. Foi aluno do Liceu no curso científico no período de 1967 a 1969.

O regulamento sobre a disciplina era claro nos códigos de leis que regulamentavam a questão do ensino público. No tocante ao Liceu Piauiense, a questão da disciplina era clara. Os alunos deveriam ir às aulas sempre limpos e decentemente vestidos. Deveria ser obedecida a obrigação do uso do fardamento. A lei nº 548 de 30/03/1910 no capítulo quatro é límpida sobre a postura disciplinar dos alunos do Liceu.

De acordo com esta lei os alunos deveriam manter-se sempre atentos às explicações dos professores e tratar com delicadeza e urbanidade a todos os funcionários. Outro ponto era a questão do silêncio, este deveria ser observado não só nos corredores, como também no horário do recreio, das aulas e nas proximidades da instituição.

Os depoimentos a seguir apresentam lembranças sobre o controle de disciplina no Liceu Piauiense:

Os alunos me achavam muito distante. Pra manter uma certa disciplina, acho que a distância me favorecia. Mas aquilo era mesmo da nossa formação. A nossa formação pedagógica foi toda ela de origem européia, através de Portugal, portanto, é um problema cultural. Então os professores eram distantes dos alunos, usavam gravatas, o que não ocorre hoje em dia. Outro dia um desembargador que foi meu aluno, disse que eu era um sujeito muito distante dos alunos, que usava sempre um terno branco e a impecável gravata. Quase todos os professores andavam bem trajados e isso era uma atitude generalizada. O professor tinha uma atitude muito formal em relação aos alunos. Havia alguns que fora das aulas eles se relacionavam bem com os alunos, o que não ocorria comigo, o que hoje lamento. (NUNES³¹, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Quando tinha um aluno indisciplinado, fazendo baderna, quebrando as portas; eu suspendia, 8 dias, 10 dias. O Liceu viveu grande coronelização. Viu? Modéstia parte. (OLIVEIRA³², DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Os castigos com os alunos neste tempo já estava amenizando. A punição era a suspensão. Botar para fora da classe, nada físico não. (FREITAS NETO³³, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

A disciplina era controlada. Tinha bedéis terríveis. O professor Lysandro era como a mãe da gente, não precisava nem falar, bastava olhar que os alunos se calavam. Lembro daquela marcha dele, com as mãos pra trás, andando de paletó. [...] O castigo mais era de fazer tarefa e perder o recreio. (OLIVEIRA FILHO³⁴, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

³¹ NUNES, Manoel Paulo. Foi professor do Liceu no período de 1947 a 1970.

³² OLIVEIRA, Lysandro Tito de. Foi diretor do Liceu no período de 1963 a 1970.

³³ FREITAS NETO, Antônio de A. Foi aluno do Liceu no curso ginásial no período de 1959 a 1962.

³⁴ OLIVEIRA FILHO, Sílvio Mendes de. Foi aluno do Liceu no curso científico no ano de 1966.

A gente ficava olhando para os alunos, se eles se comportavam direitinho. O negócio era ver o comportamento. Tudo isso a gente olhava. Um dia eu cheguei lá na sala tinha um com a camisa aberta. Eu disse vixe maria, tá pensando que tá na sua casa? Ele disse: não. Lá em casa eu fico de cueca. Aí eu comuniquei ao diretor e ele foi suspenso. [...]. Eles eram gente boa, todos eram meus amigos. (FONSÊCA³⁵, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Mediante as falas aqui apresentadas percebemos que existia uma severa disciplina no Liceu Piauiense, um certo distanciamento do professor em relação ao aluno e aplicação de rigorosas penalidades.

Podemos observar na foto a seguir a posição de Dona Martina no centro (de vestido branco), mostrando o poder centralizador da inspetora. Verificamos ainda que as alunas do Liceu Piauiense tinham afeto por esta funcionária, o que vem confirmar a fala desta depoente, quando diz na citação anterior que “todos eram meus amigos”.



Figura 45 - Martina Monte da Fonsêca com alunas do Liceu Piauiense – 12/10/1968.
Fonte: Arquivo pessoal de Martina Monte da Fonsêca

³⁵ FONSÊCA, Martina Monte da. Foi inspetora do Liceu no período de 1962 a 1986.

4.3.6 Importância social

O Liceu Piauiense foi considerado uma instituição pública de destaque na educação do Piauí. Olímpio (1993, p. 41), ao falar da importância desta instituição escolar, comenta que:

Na qualidade de primeira instituição de ensino secundário oficial criado no Piauí, o Liceu Piauiense vem desde os seus primeiros tempos prestando relevantes serviços à mocidade estudiosa, a ponto de hoje, como ontem, se constituir no mais conceituado colégio público do Estado, responsável pela educação de várias gerações de piauienses.

Vejamos a seguir o que revelam os sujeitos deste estudo sobre a importância social do Liceu Piauiense:

O Liceu era, naquele tempo, a nossa Universidade. Tinha talvez, mais importância do que a Universidade hoje. Todas as pessoas influentes do meio passaram por lá. Até o Marechal Castelo Branco, que nasceu no Ceará, fez aqui no Liceu a primeira série ginásial. (NUNES³⁶, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

Eu sei que o Liceu realizou uma grande obra cultural, preparou centenas de rapazes e moças para a vida pública. Vamos atrás, que os alunos que eram preparados no Liceu, quando se dizia, vamos fazer o vestibular, geralmente passavam. Não existia cursinho para o sujeito malandrar durante o ano. Saía diretamente do Liceu, levava o certificado de conclusão do curso, se inscrevia no vestibular em qualquer parte do Brasil e passava. Claro que tinha as suas reprovações também. (OLIVEIRA³⁷, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

O Liceu teve muita importância na minha vida, pois, além de ter sido minha primeira escola de formação política, serviu de base para a carreira político-partidária que depois construí. (BARROS³⁸, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

O Liceu Piauiense me marcou profundamente. A escola me deu uma base, você realmente aprendia, era uma escola de boa qualidade. Criei muitas amizades ali. O Liceu marcou a vida de Teresina e do Estado do Piauí. Quantas pessoas tiveram uma época importante da sua vida pela formação pra que no futuro tivesse condições de exercer bem a sua profissão e atuar na vida pública do Estado. Enfim, é um marco na história de Teresina. Se você for atrás de algumas coisas que marcam a história de Teresina, o Liceu é uma delas. (FREITAS NETO³⁹, DEPOIMENTO ORAL..., 2006)

³⁶ NUNES, Manoel Paulo. Foi aluno do Liceu no período de 1943 a 1945.

³⁷ OLIVEIRA, Lysandro Tito de. Foi diretor do Liceu no período de 1963 a 1970.

³⁸ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. Foi aluno do Liceu no período de 1958 a 1961.

³⁹ FREITAS NETO, Antônio de A. Foi aluno do Liceu no período de 1959 a 1962.

A importância social do Liceu é destacada por todos os entrevistados, o que demonstra a sua relevância no quadro educacional do Estado do Piauí, contribuindo com a formação de jovens que posteriormente se destacaram nas mais diversas profissões.

Mediante os depoimentos expostos sobre cada categoria de análise aqui apresentada, podemos observar a riqueza da oralidade o que nos oportunizou desvendar aspectos do cotidiano do Liceu Piauiense, através da memória daqueles que vivenciaram a história desta instituição como aluno, professor ou funcionário.

Apresentamos a seguir as considerações finais deste estudo e esperamos abrir caminhos para novas investigações acerca desta escola bastante significativa, especialmente, na vida dos piauienses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecemos aqui algumas considerações sobre aspectos da história e da memória do Liceu Piauiense, sem a pretensão de encerrar as análises sobre esta primeira instituição pública de ensino secundário do Piauí, pois sabemos que não é possível apresentar um estudo em sua totalidade. No entanto, procuramos responder as questões que nortearam este estudo.

Este trabalho de pesquisa tem a História Cultural como referencial teórico-metodológico que nos oportunizou o uso de fontes não só bibliográficas, como documentais, orais (depoimentos) e iconográficas, trazendo assim, um enriquecimento para o nosso estudo.

O Liceu teve o seu início em 1845, na antiga capital do Estado – Oeiras. Transferiu-se em 1852 para a nova capital – Teresina, permanecendo em funcionamento até os dias atuais.

Esta instituição escolar, como a própria educação do Piauí, teve seus avanços e retrocessos passando por diversas dificuldades, dentre elas, a falta de recursos financeiros, de professores qualificados e de prédio próprio, chegando a ponto de ser fechado.

Embora enfrentando todos esses problemas, os partícipes do processo educacional do Liceu Piauiense na época em estudo, foram unânimes em afirmar que esta instituição foi uma escola respeitada e comprometida com a sociedade, considerada uma das melhores do Piauí.

Alguns aspectos do cotidiano da vida escolar do Liceu foram indicados nas entrevistas e ressaltados pelos depoentes ao longo da pesquisa, como: formas de ingresso, currículo, formas de avaliação e de controle de disciplina, atuação dos professores, relacionamento destes com os alunos, importância social e, principalmente, o grande orgulho de terem participado da história do Liceu.

Várias lembranças marcaram a memória dos agentes sociais do Liceu Piauiense afirmando que esta instituição foi uma escola de qualidade, sobretudo por sua excelência acadêmica, possuindo professores qualificados, dentre eles,

médicos, engenheiros e advogados, contando com uma disciplina rigorosa e geralmente possibilitando aos seus alunos ingresso garantido nas Universidades. Segundo eles, este sucesso estava atrelado ao fato de ser o Liceu, uma instituição organizada e de bons profissionais.

A disciplina desta instituição escolar, segundo nossos depoentes, passava pelo fardamento, comportamento e cumprimento dos estudos. Estudar no Liceu significava ser vitorioso, e para alguns era motivo de ascensão social, enfim, todos se sentiam orgulhosos em estudar ou trabalhar nesta instituição escolar.

O Liceu, nome que permanece na memória de todos, embora hoje denominado de Colégio Estadual “Zacarias de Góis”, continua prestando serviços educacionais à nossa sociedade e se impondo por ter um prédio que ainda se sobressai das demais instituições escolares de ensino público do Piauí.

A importância do Liceu para a educação piauiense é inegável, pois verificamos a sua relevância no panorama social do Estado, formando jovens que posteriormente em várias profissões e posições sociais contribuíram e contribuem para o desenvolvimento do Piauí.

O nosso empenho na construção deste trabalho foi bastante proveitoso, pois além de ter conseguido concretizar um objetivo que se apresentava no nosso universo cultural, nos oportunizou um maior conhecimento teórico-metodológico, podendo assim, melhorar o nosso desempenho na vida profissional.

Mediante o exposto, sugerimos a continuidade de outros estudos com novos olhares, pois esta instituição foi e permanece sendo uma escola de grande valia para a história da educação piauiense, e ainda tem muito a nos contar. Como autora deste trabalho, sentimos grande satisfação por acreditar ter contribuído para o acréscimo do conhecimento sobre o Liceu e para a historiografia da educação piauiense e brasileira.

REFERÊNCIAS

A – BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALESCANTRE, José Martins Pereira. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981.

ARANHA, Maria Lúcia de A. **A história da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura. In: **A cultura brasileira**. Parte 3. São Paulo: Melhoramentos/Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1976.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Estabelece as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

BRASIL. Senado Federal. **Períodos Legislativos do Império**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2285&li=12&lcab=1864-1866&lf=12>. Acesso em: 19 nov. 2006.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da educação no Piauí: enfoque normativo, estrutura organizacional, processo de sistematização**. Teresina: UFPI, 1996.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Sousa; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, p. 25-38.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO JR, Dagoberto. **Passeio a Oeiras**. 5. ed. Edição patrocinada pelo Programa de Preservação da Memória Bibliográfica, Documental e Hemerográfica Piauiense – PREMHEP – Decreto Estadual nº 9.989 de 1992 e Portaria SEAD nº 21.000 – 034/99, de 27/07/99. Teresina, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHAVES, Monsenhor. Apontamentos biográficos e outros. In: _____. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 413-639.

CHARTIER, Roger. **A história cultura: entre praticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CIAVATA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**. A fotografia como fonte histórica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COLÉGIO ESTADUAL DO PIAUÍ. Ata da sétima sessão da Comissão Julgadora do Concurso para Catedrático de Geografia Geral, em 2 de setembro de 1949. **Livro de Ata**. Teresina: [s.n], p. 3-5, 1949. Manuscrito.

COLL, César. **Psicologia e currículo**. São Paulo: Ática, 1997.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**, Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, A. Viñao; _____ (orgs.). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERRO, Maria do Amparo B. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

_____. **Literatura escolar e história da educação: cotidiano, ideário e práticas pedagógicas**. São Paulo, 2000. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo; 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; _____. (orgs.).

Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, p. 3-24.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto; TANURI, Leonor Maria. A educação básica no Brasil. In: **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004, p. 59-101.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas (SP): Autores Associados, n. 1, p. 09-43, 2001.

LE GOFF, Jacques (org). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LOPES, Eliane Maria Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LORENZ, Karl Michael. O Collegio de Pedro II e a modernização do currículo da escola secundária brasileira. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto (org.). **Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas**. Campinas – SP: Editora Alínea, 2004, p. 47-57.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1998.

_____. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; _____ (orgs.). **Para a história do ensino liceal em Portugal** – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 63-77.

_____. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 91-103.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MELO, Pe Cláudio. Duas capitais. In: SANTANA, R. N. Monteiro (org.). **Piauí: formação – desenvolvimento - perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, cap. 5, p. 113-131.

MENEZES, José Rafael de. **História do Lyceu Parahybano**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1982.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**: subsídios para a história de educação no Brasil 1834-1889. 1º V. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina – (1937-1945). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

NEMI, Ana Lúcia Lana e MARTINS, João Carlos. **Didática em história – o tempo vivido**: uma outra história? São Paulo: FTD, 1996;

NUNES, Maria Célis Portella; ABREU, Irlane G. de. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro (org.). **Piauí: formação – desenvolvimento - perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, cap. 4, p. 83-111.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. 2.ed. rev. e amp. – São Cristóvão Se. Editora da UFS, 1999.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova. 1972, v. 4.

_____. **Pesquisa para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova. 1975, v. 2.

OLÍMPIO, José. **Liceu piauiense**: síntese histórica. 3. ed. Teresina: [s.n], 1993.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 2002.

PIAHUY. **Código das leis piauienses**. Tomo 6. Parte 1ª. Lei Provincial nº 198, de 04 de outubro de 1845. Dá providência sobre a instrução pública. Oeiras do Piauí: Typographia Provincial, 1845.

PIAHUY. **Relatório do Presidente da Província do Piauí** – na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 11 de julho de 1846. Oeiras: Typographia Provincial, 1846.

PIAHUY. **Código das leis piauienses**. Tomo 11. Parte 1ª. Resolução nº 287, publicada a 10 de setembro de 1850. Estabelece várias disposições acerca da Instrução Pública. Oeiras, Typographia Saquarema, 1850.

PIAHUY. **Falla que o Presidente da Província do Piahy, Dr Jose Antonio Saraiva, dirigio a Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851.** Oeiras, Typographia Saquarema, 1851.

PIAHUY. **Código das leis piauienses.** Tomo 13. Parte 1^a, Secção 1^a, Resolução nº 315, publicada a 21 de julho de 1852. Eleva, desde já, a Vila Nova do Poty a categoria de cidade com a denominação de Theresina e transfere para ela a sede do governo da Província, com estabelecimentos e repartições públicas. Theresina: Typografia Constitucional de João da Silva Leite, 1852.

PIAHUY. **Falla com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente da Província do PIAUHY Dr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinário da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1854.** Maranhão: Typ. Do Observador de F. M. de Almeida, 1854. Arquivo Público do Piauí.

PIAHUY. **Relatório do Presidente da Província do PIAUHY, o Comendador Frederico D' Almeida e Albuquerque apresentado a respectiva Assembléia Legislativa Provincial na sessão ordinária de 1856.** S. Luiz: Typografia do Progresso, 1856. Arquivo Público do Piauí.

PIAHUY. **Relatório do Presidente da Província do PIAUHY, João José de Oliveira Junqueira, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 2 de julho de 1857.** Maranhão: Typografia do Progresso, 1857. Arquivo Público do Piauí.

PIAUHY. **Código das leis piauienses.** Tomo 27. Parte 1^a. Secção 1. Resolução nº 633, publicada em 04 de dezembro de 1869. Reformando a Instrução Pública da Província. Theresina, 1869.

PIAHUY. **Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva passou administração da Província do PIAUHY ao vice-Presidente Exmo. Snr. Dr. Firmino de Sousa Martins.** Teresina: Typ. da Imprensa. 1889. Arquivo Público do Piauí.

PIAHUY. **Leis e decretos do Estado do Piauí do anno de 1910.** Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910. Reforma a instrução pública do Estado. Therezina: Imprensa Oficial, 1910.

PILETTI, Nelson. **Ensino de 2º grau: educação geral ou profissionalização?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **História da educação no Brasil.** São Paulo: Ática, 1997.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República:** Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. São Paulo, 1992. 576 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo; 1992.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e memória da educação em Oeiras – Piauí**. Teresina, 2006. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina; 2006.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas (SP): Autores Associados, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação do Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

SALES, Luís Carlos. **O valor simbólico do prédio escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 39-62.

SOARES, Norma Patrícia Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores**. Teresina, 2004. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de. **A escola e a memória**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, J. E. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro (org.). **Piauí: formação – desenvolvimento - perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, cap. 6, p. 133-158..

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II. Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 78-90.

B – ENTREVISTAS

BAPTISTA, João Gabriel. **Depoimento oral**. Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 30 ago. 2006.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 16 ago. 2006.

COELHO, Celso Barros. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 20 jun. 2007.

FALCÃO, Maria Carmem Lima. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 10 jun. 2007.

FONSÊCA, Martina Monte da. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 06 set. 2006.

FREITAS NETO, Antônio de Almendra. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 30 ago. 2006.

GONÇALVES, Teresinha de Jesus Holanda Ribeiro. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 09 jun. 2006.

MELO, Antônia de Almeida. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 09 jun. 2006.

NUNES, Manoel Paulo. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, ago. 2006.

OLIVEIRA, Lysandro Tito de. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 17 ago. 2006.

OLIVEIRA FILHO, Sílvio Mendes de. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 24 ago. 2006.

VASCONCELOS, José Viana de. **Depoimento oral.** Entrevista concedida a Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos para realização de Dissertação de Mestrado. Teresina, 10 mar. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO

EU, _____,
RG _____, CPF _____, abaixo assinado
aceito participar da pesquisa “Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos
de sua história e memória”, fornecendo informações sobre a sua História,
contribuindo assim, com a reconstituição da trajetória histórica desta instituição
escolar, através da nossa memória e de nossa visão, pelo fato de termos sido
partícipes deste processo. Autorizamos a utilização destas informações nos
trabalhos a serem produzidos e apresentados em eventos científicos acadêmicos e
divulgados por meios orais, gráficos, impressos e/ou eletrônicos. Como se trata de
pesquisa de natureza histórica cujos dados dependem da credibilidade de quem os
relata, autorizo a indicação da autoria das informações que forneci e a minha
imagem.

Teresina, ____ de _____ de 2006

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA: ALUNO

Eu, Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos, estou realizando uma pesquisa sobre “Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória” e para reconstituir esta história preciso de sua valiosa contribuição como participe deste processo, respondendo algumas questões consideradas básicas para este estudo.

Nome completo: _____

Nível de escolaridade e profissão: _____

Ocupação atual: _____

Local e data de nascimento: _____

Nível de escolaridade e profissão do pai: _____

Nível de escolaridade e profissão da mãe: _____

Época e curso que estudou no Liceu Piauiense: _____

1. Fale sobre o seu ingresso no Liceu:

- Como se deu;
- Por que o Liceu.

2. Fale sobre as suas lembranças do Liceu Piauiense considerando o cotidiano escolar:

- Tipos de cursos;
- Currículo;
- Professores;

- Direção / Funcionários;
- Recursos didáticos mais utilizados;
- Metodologias / técnicas de ensino;
- Relacionamento professor / aluno / funcionário;
- Regras de comportamento / controle de disciplina;
- Sistemática de avaliação;
- Biblioteca;
- Atividades extracurriculares: Grêmio, Esporte, Desfile 7 de Setembro, etc;
- Intervalo das aulas;
- Outros.

3. Fale da importância do Liceu para:

- Sua vida pessoal;
- Teresina e o Piauí

4. Na sua opinião quais as razões do Liceu ter ocupado um lugar de destaque na educação piauiense?

5. Que outras lembranças gostaria de reforçar, acrescentar, relatar, além do que já foi dito sobre o Liceu Piauiense?

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA: PROFESSOR

Eu, Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos, estou realizando uma pesquisa sobre “Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória” e para reconstituir esta história preciso de sua valiosa contribuição como participe deste processo, respondendo algumas questões consideradas básicas para este estudo.

Nome completo: _____

Nível de escolaridade e profissão: _____

Ocupação atual: _____

Local e data de nascimento: _____

Época e cargo/função que ocupou no Liceu Piauiense: _____

1. Fale sobre o ingresso no Liceu:

- Do aluno;
- Do professor;
- Do funcionário;
- Do seu ingresso;

2. Fale sobre as suas lembranças do Liceu Piauiense considerando o cotidiano escolar:

- Tipos de cursos;
- Currículo;

- Disciplina(s) ministrada(s);
- Alunos;
- Direção / Funcionários;
- Recursos didáticos mais utilizados;
- Metodologias / técnicas de ensino;
- Relacionamento professor / aluno / funcionário;
- Regras de comportamento / controle de disciplina;
- Sistemática de avaliação;
- Biblioteca;
- Atividades extracurriculares: Grêmio, Esporte; Desfile de 7 de setembro;
- Intervalo das aulas;
- Salários;
- Maiores dificuldades relacionadas à prática docente;
- Outros.

3. Fale da importância do Liceu para:

- Sua vida pessoal;
- Teresina e o Piauí

4. Na sua opinião quais as razões do Liceu ter ocupado um lugar de destaque na educação piauiense?

5. Que outras lembranças gostaria de reforçar, acrescentar, relatar, além do que já foi dito sobre o Liceu Piauiense ?

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA: FUNCIONÁRIO

Eu, Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos, estou realizando uma pesquisa sobre “Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória” e para reconstituir esta história preciso de sua valiosa contribuição como participe deste processo, respondendo algumas questões consideradas básicas para este estudo.

Nome completo: _____

Nível de escolaridade e profissão: _____

Ocupação atual: _____

Local e data de nascimento: _____

Época e cargo/função que ocupou no Liceu Piauiense: _____

1. Fale sobre o ingresso no Liceu:

- Do aluno;
- Do professor;
- Do funcionário;
- Do seu ingresso;

2. Fale sobre as suas lembranças do Liceu Piauiense considerando o cotidiano escolar:

- Tipos de cursos;
- Currículo;

- Disciplina(s) ministrada(s);
- Alunos;
- Direção / Funcionários;
- Recursos didáticos mais utilizados;
- Metodologias / técnicas de ensino;
- Relacionamento professor / aluno / funcionário;
- Regras de comportamento / controle de disciplina;
- Sistemática de avaliação;
- Biblioteca;
- Atividades extracurriculares: Grêmio, Esporte; Desfile de 7 de setembro;
- Intervalo das aulas;
- Salários;
- Maiores dificuldades relacionadas à prática docente;
- Outros.

3. Fale da importância do Liceu para:

- Sua vida pessoal;
- Teresina e o Piauí

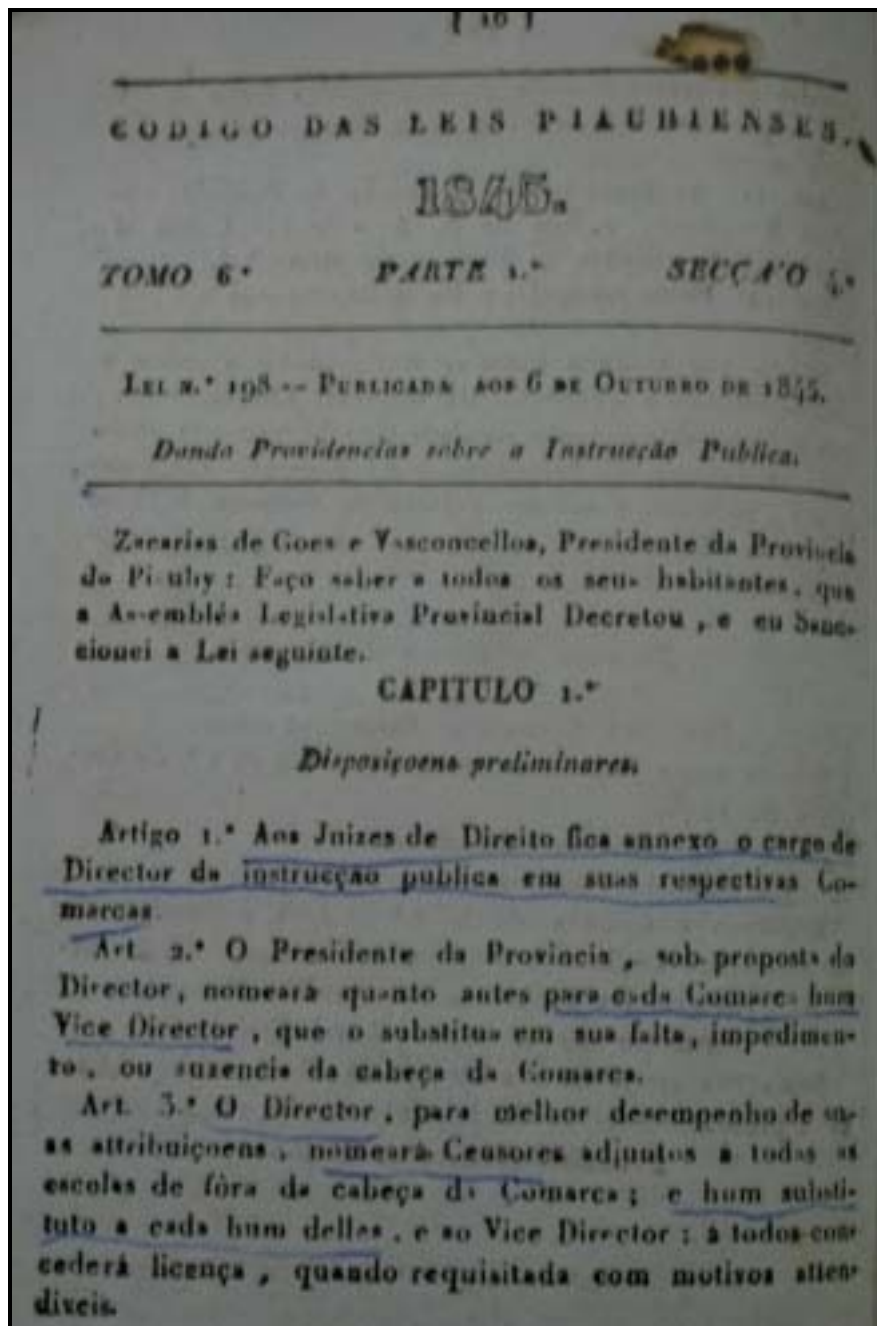
4. Na sua opinião quais as razões do Liceu ter ocupado um lugar de destaque na educação piauiense?

5. Que outras lembranças gostaria de reforçar, acrescentar, relatar, além do que já foi dito sobre o Liceu Piauiense ?

ANEXOS

ANEXO A

LEI 198 DE 6 DE OUTUBRO DE 1845



Art. 4.º Todas as vezes que o bem publico o exigir, serão o Vice-Director, Censores, e seus substitutos dimittidos pelo Presidente, e interinamente pelo Director.

Art. 5.º O Director enviará annualmente ao Presidente da Provincia hum relatório do estado da educação publica, abusos que nella se tem introduzido, e meios de melhoral-a; executará suas ordens, e instrucçoens de conformidade com esta Lei; e communicar lhe ha qu-lquer occorencia, que haja tido lugar neste ramo da publica administração.

Art. 6.º Os Censores executarão as ordens, e instrucçoens do Director conformes com a Lei, informando-o do modo porque as executão, das faltas, necessid-des, e occorencias das respectivas escolas.

Art. 7.º As Camaras Municipaes, e qualquer Cidadão tem a facultade de dirigir ao Presidente da Provincia suas representações contra o modo porque o Director, Censores, e seus substitutos cumprem seus deveres, e se por elles, ou qu-lquer outros meios o Presidente os conhecer culpados, mandara contra elles proceder na forma da Lei. As mesmas representações são admittidas perante o Director.

CAPITULO 2.º

Da criação, e supressão das Cadeiras

Art. 8.º Haverá huma Cadeira de instrucção primaria pelo ensino simultaneo para meninos em todas as Cidades, Villas, e Povoaçoens da Provincia, onde as possão habitualmente frequentar quinze alumnos; e para meninas haverá naquellas Cidades, e Villas, em que possão ser habitualmente frequentadas por dez alumnos.

Art. 9.º Os Professores, e Professoras de instrucção pri-

2 não há português [18] V. de Buenos. 45. pag 12

mas ordinário as matérias declaradas nos artigos 5.º e 12.º da Lei de 15 de Outubro de 1827.

Art. 10. Haverá também na Capital para instrução secundaria hum Liceo com as seguintes Cadeiras: 1.º Latim; 2.º Francês; 3.º Inglês; 4.º Geometria, e arithmetica; 5.º Geographia, e historia; 6.º Rhetorica, e poetica; 7.º Filosofia racional e moral. Estas cadeiras poderão ser accumuladas.

Art. 11. Os actuaes Professores vitelicios, e os Professores, continuarão no exercicio de suas Cadeiras, conservadas; os Professores interinos entrarão em novo Concurso para serem providos vitelicamente, se o merecerem.

Art. 12. Ficão supprimidas a segunda Cadeira de instrução primaria desta Capital, ainda vaga: as de latim de Paragua, Príncipe Imperial, Campo maior, e Parahibá; e todas as mais ora existentes contra o disposto no art. 8.º Seus Professores serão empregados em qualquer das Cadeiras vagas de instrução primaria com os ordenados a ellas correspondentes; ou dimittidos se não quizerem.

Art. 13. O Director procederá por si, e por intermedio dos Censores as mais minuciosas indagações relativamente a conveniencia da creação, ou suppressão de Cadeiras na respectiva Comarca; e dará conto do resultado ao Presidente cuja decisão fica dependente da approvação d'Assemblea Legislativa Provincial.

CAPITULO 3.º

Do provimento das Cadeiras.

Art. 14. As Cadeiras de instrução secundaria serão interinas, ou vitelicamente providas pelo Presidente, independente de Concurso; as de instrução primaria serão

postos em Concurso, publicado em toda a Provincia tres
mezes, pelo menos, antes do seu provimento.

Art. 15. O Presidente nomeará dois examinadores; os
quaes com o Director examinarão os Candidatos perante
elle em todas as materias da Cadeira.

Art. 16. Findo o exame retirar se-hão os examinados;
e os examinadores, e Director, sem combinação, darão
ao Presidente por escripto, e separadamente seus pareceres
sobre o merito, aptidão, e superioridade de cada
hum dos examinados.

Art. 17. O Presidente, tomando em consideração os
pareceres, e quesequer outros dados, que tenha adquirido
acerca da aptidão, e moralidade do individuo, o
indifferente, ou proverá interino, ou vitliciosamente, fazendo
declarar no termo, que do acto se fizer, os mes-
mos pareceres sem individualisação, salvo se o requererem.

Art. 18. O individuo approvado apresentará seu titulo
dentro de dous mezes ao Director da respectiva Comar-
ca, o qual, pondo-lhe o seu -- visto -- o fará entrar no
exercício da Cadeira. Findo este prazo principia a con-
tar-se o abandono da Cadeira nos termos do § 2.º do
art. 22. A mesma disposição he applicavel aos Professores
de instrução secundaria.

Art. 19. Se ao Presidente parecer conveniente ordena-
rá que o Concurso para a Cadeira de meninas se faça
na respectiva Comarca perante o Director.

Art. 20. No caso de provimento interino será a Cadei-
ra posta a Concurso todos os annos, ou antes, se as im-
pender o Presidente.

Art. 21. Si não apresentar se ao Concurso candidato
alhum apto para reger a Cadeira, o Presidente escolhe-
rá ou ordenará ao Director que escolha para occupal-a,
independentemente de exame qualquer individuo, que lhe
pareça mais idoneo: o qual vencerá o mesmo ordenado,

1.^o
 e gratificações, concedidos ao Professor, ou Professora,
 2.^o, ficando a Cadeira em concurso até que seja provida.

CAPITULO 4.^o

Da dimissão, licença, e substituição dos Professores.

Art. 23. Serão dimittidos os Professores, e Professoras:

1.^o Por serem suas Cadeiras, oito mezes de hum anno, interrompidos, ou seguidos, frequentados por numero de alumnos inferior ao exigido nesta Lei, salvo se tal falta proceder de occorencias extraordinarias.

2.^o Por abandono da Cadeira por mais de vinte dias successivos.

3.^o Por se não haerem habilitado nas escolas normaes, quando para o futuro se estabeleção, dentro do prazo marcado pelo Presidente sobre informação de seus Professores.

4.^o Por sentença crime, cujo cumprimento o impossibilite de reger a Cadeira por mais de anno.

5.^o Por qualquer outro motivo prevenido nas Leis.

Art. 24. As Litteras mencionadas nos § 2.^o, e 3.^o do art. antecedente não sujeitarão a demissão, nem a perda do ordenado, e gratificações se forão provenientes de moléstia prostrada, ou permittida por licença, ou motivada por causas irregistráveis não comprehendidas nos § 1.^o, e 3.^o.

Art. 24. O Director por justos motivos poderá conceder aos Professores, e Professoras licença de hum meiz: o Presidente ouvindo o poderá conceder até trez mezes: nenhum d'elles porém mais de humo por anno. A licença facultativamente obtida considerat se ha como se não existisse.

Art. 25. Os Professores, e Professoras impedidos com vencimentos serão substituidos a suas custas por pessoas

approvada pelo Director. Os que perderem os vencimentos, e os dmittidos terão substitutos nomeados pelo Director com todos os vencimentos do Professor, ou Professoras.

CAPITULO 5.

Das ferias, matriculas, salidas, e faltas dos alumnos.

Art. 26. Haverá ferias de 3 de Dezembro á 6 de Janeiro; e serão igualmente feriados as quintas feiras das semanas, em que não houver dia santo, ou feriado nacional.

Art. 27. Os Professores, e Professoras de instrucção primaria, e de lingos receberão alumnos á todo o tempo; os outros somente no principio do Curso; e poderão fazer mais de hum par anno com approvação do Presidente, que ouvirá o Director.

Art. 28. Todos terão á sua custa hum livro aberto, numerado, rubricado, e encerrado gratuitamente pelo Director, no qual assentarão o dia, mez, e anno da matricula de cada alumno, seu nome, idade, naturalidade, estado de instrucção, quando se matriculou, os nomes de seus paes, ou educadores, e lugar de suas residencias; notando a data, e causa da saída, e a instrucção adquirida.

Art. 29. Terão tambem duas folhas mensaes, em que escreverão seus nomes, localidades das Cadeiras, seu objecto, e os nomes de todos os alumnos: nellas marcarão á estes, ou á si, as faltas que commetterem no decurso do mez, manifestando seu juizo sobre as lições de cada alumno, seu progresso, e procedimento moral. Humas será enviada ao Director, e outra conservada na escola.

CAPITULO 6.º

Das exames dos alumnos.

Art. 50. Logo que o Professor, ou Professores tenha alumnos, que devão ser examinados, o communicará ao Director, o qual fixará o dia dos exames, nomeará dois individuos, que com o Professor, ou Professores examinem os alumnos; e á elles assistirá, ou l'he assistirá o Exame. Os exames serão feitos nas escolas com toda a publicidade.

Art. 51. O exame versará sobre todas as matérias de Codelta; e na de instrução secundaria designará a parte de o ponto de cada huma dellea.

Art. 52. Concluido o exame, cada hum dos examinadores terá no scrutinio hums das palavras: *approbado* -, *duplíciter* -, *reprobado*.

Art. 53. De cada hum se haverá termo com todas as das assignaturas em livro proprio, no qual assignarão os examinadores, e o Director, ou Exame, e delle dará o Professor, ou Professores gratuitamente ao examinado hum Certificado.

Art. 54. Qualquer individuo, que não tenha frequentado as escolas publicas, poderá ser examinado pela parte desta Lei prescripta, se o requerer.

CAPITULO 7.º

Do regimen, e visitas das aulas.

Art. 55. O Presidente enviára os Directores, e Professores com os seus compendios, e dadas as instrucções, que julgar convenientes ao regimen, e policia das aulas.

Art. 56. São as escolas de instrução primaria as 1.ª

multem castigos físicos moderados, nellea haverá seis dias
seis por dia, e nos outros hums somente.

Art. 37. O Director visitará as escolas da Comarca as
vezes que lhe for possível; e os Censores ao melhor das
vezes por mez da que estiverem a seu cargo.

Art. 38. Nestas visitas examinarão os assentos das ma-
triculas, recibos, e faltas, confrontando os hums com os
outros, e com os alumnos presentes, cujos progressos
examinarão assim como o regimen, e policia da aula, e
o modo porque o Professor, ou Professora cumpre seus
deveres, fazendo-lhe as advertencias convenientes.

Art. 39. Os Censores communicarão ao Director qua-
quer falta, que nestas visitas observarem, e lhe en-
viarão nos primeiros dias de cada mez hum mappa de
tudo os estudantes, que no mez anterior frequentarem a
aula com observações acerca de sua assiduidade, progressos
e talentos.

CAPITULO 8.º

Das escolas particulares, e das Pensões.

Art. 40. Qualquer individuo poderá, com licença do Di-
rector, abrir escola particular, a qual serão applicáveis
as disposições das arts. 28 a 39 da presente Lei.

Art. 41. O individuo que em qualquer Cidade, ou Vila
se quizer estabelecer casa, em que se recolha, e ensinar
algunha de fóra, solicitará licença do Director, a qual
só se concederá depois de certificado de moralidade, e
bom do sujeito, e conveniencia do seu plano. A falta da
licença mencionada no art. antecedente, e neste sujeito do
art. 137 do Código Penal. As disposições das arts. 28,
37, 38 e 39 desta Lei, são applicáveis as Pensões.

Art. 42. Tendo a Pensão mais de cinco pensionistas do
Cidade, ou Villa receberá seu administrador por

[24]

cada hum d'elles, em cada hum anno completo, a gratificação de 100\$ rs. sobre o numero de vinte practionistas; e por cada hum dos outros, que excederem tal numero, a gratificação de dez mil reis. As gratificações serão pagas pelas Caixas publicas, á vista de attestados do Director, que ellas se dará os administradores, que cumprir bem as suas deveres.

CAPITULO 9.º

Das obrigações de dar aos filhos a educação litteraria.

Art. 43. Todos os pais de familia são obrigados a dar aos seus filhos a instrução primaria estabelecida por lei. Esta obrigação começa aos 7 annos de idade, e estende-se até aos 10 nos meninos, e aos 14 nos meninas.

Art. 44. Os que não mandarem seus filhos as escolas publicas, ou d'ellas se tirarem antes de approvados em exame, são obrigados a pagar ao Estado hum, que estiver dentro da referida idade, multa de dez mil reis, que se á imposta pelo Director, e arrecadada pelo Provisor do Concelho respectivo, e cujas Caixas pertencerá.

Art. 45. Terão de multar:

- 1.º Os pais de qu'abrigão de estudar.
- 2.º Meninos que impossibilitarem as meninas de seguirem os estudos, e os pais de pagar elles os mandarem.
- 3.º Pais de frequencia, que não exceda tres annos em escolas particulares, e quanto a meninas, nos domesticas tambem.
- 4.º Ausencia de approvação nas materias que d'elles se exigem.

CAPITULO 10.

Das Ordenações, gratificações, e jubilações.

Art. 46. O Professor, e Professora de instrução prim

[15]

mais de Capital terão de ordenado 400\$ rs. : todos os mais 300\$ rs. Os Professores de francez, e inglez 500\$ rs. : todos os mais 600\$ rs.

Art. 47. Terão de gratificação por cada alumno da escola approvado em exame os Professores, e Professoras de instrucção primaria 10\$: todos os mais 20\$ rs.

Art. 48. Quando houver accumulção abater-se ha a quarta parte, tanto nos ordenados, como nas gratificações; e huns, e outras serão pagos, seja qual for o numero de alumnos, pelos Cofres Provinciales, assistidos de attestados dos Directores respectivos, que pratem exercicio.

Art. 49. As Cismaras Municipaes fornecerão aos Professores, e Professoras de instrucção primaria a quantidade que lhes requisitar o Director para papel, penna, e tinta para alumnos pobres.

Art. 50. A Assembleia Legislativa Provincial julgará os Professores, com o ordenado por inteiro, ou parte.

1.º Provando-se molestia chronica, ou tão estendida idade, que os imp. habilite de continuar no magisterio.
2.º Terão vinte annos de bons servicos.

Art. 51. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer que a cumprão, e fação cumprir taes inteiramente como nella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e cozier. Palacio do Governo da Provincia do Parahy 4 de Outubro de 1845, 24 da Independencia, e do Imperio.

L. S.

*Zotarias de Gans e Vancancellor.**Benedictô Crisostomo Tacarnard & lca.*

[25]

Ex. do n.º 1.º da Secretaria da Presidência nos 4 de Outubro de 1845.

Francisco Mendes de Sousa.

Official nome secretario da Secretaria.

Registada e lida da L. 2.ª de Leis, e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial. Secretaria do Governo da Provincia do Piahy 4 de Outubro de 1845.

Titulo de Hollanda Costa Veche.

Nesta Secretaria da Presidencia do Piahy foi publicada a presente Lei nos 6 de Outubro de 1845.

Baldino José Coelho.

LII N.º 190 - Publicada nos 6 de Outubro de 1845.

Fixa a despesa, e Orca a Receita da Provincia para o anno financeiro de 1846 a 1847.

Zacarias de Gons e Yarrucellas, Presidente da Provincia do Piahy: Por elle e com a voz dos seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte

CAPITULO 1.º

Despesa.

Art. 1.º O Presidente da Provincia ha autorizada a despesa de mil e oitocentos de J.º de 1846 a Junho de 1847, quantia de 800,000, para as seguintes expensas:

ANEXO B

ATA DE CONCURSO PARA CATEDRÁTICO NO COLÉGIO ESTADUAL DO PIAUÍ
1949

ANEXO C

LEI 2251 DE 01 DE JANEIRO DE 1962



Lei n. 2251 de 01 de janeiro de 1962

Dá a denominação de Colégio Estadual "Zacarias de Góis" ao atual Colégio Estadual do Piauí.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ:

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º - Passa a denominar-se Colégio Estadual "Zacarias de Góis" o atual Colégio Estadual do Piauí.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVÉRNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 1º de janeiro de 1962.

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues

Bento Afonso Bastos

Selada, numerada, sancionada e promulgada a presente lei no Gabinete Civil do Governador do Estado, ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de um mil novecentos e sessenta e dois.

Adelir Soares Rebelo
Sub-Chefe do Gabinete Civil, no
exercício da Chefia

